

ALICE REDAELLI

**O DISCURSO DIPLOMÁTICO E A OPINIÃO
PÚBLICA:
A COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL COMO
ESTRATÉGIA DE PERSUASÃO E MATRIZ DE
MUDANÇA POLÍTICA**

Orientador: Professor Doutor Fernando Rui de Sousa Campos

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**

**Lisboa
2019**

ALICE REDAELLI

**O DISCURSO DIPLOMÁTICO E A OPINIÃO
PÚBLICA:
A COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL COMO
ESTRATÉGIA DE PERSUAÇÃO E MATRIZ DE
MUDANÇA POLÍTICA**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do grau de mestre, em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com o despacho de nomeação de júri nº 175/2019 no dia 03 de outubro de 2019 com a seguinte composição de júri:

Presidente: Professor Doutor Sérgio Vieira da Silva, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Arguente: Professor Doutor Vasco Rato, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor Fernando Rui de Sousa Campos, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa
2019

Agradecimentos

Agradeço de coração todas as pessoas que me têm acompanhado neste percurso e que contribuíram de forma especial a este projeto, cada uma à sua maneira.

Agradeço todos os professores do curso, pelos conhecimentos que partilharam. A presente dissertação foi inspirada em grande parte pelos estudos ao longo do primeiro ano, e pela vossa participação nesta experiência de formação.

Agradeço a minha família fantástica pela motivação, o apoio, os debates e o amor; sempre foram o meu ponto de referência e espero que fiquem orgulhosos por terem sido parte integrante deste percurso.

Um obrigado também à minha família de afinidade em Lisboa, o meu namorado e os meus amigos, pelos momentos de felicidade e confusão, pelas sugestões e pelo apoio; e obrigada aos colegas de casa e de trabalho, pelas belas experiências do dia-a-dia.

Concluindo, agradeço todas as Instituições e todos os estudantes, jornalistas, grupos e organizações que disponibilizaram on-line recursos, materiais e trabalhos nesta área de investigação; a vossa contribuição foi sem dúvida fundamental.

RESUMO

Na era da revolução digital, a arte da Diplomacia encontra-se a enfrentar mudanças consideráveis, novos desafios e públicos a cada vez mais amplos; devido à exigência de se reinventar, o discurso diplomático procura novas configurações e instrumentos de diálogo, com o objetivo de transmitir informação estratégica e persuasiva a um público internacional a cada vez mais diferenciado.

No século XXI assiste-se portanto, e em particular após os acontecimentos do onze de setembro de 2011 e o escândalo *Wikileaks*, a uma revalorização do diálogo político entre os governos e a opinião coletiva internacional, mediante a criação de órgãos governamentais específicos e de novas figuras e práticas diplomáticas no seio dos governos estaduais; torna-se então mais importante que os representantes do Estado disponham de competências negociais não apenas políticas, mas também e sobre tudo comunicacionais: isto permite encarar os desafios de carácter público da governança na época da revolução mediática, ganhando prestígio e autoridade além dos confins nacionais e continentais.

Contudo, neste mesmo contexto assiste-se à emergência de outros atores políticos, ou melhor, geopolíticos, não necessariamente estaduais nem governamentais; tais atores adotam diferentes modelos de comunicação persuasiva para divulgar os seus ideais, incrementar a própria influência e operar mudanças a nível sociopolítico, deixando uma marca indelével na memória coletiva.

O papel dos média tradicionais e digitais é fundamental, quer ao serviço dos governos, quer como porta-vozes de movimentos públicos de contestação e questionamento político; os resultados que podem ser alcançados revelam-se impressionantes, como tem sido demonstrado neste século pelas democracias mais recentes, graças à implementação de práticas de comunicação política estratégicas.

Neste sentido, o discurso diplomático, nas suas várias formas, classifica-se como ferramenta do poder político, tanto para a preservação quanto para a reconfiguração da realidade social.

PALAVRAS-CHAVE : Discurso, Diplomacia, Poder Social, Média, Opinião Pública.

ABSTRACT

In the era of the digital revolution, the art of diplomacy is facing considerable changes, new challenges and increasingly broad audiences; due to the need to reinvent itself, the diplomatic discourse seeks new configurations and tools for dialogue, with the aim of spreading strategic and persuasive information to an increasingly differentiated international audience.

In the twenty-first century, and particularly after the events of 09/11 and the Wikileaks scandal, a revaluation of political dialogue between governments and international audiences has been taking place, through the creation of specific government bodies, new roles and diplomatic practices within State governments; thus, it becomes increasingly important for State representatives to have not only political, but also and especially, communicational bargaining skills; this allows to face the public challenges of governance in the time of media revolution, gaining prestige and authority beyond national and continental boundaries.

However, in this same context, we assist at the emergence of other political influencers, or geopolitical actors, which are not necessarily state or governmental: such actors adopt different models of persuasive communication to spread their ideals, increase their own influence and achieve sociopolitical changes, leaving an indelible mark on collective memory.

The role of traditional and digital media is evident, both at the service of governments and as an asset for public movements of contestation and political questioning; the results that can be achieved prove to be impressive, as recent democracies have demonstrated in this century, by implementing strategic political communication practices.

In this sense, diplomatic discourse, in all its forms, classifies as a political power tool, both for the preservation and change of social reality.

KEYWORDS : Discourse, Diplomacy, Social Power, Media, Public Opinion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
BBG	<i>Broadcasting Board of Governors</i>
CNN	<i>Cable News Network</i> (Rede de Informações via cabo)
EUA	Estados Unidos da América
I., II.	Linha, linhas
MT	Memórias de Tradução
NPT	<i>Nuclear Non-Proliferation Treaty</i> (Tratado de Não-Proliferação Nuclear)
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
ONU	Organização das Nações Unidas
PSYOP	<i>Psychological Operations</i> (Operações Psicológicas)
SMS	<i>Short Message Service</i>
UE	União Europeia
WMD	<i>Weapons of Mass Destruction</i> (Armas de Destruição de Massa)

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	2
RESUMO	3
ABSTRACT	4
LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	5
ÍNDICE GERAL	6
ÍNDICE DE IMAGENS	Error! Bookmark not defined.
INTRODUÇÃO	8
1. CARACTERÍSTICAS DO DISCURSO DIPLOMÁTICO	10
1.1. Enquadramento Geral	10
1.1.1. O Discurso Diplomático como Modelo do Agir Comunicativo	12
1.1.2. O Conceito de <i>Diplomaticité</i>	14
1.2. Entre Subjetividade e Objetividade	18
1.2.1. A Linguagem Diplomática	21
2. A COMUNICAÇÃO E A AUTORIDADE: O DISCURSO DA PERSUASÃO	27
2.1. O Poder Social da Linguagem: o Xequê da Semântica	27
2.1.1. O Discurso como Espaço de Conflito	30
2.1.2. A Persuasão e as Figuras da linguagem	33
2.2. Perceção e Imagem	39
2.2.1. O Papel da Representação na Avaliação do Risco	42
2.3. O Discurso, Ferramenta Dura do Poder Brando	44
2.3.1. O Paradigma do Discurso Hegemónico	48
3. A VERTENTE PÚBLICA DA DIPLOMACIA	54
3.1. A Evolução da Prática Diplomática	54
3.1.1. A Diplomacia Pública e a Guerra Relacional	58
3.1.2. Diplomacia, Publicidade e Média	62
3.1.3. A Diplomacia Mediática	65
3.2. A Digitalização da Diplomacia	68
3.2.1. A Voz do Público Global: um Constrangimento Democrático	73
3.2.2. Novos paradigmas do Discurso Diplomático	76
3.2.3. A Revisão do Discurso da UE	77
4. A DIPLOMACIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: DISCURSOS PARA A MUDANÇA POLÍTICA	82
4.1. Discursos Concorrentes	82
4.1.1. Análise de dois discursos subversivos: Revolução e Terror	86

4.1.2. O Capital Social e os Movimentos Sociais	91
4.2. O Corpo Político, Espaço de Conflito	96
4.2.1. O Marketing do Protesto Nu	99
4.2.3. Discursos Dissonantes	100
CONCLUSÃO	101
BIBLIOGRAFIA	102
ANEXOS	I

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, elaborada em conclusão do Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, pretende analisar as principais práticas discursivas utilizadas em âmbito diplomático, tanto pelos profissionais da área, quanto por outros atores não-institucionais, capazes de exercer influência no âmbito da implementação de certas políticas e do processo da tomada da decisão.

Da linguística à sociologia política, da teoria da negociação aos Direitos Humanos, será proposta uma leitura em chave multidisciplinar do discurso diplomático; este classifica-se, em primeiro lugar, como ferramenta de persuasão, cuja enunciação assenta, fundamentalmente, na presença duma certa assimetria de poder. Neste sentido, percorrer-se-á a evolução da linguagem diplomática, no intento de delinear como as categorias de representação veiculadas pelo discurso são adaptadas, perante o risco de erosão do *Status Quo*. O presente trabalho propõe contribuir aos estudos sobre as mudanças da prática diplomática no século XXI, com particular ênfase sobre as implicações da revolução digital.

Com esta dissertação procura-se encontrar resposta para as seguintes perguntas de partida: Qual é o potencial de influência da comunicação nas trocas entre Estados e atores políticos não-institucionais? Qual é a relação entre autoridade e palavra, e como reagem os órgãos tradicionais perante a reconfiguração dos equilíbrios de poder? Como se expressam os atores sociais politicamente engajados, a respeito de assuntos de ordem internacional?

A ideia de partida é que é possível identificar duas vertentes do discurso diplomático: a enunciação oficial e a dos indivíduos e grupos de influência da sociedade civil – cujo alcance se encontra reforçado, em particular, graças às novas tecnologias de informação e comunicação. Considera-se assim possível formular um padrão abrangente das estratégias de comunicação utilizada pelos movimentos civis de interesse político ou sociopolítico.

Neste sentido, no primeiro capítulo irão ser ilustrados os princípios e as características do discurso diplomático institucional, que será enquadrado como modelo do “agir comunicativo”, ou seja, que visa a se concretizar em ação. Dum ponto de vista semântico, o discurso oficial caracteriza-se como objeto de estudo coerente ou categoria discursiva própria: serão portanto ilustradas as suas especificidades, assim como os códigos linguísticos e simbólicos que o caracterizam.

O segundo capítulo abandona a abordagem semântica para adotar um enquadramento sociológico, concentrando-se no papel do discurso como exercício do *soft power*, e sobre a sua ligação com a autoridade política, ou poder social; o espaço discursivo é definido como espaço de conflito, no qual comparecem narrativas concorrentes, veículos de ideologias,

contextualizadas no tempo e no espaço. Neste contexto, revela-se essencial para os atores políticos comunicar uma imagem desejável e credível às contrapartes, de forma a obter maior poder de influência no plano da negociação; a vertente racional do discurso cede assim o lugar ao predomínio do *ethos*, ou poder de persuasão, veiculando categorias de representação que são o produto duma percepção ideológica. Neste sentido, será analisado o discurso pronunciado pelo presidente russo Vladimir Putin em março de 2014, a seguir à anexação da Crimeia. A segunda parte do capítulo põe o acento sobre o papel da representação em diplomacia e introduz o conceito de “discurso de dominância”.

O terceiro capítulo passa a analisar a comunicação entre as instituições e os cidadãos, ilustrando as diferentes mudanças introduzidas na prática diplomática e nos seus padrões discursivos, pela evolução dos meios de comunicação e informação. Neste contexto, são ilustrados os conceitos de diplomacia pública, *branding* nacional, diplomacia digital, enquanto se aprofunda o debate sobre a legitimidade de certas práticas de influência, recolha e difusão da informação. O capítulo conclui-se com a análise da evolução da narrativa proposta pela União Europeia, a seguir à crise económica e financeira de 2007-2008.

Por fim, o quarto e último capítulo abre-se com a análise de dois exemplos de “discursos concorrentes”: o discurso da organização terrorista Al-Qaeda e o do movimento cyberativista Telecomix. Não obstante sejam modelos comunicacionais essencialmente diferentes, ambos possuem uma característica em comum: a habilidade de consolidar objetivos a longo prazo através da internet e das tecnologias da comunicação. De seguida, é introduzido o conceito de “capital social”, associado ao potencial de influência dos atores influentes da sociedade civil; são então ilustradas as estratégias comunicacionais adotadas por certos movimentos ativistas, que propõem uma dialética à volta da despolitização do corpo e do espaço social, criando uma interseção com a representação artística. Neste contexto, são propostos alguns exemplos de protestos pacíficos, do protesto nu à greve do silêncio.

O corpo bibliográfico é composto por monografias, ensaios, publicações em revistas e artigos de jornal, legislações, em formato eletrónico ou impresso, vídeos e programações. São também utilizadas as transcrições de discursos oficiais ou subversivos publicados on-line.

Finalmente, no que diz respeito às normas de elaboração e apresentação da dissertação, foi respeitado o Despacho Reitoral n.º 30/2014 de 7 de julho, em linha com as disposições da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), pelo que foi utilizada a norma da *American Psychological Association* (APA).

1. CARACTERÍSTICAS DO DISCURSO DIPLOMÁTICO

1.1. Enquadramento Geral

Em diplomacia, a prática discursiva abrange o inteiro conjunto de “ações políticas, quer verbais quer físicas” (Cioffi-Revilla, 1979: 209), que adquirem significação no âmbito da conduta das relações internacionais. O discurso revela-se portanto indispensável para instaurar e manter relações frutíferas com os atores que participam na construção da realidade política internacional; como tal, é possível identificar diferentes estruturas de enunciação, ou tipologias do discurso diplomático, e traçar um percurso de evolução que culmina na era da revolução digital, onde os padrões tradicionais da comunicação diplomática se encontram a encarar novos desafios.

A noção de discurso possui diferentes significados, consoante o domínio de análise: a etimologia da palavra latina, *discursus*, refere-se a um movimento repentino e contínuo para frente e para trás, tradicionalmente assimilado pela tradição filosófica e literária ocidental ao movimento do pensamento: “passa dum juízo a um outro, percorrendo um ou mais intermediários, para alcançar o conhecimento” (Morfaux, 1980: 86). Partindo desta definição, o discurso é tradicionalmente identificado pela teoria linguística semântica como um código linguístico virtual, produzido pela interação entre unidades discursivas ou enunciados, cuja construção responde a lógicas arbitrárias específicas. O discurso refere-se também ao estilo ou à maneira de relatar uma experiência, mediante práticas de codificação próprias ao contexto simbólico em que a comunicação se articula.

O discurso diplomático como objeto de estudo, em particular, apresenta-se como uma prática relacional abrangente e diversificada, de natureza essencialmente persuasiva: é uma ferramenta não-neutra de enunciação, no sentido em que visa a transmitir conteúdos que são, ao mesmo tempo, veículos de interesses, instrumentos de poder e/ou de conciliação. A vocação persuasiva do discurso encontra raízes na própria natureza da atividade diplomática, na qual a comunicação é utilizada para fins negociais, na defesa dos interesses do governo, visando ao cumprimento da missão nacional: “a discursividade entre os Estados e os atores transnacionais, na sua diversidade, revela, além dos seus motivos e conteúdos conjunturais, um certo poder de *sedução*” (Villar, 2006: 10), enquadrando-se no domínio do *Soft Power*, ou poder brando¹.

¹ Termo introduzido por Joseph Nye (2004) em 1990, a indicar o exercício do poder que não recorre à mão armada, mas sim a práticas de coerção e persuasão, incluindo a criação de relações de dependência.

A narrativa é o elemento propriamente persuasivo do discurso: a forma da enunciação revela uma posição de carácter político, é o “veículo duma ideologia expressa por um indivíduo ou por uma coletividade em posição de poder” (ibid.: 73). Ao mesmo tempo, a análise da narrativa, ou dos “microdados e metadados²” (Audet, 2009: 150) do discurso, pode revelar indícios relevantes sobre a intenção profunda do locutor:

No âmbito da presente análise, o discurso diplomático entender-se-á, em primeiro lugar, como o “dos homens e das mulheres políticas no exercício das suas funções” (Amossy & Koren, 2010: 14): esta categoria discursiva inclui as trocas entre locutores oficiais nas assembleias internacionais e durante as deliberações, assim como as produções textuais a que estas trocas dão origem, como publicações oficiais e comunicados de imprensa; abrange também várias funções “patrocinadas”: tradução, interpretação, anotações, redação de resumos e relatórios (Valentine, 2001: 699).

Por outras palavras, esta primeira abordagem enquadra o discurso diplomático como “conjunto de atividades, de práticas, de documentos e de formalidades relativas às trocas e negociações entre Estados” (Mongiardim, 2007: 19), e ferramenta “positiva” do poder estadual. Contudo, o discurso identifica-se como uma categoria heterogénea e sujeita a fenómenos de mudança; como tal, seria superficial limitar a investigação apenas às trocas entre diplomatas, ou entre os governos, sendo que há numerosos outros atores influentes no panorama internacional – as organizações internacionais, as grandes potências económicas mundiais, e, não menos importante, a opinião pública global.

Neste sentido, é possível individuar dois sistemas, ou hipersistemas, para a análise da comunicação diplomática: por um lado, a negociação internacional desenvolvida entre Estados e com as Organizações Internacionais de carácter universal³, cujas práticas discursivas possuem um padrão de enunciação específico e envolvem comunicações de tipo confidencial, ou até secreto; por outro lado, a enunciação pública e mediática, de alcance global, que recorre a categorias de enunciação selecionadas, no intento de ganhar o consenso do público.

Uma primeira reconfiguração do padrão negocial diplomático, tradicionalmente concebido para a confrontação bilateral, apresenta-se nos finais do século XX: o fim do bipolarismo, a

² Utilizando a linguagem informática, Audet (2009) refere-se respetivamente às palavras e às condições de produção da enunciação.

³ Conforme o artigo 1. da Convenção de Viena de 1975 sobre “a representação dos Estados nas suas relações com as organizações internacionais de carácter universal”, tais organizações identificam-se na ONU e nas suas respetivas agências de competência, a Agência internacional da Energia Atómica e “toda a organização similar cuja composição e atribuições sejam à escala mundial” (Calvet de Magalhães, 1997: 108).

emergência de novos atores geopolíticos e, conseqüentemente, a fragmentação do equilíbrio internacional concorreram para uma revisão das narrativas oficiais, introduzindo o conceito de diplomacia pública; a seguir, com a evolução sem precedentes das novas tecnologias de informação e comunicação ⁴, surgiu a necessidade de responder a exigências comunicacionais diferentes, quer em âmbito negocial, quer em âmbito público e mediático. Como tal, o diplomata de hoje, enquanto porta-voz do Estado que representa, encontra-se a operar num espaço muito mais vasto, multipolar (Delcorde, 2009: 2; Villar, 2006: 10); neste espaço, a arte da persuasão oratória e a imagem do prestígio adquirem o máximo relevo e a diplomacia acaba por se configurar segundo a lógica da influência da informação, talvez em detrimento da vertente racional (Bonnafous, Ciron, Ducard & Lévi, 2003: 12).

Ambos os hiper-sistemas ilustrados acima serão objetos de análise na ótica da presente dissertação, no intento de definir um quadro teórico dos códigos de enunciação próprios ao discurso diplomático oficial; também, será posto o acento sobre as mudanças provocadas pela revolução digital na prática diplomática e, por fim, será dado relevo aos discursos de atores políticos influentes, não-institucionais, cujo papel se encontrou reforçado pela evolução das NTIC; neste contexto, o discurso diplomático passa a ser pronunciado por atores políticos não convencionais, que desafiam a autoridade institucional e exercem influência a nível global, produzindo informação, desinformação e opiniões sobre as *res politicae*.

Conseqüentemente, o conceito de discurso diplomático passa a incluir também “qualquer propósito que implique um juízo sobre a organização da comunidade” (ibid.), e que tenha repercussões em âmbito nacional e/ou internacional. Afirma-se portanto como categoria discursiva específica e, ao mesmo tempo, classifica-se como uma prática complexa, que além da representação política abrange “a sociologia das instituições, dos comportamentos, da tomada da decisão, mas também as ciências da linguagem, as teorias das relações internacionais e da construção da paz” (Villar, 2006: 6).

1.1.1. O Discurso Diplomático como Modelo do Agir Comunicativo

Conforme a definição proposta por G. R. Berridge e Alan James (2003), o discurso diplomático constitui “o principal meio pelo qual os Estados comunicam um com o outro e mantêm relações complexas”, ou seja, “o meio de comunicação da sociedade internacional” (Berridge & James, 2003: 70); neste sentido, a produção discursiva sobre os assuntos internacionais abrange os “canais oficiais da comunicação utilizados pelos *membros dum sistema de estados*” (Berridge, 2005: 170), de forma a proporcionar as condições para “uma

⁴ Doravante referidas como NTIC; esta sigla não possui conjugação numeral.

conduta ordenada das relações entre *um grupo de seres humanos e outro grupo de pessoas alheias*” (Nicolson, 1963: 26).

As formulações acima põem o acento sobre o carácter relacional da enunciação diplomática, numa chave persuasiva e estratégica: a narrativa em âmbito político possui uma “função discursiva que orienta certas formas de pensar e de ver” (Amossy & Koren, 2010: 14), e que abrange valores “éticos, estéticos, morais, racionais, analíticos, instrumentais, políticos, sociais, culturais, económicos e institucionais” (Mongiardim, 2007: 19-20). Revela-se portanto necessário que os diplomatas e as instituições desenvolvam novas competências de comunicação estratégica, adotem novos meios de informação eficazes e cultivem um conhecimento aprofundado sobre as expectativas e os receios do público-alvo.

Também, apesar da sua natureza estratégica, não seria oportuno enquadrar o discurso diplomático na ótica do mero “agir racional com direção a fins” (Habermas, 1989); certo, a enunciação diplomática possui uma conotação propriamente racional⁵, que define os critérios para a implementação de escolhas políticas, tanto pelos oficiais quanto pelos eleitores; todavia, o discurso diplomático envolve também uma vertente emocional, ou seja, repousa na tentativa de persuasão, assim como na percepção ativa e no consenso dos interlocutores.

Assim, por exemplo, ao despertar a emoção do público, o discurso ganha maior impacto; isto aplica-se, por exemplo, quando estão em causas problemáticas sensíveis para a opinião pública: o objetivo é ganhar a fé dos interlocutores, reforçando uma determinada ideologia – a ser entendida como uma construção conceitual, à qual é atribuído valor de verdade:

“os atores erguem com os seus atos de fala (...) pretensões de validez, mais precisamente, pretensões de verdade, pretensões de correção e pretensões de sinceridade, conforme se refiram a algo no mundo objetivo (enquanto totalidade dos estados das coisas existentes), ou a algo no mundo social comum (enquanto totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas de um grupo social) ou a algo no mundo subjetivo próprio” (Habermas, 1989: 79).

O agir estratégico, por um lado, remete a uma configuração teórica estática da diplomacia, destacando-se como um exercício do poder *tout court*: deriva duma ação executada em nome da preservação da autoridade, baseando-se na premissa de que haja vínculos de dominância não negociáveis; o agir comunicativo, pelo contrário, propõe-se como um paradigma dinâmico das relações internacionais: é o produto duma interação discursiva, uma escolha ponderada condicionada por elementos inconscientes, que se inscreve no domínio do diálogo entre

⁵ Lembra-se que a utilização de cálculos estatísticos e estudos oficiais é largamente difusa no âmbito da negociação internacional, servindo de suporte para a avaliação do risco e para a escolha da estratégia de maior utilidade; ao mesmo tempo, uma enunciação justificada e racional contribui para atribuir maior credibilidade ao locutor.

poderes, “um jogo de mútuas influências [que] se situa no espaço discursivo da razão prática” (Amossy & Koren, 2010: 14).

O discurso diplomático identifica-se neste modelo do “agir comunicativo”, como o input para a realização de mudanças políticas. A aplicação do conceito realça a ligação de reciprocidade implicada pelo discurso, ou seja, o reconhecimento intersubjetivo dos atores, das suas intenções e dos seus planos de ação, pondo o acento sobre o carácter relacional da comunicação política. Assim, contrariamente a outros modelos comunicacionais, o discurso diplomático não tem outra vocação se não a de se traduzir em ação; neste sentido, a divulgação da informação joga um papel imprescindível e, inegavelmente, estratégico:

“a tomada da decisão nas relações internacionais é preeminentemente um fenómeno de informação (...) a informação e a decisão podem então ser vistas como duas faces da mesma moeda, dependendo do sistema de referência” (Cioffi-Revilla, 1979: 212).

No âmbito da diplomacia institucional, em particular, a prática discursiva “não comunica uma informação “bruta”, mas uma informação que é o produto duma análise” (Delcorde, 2009: 7), e que se demonstra funcional para *induzir* ou *produzir* determinados comportamentos nas instituições e nos indivíduos, recorrendo a determinados canais de divulgação e a certas figuras persuasivas da linguagem.

Por esta razão, pode-se afirmar que “a melhor forma de estudar o pensamento dos homens políticos, é mediante a linguagem deles” (Mounicq, 1994: 144): mediante a compreensão das estruturas e das especificidades da linguagem diplomática, da sua evolução e dos efeitos que produz, é possível apontar ao seu potencial de influência e, conseqüentemente, a capacidade que possui para provocar mudanças políticas.

1.1.2. O Conceito de *Diplomaticité*

De acordo com a teoria linguística saussuriana, os códigos que formam um dado sistema comunicacional podem ser distinguidos em internos e externos: por um lado, os códigos internos referem-se aos elementos linguísticos, ou significantes, num determinado sistema comunicacional: tais elementos, aos quais é atribuído um significado específico, definem o cotexto do discurso; os códigos externos, por outro lado, entendem-se como o conjunto de elementos simbólicos que constituem a esfera de aplicação de tais signos⁶, dentro dum contexto determinado, do qual são diretamente ou indiretamente dependentes. Em outras palavras, o “contexto entende-se como a dimensão linguística e imediata dum texto,

⁶ No domínio da linguística tradicional, o signo entende-se como a atribuição arbitrária de um significado a um determinado significante.

duma frase, duma palavra (...) enquanto o “contexto” refere-se à dimensão não textual” (Maingueneau, 1996: 26).

Com base neste postulado, Constanze Villar (2006) enfatiza a especificidade do discurso diplomático no conceito de “*Diplomaticité*”⁷, referindo-se aos códigos linguísticos, normativos e formais próprios à profissão diplomática, assim como aos códigos simbólicos, hierárquicos e culturais que a sustentam. Nas palavras da autora, trata-se do “conjunto dos elementos pertinentes, das estruturas e dos processos que caracterizam o discurso diplomático” (Villar, 2006: 81) no sistema da comunicação negocial, e que contribuem para a emergência do seu significado. À luz de tais considerações, o discurso diplomático afirma-se como tipologia de enunciação própria e objeto semiótico coerente, no âmbito das trocas internacionais.

A este propósito, Îves Delahaye (1977) assinala a permeabilidade dos códigos internos e externos da *diplomaticité*; o autor assinala como, até nas manifestações discursivas constituídas por “unidades concretas” – isto é, sob a forma de discursos ou textos, o poder comunicacional se expressa tanto no conteúdo, quanto no seu estilo de redação e meio de transmissão; o conceito de discurso é assimilado pelo autor ao de texto, referindo-se a todas as manifestações e estruturas comunicacionais que veiculam uma significação relevante; no âmbito da negociação internacional, em particular, são considerados todos os elementos que expressam a posição do locutor e o interesse que representa:

“os tipos de texto diplomático (o comunicado, a declaração, a resolução, a recomendação adotada), o comprimento (breve ou longo), a fonte, etc. (...), os movimentos cinéticos (gestualidade e mímica), as interações proxémicas (a gestão do espaço terrestre, marítimo e aéreo, se não cósmico, as distâncias e os afastamentos, que podem expressar uma reserva ...) a cortina de ferro, a zona neutra – o protocolo e o dispositivo de negociação (Delahaye, 1977: 26-34).

Por outras palavras, a noção de discurso, no domínio do sistema de comunicação negocial, abrange uma vasta gama de signos, “mensagens e significados percebidos ou suscetíveis de ser percebidos além das fronteiras do seu espaço de produção” (ibid.: 27). O discurso diplomático não se restringe apenas à enunciação verbal, seja sob a forma de texto, debate, declaração oficial ou conferência pública, mas abrange um inteiro conjunto de comportamentos e atos diplomáticos – gestos, sinais não-verbais, icónicos, simbólicos e cerimoniais; em particular, assinalam-se o protocolo das precedências, da *mise-en-place*, e ainda as ações com valor político e forma de conduta das relações internacionais: todos estes

⁷ A autora propõe este termo a partir do postulado de Roman Jakobson, referente ao âmbito literário, pelo qual o objeto da ciência literária não seria a literatura, mas sim a “literariedade”, que permitiria distinguir o objeto literário do não-literário (Jakobson, 1977: 16).

elementos são manifestações de significação, ou melhor, signos que “fazem texto” no âmbito das relações internacionais.

Meredith Kingston de Lausse (1998) inclui também a dimensão tópica da diplomacia, como signo nas relações entre os Estados: ao definir o “recinto diplomático” como elemento de significação, a socióloga demonstra como a localização e aparência das embaixadas, num dado País, sejam sinais evidentes do prestígio que os Estados detêm no território⁸ (Kingston de Lausse, 1998: 87). Esta análise aplica-se igualmente a todos os espaços que servem de cenografia à atuação, quer presencial quer virtual, incluídos no recinto diplomático.

Todas estas manifestações, conjuntamente à linguagem, são designadas de “materiais”: trata-se dos recursos investidos na troca diplomática, que exibem “a estrutura estratégica e ideológica que deverá apoiar a ação e as relações diplomáticas do país” (Kessler, 2002: 169), expressando a postura dum Estado perante “os grandes problemas políticos e técnicos internacionais, (...) os objetivos a serem alcançados” (ibid.).

A comunicação diplomática oficial está nomeadamente sujeita a códigos de enquadramento normativo: as interações diplomáticas bilaterais são orientadas pelas Convenções de Viena, que estabelecem o princípio da liberdade de comunicação dos órgãos das embaixadas e dos consulados – no detalhe, a “Convenção de Viena sobre relações diplomáticas” de 1961, relativa às comunicações entre as embaixadas; a “Convenção de Viena sobre a representação dos Estados nas suas relações com as organizações internacionais de carácter universal” de 1975, no que diz respeito à conduta das embaixadas nas trocas com as organizações internacionais e em sede de representação junto das suas instituições; e a “Convenção de Viena sobre relações consulares” de 1963, referente à comunicação entre as autoridades consulares.

A nível procedimental, a comunicação dos oficiais segue certos princípios deontológicos próprios à profissão diplomática – como a objetividade, o tato, a sensibilidade cultural: por definição, a comunicação diplomática é “*fortiter in re, suaviter in modo*” (Villar, 2006: 127). Tais princípios contribuem para uma conduta fluida das negociações, reforçando, ao mesmo tempo, o padrão de enunciação, e até a própria cultura diplomática.

Assim, se a *diplomaticité* entende-se como um conjunto de discursos codificados, a prática diplomática confirma-se como “a arte de detetar os elementos suscetíveis de favorecer a

⁸ A autora analisa a disposição topográfica das Embaixadas estrangeiras em Nova Deli, às quais são reservados o enclave diplomático de Chanakyapuri e o bairro adjacente de Vasant Vihar, e assinala o privilégio das estruturas consulares de China, EUA e Grã-Bretanha.

aproximação (...) interpretar – ou decifrar – os sinais que recebe” (Delcorde, 2009: 2).

Também, se as práticas comunicacionais em âmbito diplomático são sujeitas a uma normatização abrangente, os códigos da *diplomaticité* podem apresentar diferenças substanciais dum país para outro, e da forma escrita para a forma verbal, sendo condicionados por fatores de matriz cultural e formal.

Um exemplo fundamental são as fórmulas de saudação e agradecimento: trata-se de expressões codificadas cerimoniais, que respondem a regras comportamentais globalmente reconhecidas; no quadro duma análise linguística pragmática, possuem geralmente duas funções principais: manter o equilíbrio da relação comunicacional e anunciar o tema que será abordado. A maneira de expressão varia de cultura em cultura, duma língua para outra, podendo prever gestos como o aperto de mão, o baixar a cabeça, ou outras expressões específicas. O legado convidado num país estrangeiro deverá então adaptar-se a tais costumes, caso contrário, poderá ser interpretado como “rudeza ou falta de respeito para os colegas” (Foreign Service Institute, 2013: 13).

Na comunicação escrita, pelo contrário, tais formalidades apresentam uma codificação mais homogénea, sendo geralmente expressas de forma indireta e com valor assertivo, de acordo com um registo linguístico elevado⁹: a intenção é comunicada enfatizando a forma, que se torna tão importante quanto o conteúdo funcional.

Os eventos de interesse internacional são igualmente regulamentados em todas as suas variantes – em sede de convenções internacionais, perante as instituições internacionais ou estrangeiras, nas declarações à imprensa assim como nas cerimónias de receção dos representantes de outros Estados, e mesmo antes e depois de tais eventos. As visitas diplomáticas oficiais, em particular, constituem os momentos de excelência para a *mise-en-scène* do prestígio diplomático: desde a organização até à atuação, cada pormenor é planeado no respeito dos rituais simbólicos e cerimoniais, que encontram nestas ocasiões a máxima expressão: o enquadramento protocolar, a minuta do programa, os locais, as listas de participantes e das personalidades convocadas, os textos recitados, discutidos ou assinados, o plano de segurança, até à “troca de presentes e ramos de flores” (Kingston de Leusse, 1998: 97).

A formalidade extrema das interações entre representantes políticos tem por objetivo, nomeadamente, maximizar a solenidade do encontro em ato, pela qual o protocolo exige

⁹ Exemplo de subida de registo em português europeu: a locução direta “agradeço” torna-se numa locução assertiva, como “deixar uma palavra de agradecimento”, ou, subindo de registo, “prestar uma homenagem de gratidão”.

preparativos meticulosos, e uma aplicação tenaz por parte de todos os participantes, oficiais e não: “assim que os gestos, as atitudes são abrandados, o risco de passos falsos (...) que prejudicam fortemente o desenvolvimento harmonioso dos encontros oficiais, seja reduzido (ibid.: 98). Salienta-se também como o respeito da etiqueta e do protocolo constitua um elemento do prestígio estadual, contribuindo, ao mesmo tempo, para a consolidação e o aperfeiçoamento dos padrões discursivos tradicionais; neste panorama comunicacional restrito, qualquer outra prática contrastante ou não-conforme é automaticamente rejeitada. (Villar, 2006: 97).

Resumindo, a *diplomaticité* afirma-se como categoria discursiva coerente e diversificada e inclui uma ampla variedade de signos, que são o produto duma associação arbitrária entre certos significantes e significados; a este domínio semiótico pertencem as manifestações linguísticas, que apresentam características diferentes de enunciação na forma verbal e textual, os comportamentos e os gestos, o protocolo e a etiqueta. Os signos da *diplomaticité* são caracterizados pela predominância da função estrutural, ou simbólica, sobre o valor das palavras e dos comportamentos enquanto elementos isolados, e compõem o cerimonial diplomático.

1.2. Entre Subjetividade e Objetividade

No que diz respeito à articulação do discurso diplomático, Egan Valentine (2001) põe o acento sobre o princípio da objetividade, ou melhor, da neutralidade aparente, que se impõe mediante técnicas de discernimento e distanciamento; tais medidas de enunciação visam a reduzir a inferência subjetiva, valorizando a dimensão factual do discurso.

Em primeiro lugar, o discernimento consiste na enunciação dos elementos ou sujeitos relevantes num determinado contexto, o que contribui para reforçar uma percepção de clareza e transparência. Ao mesmo tempo, “que se trate de factos, de realidade ou opiniões, impõe-se uma certa distância para garantir a neutralidade e a objetividade pretendidas” (Valentine, 2001: 703): a técnica do distanciamento consiste na despersonalização da enunciação, dada pela utilização da voz passiva e de formas impessoais – como “é lamentável”, “é incontestável”, “é necessário”, por exemplo.

Se o distanciamento manifesta-se mediante certas formas de enunciação, a análise do discurso permite também identificar algumas modalidades de manifestação da subjetividade: esta análise inscreve-se no domínio da teoria da marcação linguística, segundo a qual “a atitude, os sentimentos e as opiniões do locutor perante o que é enunciado, inscrevem-se no quadro da enunciação” (Cohen-Wiesenfeld, 2004: par. 1), e revelam-se no texto a partir de certas marcas linguísticas, “mesmo que não sejam explicitamente formuladas”.

Inegavelmente, as marcas subjetivas manifestam-se consoante a tipologia discursiva: nas interações verbais diretas, por um lado, o diplomata dispõe duma certa margem de intervenção e de liberdade de expressão, podendo recorrer a várias formas discursivas – cerimonial, informal, humorística. No que diz respeito às comunicações textuais, por outro lado, telegramas e relatórios serão menos suscetíveis de deixar transparecer qualquer visão individual, devido à natureza sintética que os caracteriza; no entanto, as notas diplomáticas revelam uma maior abertura para a expressão subjetiva, sendo redigidas na primeira ou na terceira pessoa singular, e em particular quando são trocadas entre oficiais da mesma representação¹⁰.

Analogamente, nas trocas epistolares como nas notas diplomáticas informais, uma marca inequívoca da subjetividade envolvida é dada pela presença dum signatário, que se expressa utilizando a primeira pessoa singular, endereçando um locutor real, e abunda de índices espaço-temporais; de forma geral, qualquer tipo de correspondência apresenta elementos relevantes do ponto de vista da individualidade de quem a redigiu. “A carta é de facto um texto datado, que assume um lugar na história. É portanto veículo (...) das representações sociais da época e do lugar que lhe servem de quadro espaço-temporal” (ibid: 30).

A subjetividade do locutor emerge também por contraste, ou seja, em oposição à imagem associada à contraparte antagonista; esta reflete frequentemente os estereótipos e as representações em voga na altura da redação da escrita; assim, por exemplo, nas notas diplomáticas analisadas pela autora, os alemães são julgados “por natureza privados de tato e de medida nos atos e nos sentimentos¹¹”, enquanto “não se esqueça que o carácter russo é instável, que se cansa rapidamente do conflito e que se desprende facilmente do que desejou com o maior ardor¹²” (ibid: 29).

Contudo, o preceito da objetividade permanece prioritário: as comunicações diplomáticas pressupõem uma articulação informativa, objetiva, e não argumentativa e marcas evidentes da personalidade do enunciador poderiam ser prejudiciais a credibilidade da informação. No âmbito da negociação, por exemplo, a marca subjetiva necessita de ser eficazmente dissimulada, para que a intenção do enunciador, e o interesse que este representa, não seja facilmente desmascarado pela contraparte. Os elementos predominantes nesta prática

¹⁰ Assinala-se em particular o trabalho de Silvine Cohen-Wiesenfeld (2004), que propõe a análise das marcas subjetivas identificáveis nas notas diplomáticas enviadas entre os embaixadores da França na Alemanha e o Ministério dos Assuntos Estrangeiros em Paris, entre 1870 e 1914.

¹¹ Nota não publicada de 26 de fevereiro de 1891 do Embaixador francês Jules Herbertte na Alemanha ao Primeiro-Ministro francês Alexandre Ribot (Cohen-Wiesenfeld, 2004: par.28).

¹² Carta de 28 de dezembro de 1914 do Embaixador da França na Rússia ao Ministro Francês dos Assuntos Estrangeiros (Cohen-Wiesenfeld, 2004: par. 29).

específica são portanto a clareza de intenções, o rigor do raciocínio e a avaliação das propostas avançadas como razoáveis.

O diplomata e escritor Paulo Roberto Almeida (2010), em particular, define a clara enunciação de intenções como um fator de sucesso imprescindível em âmbito negocial; entende-se como o “dispor de objetivos expressamente definidos para a diplomacia nacional e, como tal, claramente descritos (...) de maneira objetiva, tocando nos pontos relevantes do que se pretende fazer” (Almeida, 2010), consoante as capacidades, os recursos e o interesse do Estado em questão. Em outras palavras, um representante político que queira promover uma certa ação, deverá saber expressar eficazmente o seu pedido, quer que seja para a resolução de conflitos ou para ameaças de retaliação: um Estado adquire credibilidade no domínio internacional, quando estabelece claramente objetivos e prioridades de política externa.

A enunciação do risco joga igualmente um papel fundamental nos momentos de crise: por exemplo, quando a troca diplomática acaba em *impasse*, cabe à comunicação “retratar os diferentes graus de urgência¹³” (Lauren, 1972: 135-136), de forma a não prejudicar o esforço diplomático. Assim, idealmente, a enunciação diplomática deverá caracterizar-se como “uma expressão cheia de *nuances*, privada de ênfase e de pathos, e que tem por objetivo a precisão” (Delahaye, 1977: 200).

Contudo, alguns autores enfatizam a predominância da vertente do estilo sobre a objetividade: Krieg-Planque & Oger (2010), em particular, identificam como atributos primários da comunicação diplomática institucional a estabilidade do enunciado e a eliminação da conflitualidade; o processo de seleção e estandardização de certos conteúdos discursivos faz com que “a produção de discursos institucionais, bem como a circulação de declarações no espaço público, obedeçam a regularidades que reduzem a diversidade de enunciados possíveis (...) e fornecem ilustrações privilegiadas” (Krieg-Planque & Oger, 2010: 92).

A nível lexical, isto traduz-se na implementação de formulações convencionais, *slogans*, expressões cerimoniais, etc., cuja elaboração visa a aplanar a conflitualidade e as tensões subjacentes ao enunciado: por exemplo, a formulação “desenvolvimento sustentável” parece “resolver uma contradição entre o imperativo de crescimento e a exigência de preservação do meio-ambiente” (ibid.: 93).

¹³ Um exemplo de falha estratégica devida à falta da definição do fator urgência é o caso da negociação sobre o nuclear entre os EUA e o Irão: se “Washington tem andado durante muito tempo a tentar persuadir o País a abandonar o seu programa nuclear”, isto faz com que seja difícil, na hora atual, “instaurar um sentimento de urgência” que possa ser funcional para a conclusão das negociações com os EUA (Jervis, 2013: s.p.).

Consequentemente, à medida que o “falar neutro” cede espaço ao “estilo formulário” (ibid.), as produções discursivas diplomáticas tornam-se inevitavelmente previsíveis, propositadamente ambíguas; por esta mesma razão, no sentido coloquial do termo – ou seja, fora do domínio das Relações Internacionais, o discurso diplomático é comumente percebido como “camuflagem de propósitos ocultos” (Ostrower, 1965: 26): ou seja, o estilo administrativo, ou estilo formulário, é percebido pelos leigos como “vazio”, redundante, ambíguo, o que faz com que apareça suspeito. A utilização de fórmulas codificadas e os eufemismos elaborados contribuem para que o discurso diplomático seja percebido como falso, mentiroso; Constance Villar (2006) ilustra, de forma irónica: “quando um diplomata diz “sim”, isto significa: “se calhar”; quando diz “se calhar”, isto quer dizer “não”; e quando diz “não”, não é um diplomata” (Villar, 2006: 19).

De forma geral, pode ser criticado à *diplomaticité* de não manifestar criatividade, ou melhor entropia, um termo que se refere à medida da desordem e do aleatório; a reforçar esta percepção contribui o fenómeno de standardização discursiva da diplomacia, acelerado também pelo uso de certas ferramentas tecnológicas: por exemplo, o facto de os discursos diplomáticos serem traduzidos de forma automatizada implica a existência de memórias de tradução (MT) limitadas, que propõem a repetição de certas fraseologias, muitas vezes genéricas, em detrimento de outras formulações.

Em suma, o discurso diplomático fundamenta-se em estruturas normativas internacionais e responde a certos padrões procedimentais, que pretendem exaltar a objetividade e a forma da enunciação, em detrimento da subjetividade do locutor; para tal, são utilizadas táticas de discernimento e distanciação, que visam a atribuir valor factual, ou valor de verdade, à enunciação; analogamente, no sistema negocial a clareza e a coerência discursivas afirmam-se como atributos imprescindíveis da comunicação e contribuem para reforçar a credibilidade da mensagem. No entanto, é possível identificar elementos da subjetividade do locutor, ou marcas subjetivas, consoante a tipologia de enunciação, através da análise do discurso.

A factualidade discursiva é complementar ao estilo de enunciação, caracterizado pelos atributos de estabilidade e aversão à conflitualidade; contudo, a standardização do discurso diplomático e os paradoxos de enunciação provocam por vezes o receio dos públicos mais vastos, devido à ambiguidade, por vezes propositada, da enunciação.

1.2.1. A Linguagem Diplomática

No âmbito do sistema da negociação internacional, os códigos semânticos do discurso diplomático referem-se ao domínio propriamente linguístico da sua articulação; neste

contexto, falar-se-á de *linguagem* diplomática, ou seja, o conjunto de signos com valor enunciativo e conceitual utilizado no âmbito circunscrito da profissão diplomática, ou ainda as “manifestações significantes no âmbito das relações internacionais” (Delahaye, 1977: 26).

Segundo o modelo tradicional proposto por Ferdinand de Saussure, a análise semântica do discurso articula-se em: horizontal ou sintagmática, referindo-se à vertente discursiva ou superficial da mensagem, e vertical ou paradigmática, ou seja, o nível narrativo e intermediário da linguagem; o primeiro nível de análise remete à escolha lexical e à construção da enunciação, enquanto o segundo diz respeito à função da mensagem transmitida (cartas de acreditação, informativas, de convite, agradecimento, etc.). Em outras palavras, o discurso é percebido a nível superficial, enquanto os seus elementos estabelecem relações de significado no âmbito duma mesma categoria, de forma a deixar emergir determinados valores (Greimas & Courtés, 1979: 26).

Nesta ótica, a linguagem diplomática distingue-se em três categorias: (i) a linguagem especializada, utilizada com o fim de minimizar a provocação suscetível de ser causada pela transmissão duma mensagem inevitavelmente ameaçadora ou direta; (ii) as palavras e frases técnicas da profissão diplomática; (iii) a língua mais comumente utilizada nas comunicações diplomáticas (Nicolson, 1963: 227; Berridge & James, 2003: 74).

Em primeiro lugar (i), a linguagem especializada da comunicação diplomática pode ser enquadrada nos termos duma manifestação linguística coerente com a deontologia profissional do diplomata, ou seja, “a aplicação do tato e da habilidade de acordo com as regras e os hábitos reconhecidos da diplomacia” (Ostrower, 1965: 124); esta tipologia da linguagem é caracterizada por uma enunciação geralmente retórica, eufemística, repleta de fórmulas cerimoniais e de cortesia, visando a atribuir prestígio ou a “adoçar” a mensagem que se pretende transmitir, quando esta for negativa, para não excluir eventuais benefícios futuros. Este tipo de comunicação, predominante nas situações de crise, prevê a utilização de estratégias retóricas quais a redução dos elementos com valor negativo¹⁴, a minimização do impacto do enunciado¹⁵ ou ainda a utilização da pergunta retórica para enfatizar o valor da enunciação¹⁶, entre outros.

¹⁴ Por exemplo, a construção frásica: “A situação não foi resolvida” traduz-se em: “Será encontrada uma solução à tal situação” – a preposição negativa é retirada e a ação passa a ser implementada no futuro.

¹⁵ Por exemplo, a frase: “A situação é crítica” pode ser declinada em: “A situação apresenta elementos críticos”, uma estrutura que fornece uma visão racional do problema, redimensionado o seu carácter crítico e transmitindo uma certa ideia de controlabilidade.

¹⁶ Por exemplo, a frase: “Isto é o que a Grã-Bretanha quer” torna-se em: “Não é esta a ambição da Grã-Bretanha?”. Esta figura de estilo pretende despertar a atenção do interlocutor, que é chamado a responder afirmativamente.

Entre as fórmulas mais frequentemente utilizadas nas trocas entre diplomatas, se um representante de estado afirmar de “não poder ficar indiferente” perante uma determinada situação, isto significa que haverá uma intervenção direta por parte do seu Governo; o facto de “um Governo reconsiderar a própria posição” ou “considerar-se livre de quaisquer compromissos” alude à presença duma ameaça ao equilíbrio das relações amistosas entre dois países. Ainda, a “obrigação” de o Governo “expressar reservas no que diz respeito à...” indica, por sua vez, o desacordo do Governo perante certas medidas adotadas. Caso a contraparte não manifeste a intenção de retroceder, isto poderá ser interpretado como “um ato inamistoso”, em virtude do qual “o Governo sentir-se-á inclinado a reconsiderar cuidadosamente a sua posição”, subentendendo uma ameaça de retaliação. Esta poderá ainda escalar na fórmula coerciva de “declinar qualquer responsabilidade pelas consequências”, que poderá, por fim, ser complementada por um *ultimatum*, a condição limiar entre a paz e a guerra.

Em segundo lugar, no domínio das expressões técnicas da linguagem (ii), é importante salientar que a *diplomaticité* apenas possui uma quantidade de significantes limitada, aproveitando maioritariamente fórmulas já existentes na língua corrente, aos quais são atribuídos significados análogos ou codificados; ou seja, a diplomacia produz a sua própria linguagem concreta, natural, verbal, persuasiva, mediante um conjunto de signos que veiculam um significado; em outras palavras, o discurso diplomático utiliza uma língua já existente para construir uma linguagem inédita, ou seja, um código profissional de comunicação com significados específicos – conforme o princípio da economia dos signos¹⁷, tão caro à linguística.

A criação da linguagem setorial diplomática ocorre através da adaptação ou formalização de signos que pertencem à língua natural¹⁸; na visão de Claude-Levy Strauss (1967), trata-se dum processo criativo, da abertura dum espaço fértil para a troca discursiva: “a exogamia e a linguagem possuem a mesma função fundamental: a comunicação com os outros, e a integração do grupo”, para o bem da construção da ordem social (Levy-Strauss, 1967: 565); outros autores consideram a linguagem da diplomacia como uma linguagem “condensada”

¹⁷ Remete-se à obra crítica de Jean Baudrillard (1995), “*Crítica da economia política do signo*”, referente à utilização dos signos e à negação do princípio de troca simbólica: o autor delinea a relação entre a comunicação e o consumo, aplicando a crítica de impronta marxista ao modelo da sociedade capitalista. O resultado é uma projeção duma sociedade em que os objetos de consumo ganham o valor de signos, são “libertados” do seu estatuto para assumir um papel simbólico. Isto é fortemente influenciado pelos média, a comunicação social, a linguagem política utilizada, que dão forma a dimensão social da autoridade.

¹⁸ Segundo a teoria comunicacional de Fernand de Saussure, uma língua natural corresponde, no que diz respeito à teoria da comunicação, a “um código linguístico interpretável por quem conhece as suas regras (fonéticas, semânticas, sintáticas) e a cultura do País” (Villard, 2016: 41).

(Greimas & Courtés, 1979: 85), ou “uma subcategoria da linguagem ordinária” (Villar, 2006: 43), cuja evolução anda portanto de mão dada com as mudanças reais.

Contudo, a atribuição de significados técnicos a palavras correntemente em uso, implica, inevitavelmente, uma certa ambiguidade, em particular no âmbito do sistema comunicacional público e mediático não especializado; também, o fenómeno da polissemia, a adaptação de fórmulas utilizadas em outros países, a adoção de calques linguísticos e estrangeirismos, contribui para a setorização da linguagem diplomática.

Um exemplo fundamental é dado por José Calvet de Magalhães (1997), o qual, logo nas primeiras páginas do seu célebre *Manual Diplomático*, faz questão de esclarecer a demarcação entre o termo “estado acreditante” e “estado acreditador”, que, apesar de possuírem o mesmo significado a nível semiótico, são antonímicos a nível semântico. Isto deve-se apenas a uma tradução imprecisa dos termos franceses “*accréditant*” et “*accréditaire*” (Calvet de Magalhães, 1997: 6): na falta de retificação, tais expressões tornaram-se convencionais e inequívocas para quem opera em diplomacia.

Assinalam-se também os latinismos “*pro tempore*”, “*persona (non) grata*”, “*nuncio*”¹⁹ e os francesismos “*fin-de-non-recevoir*”²⁰, “*ballon d’essai*”²¹ “*audience de congé*”, *faits accomplis*”²², entre outros. Neste contexto, a literatura de referência é constituída por dicionários e manuais de conduta, como os Dicionários Diplomáticos de Nicolson (1963) e Berridge & James (2003), e o interessante estudo de Vertzberger (1998) sobre a semântica do risco. Certos órgãos institucionais disponibilizam também glossários técnicos nas suas respetivas páginas web.

Contudo, a codificação interna da linguagem diplomática não é uma construção estática; pelo contrário, apresenta evoluções e variantes, pelo que a análise do discurso permite delinear o contexto da enunciação, com base na linguagem específica utilizada: efetuando uma comparação terminológica com o corpus linguístico existente, podem ser identificadas a época da enunciação discursiva e a corrente de pensamento subjacente.

Por exemplo, é ainda atual referir-se ao “*Quai d’Orsay*”, falando do Parlamento francês, ou à “*Wilhelmstrasse*”, no caso do seu equivalente alemão, enquanto fórmulas como “a preservação da soberania e da independência nacionais” ou “a cooperação internacional para

¹⁹ Legato da Santa Sé.

²⁰ Expressão que indica a recusa duma reclamação oficial sem investigação em mérito.

²¹ Em negociação, entende-se como a estratégia que consiste em avançar uma proposta com o objetivo de “testar o terreno” com base na reação do adversário.

²² O “*fait accompli*” define-se como algo que já aconteceu ou foi decidido, antes que os sujeitos que serão afetados o saibam; a única opção é portanto a da aceitação. Trata-se duma estratégia irreversível e de alto valor demonstrativo.

promover a prosperidade econômica, o desarmamento e a paz” evocam os princípios da Carta do Atlântico, devendo portanto se colocar durante ou após do ano de 1941; da mesma forma, a ideia de “*Concerto Europeu*” fica mergulhada no século XIX, e aparece obsoleta hoje em dia (Nicolson, 1963: 233-234).

No âmbito da linguagem diplomática institucional, resulta também pertinente fornecer um enquadramento do discurso das organizações internacionais e das comunidades de Estados; a comunicação de tais atores é “ao mesmo tempo um instrumento estratégico e um espaço multidimensional. É a ferramenta e o teatro duma interação necessária de várias linguagens, interesses divergentes e ideologias opostas que levam a uma atualização particular do discurso” (Valentine, 2001: 699).

O discurso das organizações internacionais possui características próprias, apesar de aderir aos princípios fundamentais da diplomacia oficial. Assim, se o princípio da objetividade emerge dos relatórios analíticos que fundamentam os debates, o estilo comunicativo enfatiza as representações visuais e os *slogans*; as organizações internacionais adotam formas “rotinizadas” do discurso, que “levam as marcas das questões sociopolíticas e institucionais onde estão envolvidos” (Krieg-Planque & Oger, 2010: 93) e ressoam tanto nas comunicações oficiais, quanto nas ações políticas avançadas.

Uma análise lexical quantitativa do corpus discursivo da UE, por exemplo, evidencia a reiteração de microdados quais “governança”, “globalização”, “diversidade”, “património”, e de expressões como “desenvolvimento sustentável” e “economia do conhecimento” (ibid.).

A nível da análise de conteúdo, os temas ou pontos nodais do discurso da UE são a democracia e os direitos humanos; também, outros elementos podem ser identificados como fundamentais na enunciação das organizações internacionais: são os “que dizem respeito ao valor do diálogo e à busca do consenso, assim como a interdependência, o multilateralismo, e a institucionalização como formas de superar os dilemas de segurança no mercado internacional” (Rasmussen, 2009: 9); e, último mas não menos importante, o livre mercado²³.

Por fim, no âmbito da (iii) língua geralmente utilizada na comunicação diplomática, é oportuno distinguir entre língua veicular, língua de trabalho e língua oficial. A língua veicular define-se como *língua franca* da diplomacia: antigamente o latim, passando para o francês e o inglês; contudo, é possível que certas representações diplomáticas comuniquem na própria respetiva

²³ Em particular, Corinne Gobin e Jean-Claude Deroubaix (2010) assinalam como a implementação do projeto do mercado interno europeu tenha provocado uma importante quebra lexical na UE, mediante “a criação de “fórmulas mobilizadoras, o aparecimento dum novo vocabulário, (...) o encolhimento da ‘Autonomia semântica’ dos temas sociais diante do hegemonismo de um vocabulário mercantil” (Gobin & Deroubaix, 2010: 109).

língua nacional, ou que também falem o mesmo idioma, mesmo que numa variante específica. Mesmo assim, seria recomendável

“que as representações diplomáticas cuja língua nacional não seja uma das línguas diplomáticas, utilizem o francês ou o inglês ou façam acompanhar as suas notas em língua nacional de uma tradução na língua do Estado recetor ou numa das línguas diplomáticas” (Calvet de Magalhães, 1997: 107).

As línguas oficiais da diplomacia são o inglês, o francês e o espanhol, enquanto as línguas de trabalho utilizadas nas cimeiras internacionais incluem também o russo, o chinês, e, mais recentemente, o árabe. A Santa Sé, por sua vez, adota como línguas oficiais “o italiano, o inglês, o francês, o alemão, o espanhol e o português” (ibid.), podendo as Embaixadas efetuar comunicações em todos estes idiomas.

2. A COMUNICAÇÃO E A AUTORIDADE: O DISCURSO DA PERSUAÇÃO

2.1. O Poder Social da Linguagem: o Xequê da Semântica

Conforme descrito no capítulo precedente, o discurso diplomático é uma categoria de enunciação instrumental, cujo objetivo é induzir um determinado comportamento na contraparte, num contexto definido. A linguagem da representação política possui uma vocação fundamentalmente persuasiva, que se concretiza na utilização de determinadas estratégias comunicacionais, visando a consolidar a credibilidade do locutor.

A ligação entre o discurso e a autoridade é um tema debatido no âmbito da filosofia política, da sociologia e da ciência linguística: a autoridade entende-se como uma construção social no seio duma comunidade, onde é motivada ou percebida como necessária²⁴, e cujo exercício político se declina em poder social; em outras palavras, é um produto de dominância percebido como legítimo, na medida em que garante a preservação da ordem social. A autoridade política possui fundamentos psicológicos ancestrais e coletivos e é legitimada, a nível formal, através de leis oficiais, ou produtos discursivos formais, garantindo a continuidade do *Status Quo*; no entanto, o caso das relações internacionais demonstra que a presença de disposições legais não é necessária para a vigência da autoridade: em âmbito interestadual, não há leis universalmente válidas que confirmem mais autoridade ou prestígio a certos atores políticos, porém, é inegável que existam assimetrias de poder.

À luz de tais considerações, e de acordo com a visão de Thomas Hobbes, a autoridade seria então uma enunciação silenciosa, um tácito contrato social, estipulado entre sujeitos caracterizados por uma disparidade de poder fundamental e motivados pelo mesmo objetivo, ou seja, a instauração da ordem social. Segundo esta concepção de impronta realista, a autoridade não possui origens legais ou formais, pelo que, por exclusão, deverá “ser compatível ou pelo menos surgir com o estado natural” (Lake, 2010: 6): a saber, a autoridade surge e afirma-se de forma espontânea, se não consensual, em sistemas potencialmente conflituais, como o das relações internacionais; caso contrário, seria a anarquia²⁵.

À luz de tais considerações, é importante sublinhar como, paradoxalmente, seja mesmo na ausência de qualquer equilíbrio pré-estabelecido, que se manifesta a dinâmica relacional do

²⁴ Segundo a visão de Thomas Hobbes, a autoridade existe no alvo relacional como elemento necessário para a ordem social: investigando os mecanismos de poder que se instauram entre governantes e governados, o autor afirma que o poder soberano não possui outra base e condição de existência, se não a vontade unânime dos súditos de a restaurar para garantir que seja mantida a ordem social.

²⁵ A entender como a condição anterior a qualquer tipo de regra ou lei.

poder: a imposição da autoridade enquadra-se então na ótica duma dinâmica social profundamente natural, originada pelo receio do caos relacional. Da mesma forma, a conservação da autoridade possui uma matriz de carácter social, pelo que, mesmo na ausência de leis e diretrizes formais, a sua continuidade é garantida em virtude da lógica da preservação: em outras palavras, num dado sistema relacional, tanto entre os Estados quanto entre governantes e governados, é preferível perpetuar a configuração tradicional do poder do que meter em jogo a ordem vigente. Consequentemente, os poderes “tradicionais” detêm mais prestígio, e maior poder social, o que lhes confere maior potencial de influência.

O atributo da autoridade revela-se portanto essencial na ótica da persuasão discursiva, ou seja, no intento de exercer influência nos comportamentos de outros atores políticos; isto, sendo que determina os mecanismos pelos quais “se expressam, se ajustam, e se submetem as posições recíprocas dos competidores políticos” (Villar, 2006: 45). Em outros termos, a “palavra proporciona uma dimensão discursiva cuja enunciação visa a, ou simplesmente implica, um certo efeito de poder” (Landowski, 1989: 275): este poder manifesta-se através da interação com um outro, um interlocutor, em relação ao qual existe uma assimetria de poder. O discurso pode realçar a credibilidade do locutor perante os adversários políticos, reforçando o seu poder coercivo na hora da negociação – por exemplo, ao definir os custos aos quais levará um desafio prolongado.

No âmbito do sistema comunicacional negocial, por um lado, o poder social manifesta-se nas trocas entre os representantes de Estado, e reflete as assimetrias de poder subjacentes; no domínio da comunicação pública e mediática, por outro lado, o poder social aplica-se na interação entre os representantes governamentais e os outros atores influentes da sociedade civil, que participam na construção da realidade política; o seu exercício resulta eficaz, na medida em que produz uma transformação das intenções e do *modus operandi* dos atores envolvidos na comunicação, afetado, consequentemente, as condições de realização dos seus respetivos programas.

Como tal, ao aprofundar as dinâmicas relacionais de poder e dominância que se inscrevem no seio do discurso diplomático, afirma-se a necessidade de considerar o discurso como um objeto sociológico, e não apenas linguístico, devido às suas implicações de natureza profundamente relacional. Nas palavras de Pierre Bourdieu (1982):

“Até quando tratamos a língua como um objeto autónomo, aceitando a separação radical feita por Saussure entre a linguística interna e a linguística externa, entre a ciência da linguagem e a ciência das utilizações sociais da língua, estamos-nos a condenar a procurar o poder das palavras nas palavras, ou seja, onde não está” (Bourdieu, 1982: 103-105).

À luz de tais observações, o discurso diplomático não deve apenas ser considerado como um construto exclusivamente linguístico: pelo contrário, inclui a criação de “instituições, conhecimentos e práticas” (Sandrin & Hoffman, 2018: 4) que visam a identificar os interesses comuns e a proporcionar a “adoção de soluções sobre temas de contencioso, em detrimento de fatores de antagonismo, de fratura e de confrontação” (Mongiardim, 2007: 21).

Assim, o poder veiculado pela linguagem não emerge da linguagem em si, como objeto isolado, mas sim da sua aplicação nas relações sociais, “nos diferentes espaços de produção político-simbólicos” (Villar, 2006: 46). O discurso adquire portanto “um estatuto de objeto privilegiado, visando a aceder ao conhecimento objetivo do social” (Duchastel, 1993: 158). Ao analisar a vertente autoritária do discurso, será portanto necessário adotar uma abordagem de tipo sociolinguístico, definindo três elementos fundamentais na prática comunicativa: (i) o espaço de produção, (ii) os conteúdos e as formas da mensagem e (iii) a maneira de difusão e receção da mesma.

O (i) espaço de produção entende-se, segundo a visão de Pierre Bourdieu (1982), como o elemento tópico fundamental para a realização da troca comunicacional, em função do qual são ajustados (ii) os conteúdos a forma do discurso: segundo o autor, “os discursos apenas ganham valor e sentido em relação a um mercado” (Bourdieu, 1982: 60), onde a noção de “mercado” designa o espaço em que os materiais discursivos²⁶ adquirem significação, em função do público que os recebe.

De forma análoga ao que acontece em âmbito económico, no âmbito do “mercado” discursivo enquanto espaço social determinado, o locutor oferece um produto com características de articulação específicas²⁷, que são codificadas e decodificadas em função de determinados esquemas sociais de interpretação, próprios ao contexto. Neste sentido, a nível de análise do discurso, é possível “traçar, situar, marcar a aparição dos enunciados em um dado ambiente e em um dado momento, considerando cada aparição enunciativa como um evento singular” (Audet, 2009: 148).

A troca comunicacional realiza-se portanto num espaço ou quadro comum, definido como denotativo, que concorre para a seleção de certas categorias discursivas simbólicas,

²⁶ Remete-se à designação atribuída por Delahaye (1977) à comunicação diplomática, nos termos de troca de “materiais”, referindo-se a “todas as manifestações específicas e significativas, todas as investidas no âmbito das relações internacionais, todas as percebidas ou que podem ser percebidas além das fronteiras” (Delahaye, 1977: 26-27).

²⁷ Com base na aplicação do princípio da economia do signo (Baudrillard, 1995), a produção duma linguagem setorial implica a seleção, a exclusão e a conservação de determinados signos linguísticos, e cria fenómenos de polissemia linguística.

assumindo significação com base na experiência singular dos recetores; esta dimensão, definida de conotativa, não se entende como a vivência individual, mas sim como a projeção do indivíduo num determinado âmbito coletivo ou social. O meio condiciona as maneiras de (iii) difusão e receção do produto discursivo, assim como do seu potencial de exercer autoridade.

Segundo este paradigma, a análise da articulação discursiva ultrapassa a teoria semântica estrutural de Saussure, afirmando-se como um instrumento eficaz para a compreensão dos fenómenos e das relações sociais que se instauram no domínio internacional: em âmbito sociopolítico, por um lado, as assimetrias do poder refletem-se nos discursos dos representantes governamentais; por outro lado, o próprio discurso contribui para a consolidação de certas estruturas de dominância, revelando o seu potencial de influência na realidade social.

2.1.1. O Discurso como Espaço de Conflito

Desde os primórdios da vida política democrática, numerosos têm sido os pensadores que propuseram a utilização de teorias cognitivas para explicar os processos da tomada da decisão e das relações interestaduais, apoiando a tese segundo a qual o discurso não constituiria apenas um reflexo das relações de poder em força, mas sim um meio de influência no domínio do sistema internacional. A vertente persuasiva da comunicação, questionada em filosofia por Sócrates, Platão, Cícero, Averroé, entre outros, deriva da combinação da lógica rigorosa com elementos emotivos, e com a percepção que o locutor consegue transmitir de si, respetivamente, *logos*, *pathos* e *ethos*.

A retórica distingue-se então como uma ferramenta própria do discurso político, enquanto a lógica permanece enquadrada no âmbito da ciência. Aristóteles, em particular, concetualiza a “Arte retórica” como o estudo dos processos de construção duma mensagem e a sua relação com a estrutura e o funcionamento do texto ou do discurso; esta arte

“tem algo da ciência, ou seja, é um *corpus* com um determinado objeto e um método verificativo dos passos seguidos para produzir a persuasão. (...) o seu objetivo é verificar quais são os mecanismos utilizados para se fazer ganhar a algo a dimensão de verdade” (Sampaio, 2004: 18).

A persuasão enquadra-se portanto nos termos duma força veiculada pela comunicação, “é aquele irónico conselho que está embutido na própria etimologia da palavra: *per* + *suadere* = aconselhar. Esta exortação possui um conteúdo que deseja ser verdadeiro: alguém aconselha outra pessoa acerca da precedência daquilo que está sendo enunciado” (Citelli, 2002: 13).

Segundo uma abordagem sociológica, a persuasão política apresenta uma estrutura tripartida em representação, ideologia e discurso; é a partir destes três níveis de análise, que “a sociedade humana e a prática dos atores sociais são representadas e interpretadas” (Audet, 2009: 133).

Em primeiro lugar, a representação define-se como a construção simbólica universal própria a um determinado grupo social, veiculada no domínio das interações entre os atores e os grupos de influência da sociedade civil; possui valor normativo, no sentido em que fornece as bases para a legitimação da autoridade governamental – distinguindo-se como uma função propriamente política; no entanto, a representação veicula também uma significação subjetiva, na medida em que constitui o reflexo do indivíduo na sociedade, contribuindo para desenvolvimento da sua consciência política de si, conforme as visões de Kant e Hegel.

Em suma, a representação constitui a base de todas as interações sociais, definindo as categorias cognitivas dum determinado grupo social; tais categorias constituem a base do juízo de valor no seio duma comunidade específica, estabelecendo os princípios de aceitação e de recusa de certos indivíduos, comportamentos e ideias. A representação considera-se portanto como uma projeção das normas e dos valores que condicionam a integração do sujeito na coletividade.

Em segundo lugar, a ideologia refere-se à manifestação simbólica do atrito entre poderes, no seio da estrutura social representada; em outras palavras, trata-se duma categoria de enunciação que define um conjunto coerente de representações sobre um paradigma de ordem social (ibid.). De acordo com a filosofia marxista, a ideologia possui um valor formal, na medida em que visa à preservação das relações de dominância vigentes no âmbito duma determinada comunidade; segundo esta visão, a linguagem enquanto expressão ideal das relações de dominância traduz-se num exercício do poder, para que tais relações se mantenham inalteradas.

O ato da linguagem, por sua vez, constitui o evento comunicacional no qual a representação e a ideologia adquirem significação no âmbito dum contexto social específico, que se identifica como espaço discursivo. Em outras palavras, é neste *topos* simbólico, que a enunciação assume consistência e autoridade social, afirmando-se como discurso de dominância; de acordo com esta perspetiva, o espaço discursivo existe independentemente dos atores que o habitam, é o terreno da rivalidade perpétua entre locutores políticos: “é um bem que é, por natureza, o objeto duma luta, e duma luta política” (Foucault, 1969: 156), cujas armas relacionais se enquadram no domínio da persuasão.

O discurso dominante apresenta-se portanto como um objeto social produzido por uma série de relações de carácter conflitual; a sua legitimação é dada pela ideologia formal subjacente,

e pelas representações sociais que definem o seu quadro normativo, no âmbito dum determinado contexto histórico-social. Neste sentido, Michel Foucault (1969) propõe um mapeamento da afirmação do discurso dominante, nos termos dum evento com valor histórico, por ser o reflexo duma assimetria de poder; a sua enunciação é portanto a manifestação um de um sistema socialmente hierarquizado, representado e consolidado mediante certas categorias conceituais, que passam a adquirir valor institucional; a conquista do espaço discursivo hegemónico, por fim, joga-se no plano da guerra da persuasão.

No âmbito da enunciação persuasiva, a prática narrativa assume um valor fundamental de matriz identitária, servindo de suporte para sustentar a credibilidade da enunciação:

"Todas as sociedades humanas, incluindo a sociedade internacional, contam com histórias históricas sobre si mesmas para legitimar noções de onde elas estão e para onde elas podem estar a ir. Um elemento importante das Relações Internacionais é, portanto, a descoberta dos entendimentos dos atores sobre a política internacional e as maneiras pelas quais estes entendimentos foram reunidos em padrões, tradições ou ideologias inteligíveis" (Hurrell, 2007: 17).

Neste sentido, a narração entende-se como o processo mediante o qual se atribui ordem e sentido a uma sequência de eventos, relacionados com o risco da instabilidade social, mediante relações causais coerentes e convincentes. Pode ser considerada como uma estrutura tripartida, na qual se distinguem "uma situação ou ordem inicial, um problema que perturba esta ordem e uma resolução que restabelece a ordem, embora essa ordem possa ser levemente alterada em relação à situação inicial" (Antoniades, Miskimmon, & O'Loughlin, 2010: 4). A prática narrativa desenvolve-se no sentido de atribuir um valor organizacional a esta estrutura, coerente com o posicionamento identitário do locutor²⁸, visando a ganhar o consenso do recetor.

À luz de tais premissas, o potencial de persuasão do discurso manifesta-se em relação a uma determinada situação social, que encontra correspondência com o conteúdo da enunciação; neste sentido, a enunciação revela-se como uma estrutura ideológica, que se baseia e adquire significação no domínio social no qual é produzida.

Mikhail Bakhtin (1977) em particular, assinala dois elementos constitutivos da articulação discursiva: o tema, ou "a expressão duma situação histórica concreta que deu o nascimento da enunciação" (Bakhtin, 1977: 142), e a sua respetiva "orientação apreciativa" (ibid.: 150), ou seja, a modalidade de narração dos eventos em questão; esta constitui uma manifestação da posição do locutor e das suas intenções de representação. O interlocutor é chamado a seguir

²⁸ Para um aprofundamento sobre a relação entre narração, identidade e alteridade, remete-se à obra *Relating Narratives* da filósofa Adriana Cavarero (Cavarero, 2000).

esta orientação, que propõe uma leitura dos eventos em chave racional, mesmo que não-objetiva e não-neutra, estruturando a dimensão cognitiva da interpretação; paralelamente, a ideologia subjacente à narração fornece um padrão da dimensão normativa subjacente, coletivamente aceite.

Pode-se então afirmar que o discurso possui valor produtivo, no sentido em que atribui uma identidade aos sujeitos e aos objetos que pertencem a um determinado sistema social, definindo ao mesmo tempo as relações entre eles, e as suas respectivas limitações (Epstein, 2008: 2). Em outras palavras, os discursos “permitem, autorizam e guiam certos cursos de ação e, ao mesmo tempo, constroem, limitam, restringem, marginalizam, excluem e silenciam compreensões e escolhas políticas alternativas, ou outros modos do pensamento e da ação” (Sandrin & Hoffman, 2018: 5).

Consequentemente, um dado acontecimento histórico apresentará narrações e leituras diferentes, com base no espaço da sua produção discursiva; Laura Roselle (2006) fornece uma demonstração deste fenómeno, mediante uma análise comparativa do corpus discursivo produzidos pelo Estados Unidos da América e a União Soviética, a seguir às respetivas derrotas militares subidas no Afeganistão e no Vietname. A autora evidencia como ambas as tipologias de narração apresentem elementos estruturais comuns, ou seja: (i) a interrupção da ordem social e a necessidade de a reestabelecer, em nome do bem comum; (ii) a retórica da dominância, da vitória iminente e inevitável, reiterada durante mais de uma década; (iii) a elaboração de motivações aceitáveis perante a situação de *impasse*, que justificassem a ausência de uma vitória oficial, e a obtenção duma vitória oficiosa.

No entanto, mesmo apresentando mecanismos análogos de construção, as narrações promovidas pelos dois blocos de poder são nomeadamente antagónicas, por serem baseadas em ideologias políticas opostas; a análise proposta por Roselle (2006) revela-se então eficaz, no intento de ilustrar como os atores políticos adaptam as suas narrações, em função das mudanças que ocorrem no espaço discursivo.

Este fenómeno social adquire também uma significação epistemológica relevante: se a própria história das relações entre Estados não é um reflexo fiel, mas sim uma projeção narrativa da realidade política, a existência de categorias objetivas do conhecimento resulta inevitavelmente posta em causa.

2.1.2. A Persuasão e as Figuras da linguagem

O discurso diplomático, enquanto sistema de comunicação oficial, manifesta uma certa tendência para propor modelos tradicionais e conservadores; contudo, no sistema da comunicação pública e de imprensa, os discursos de representação política revelam o seu

potencial criativo, ao adotar um estilo mais elaborado e assertivo, reforçado, ao mesmo tempo, pela vertente visual. Neste contexto, a utilização de certas figuras da linguagem, em particular, contribui para que o discurso exerça maior impacto no interlocutor e se torne mais fácil de lembrar.

Em primeiro lugar, a anáfora é uma traslação largamente utilizada nos discursos oficiais; a sua função é estruturar a enunciação, com base na repetição de certos elementos, que possuem o valor de categorias cognitivas. Um exemplo pertinente da utilização da anáfora é o discurso pronunciado pela Primeira Ministra do Reino Unido Theresa May (UK Government, 2017), publicado em 17 de janeiro de 2017, sobre a saída do País da União Europeia²⁹; a enunciação abre-se da seguinte forma:

*"A little over 6 months ago, the British people voted for change-
They voted to shape a brighter future for our country.
They voted to leave the European Union and embrace the world.
And they did so with their eyes open (...).*

Este primeiro parágrafo, composto por 42 palavras e 4 períodos, joga na repetição da ideia que o povo da Grã-Bretanha "votou para a mudança"; o quiasma inicial, entre as duas primeiras linhas, é seguido pela repetição anafórica "*they voted*", que em última instância passa a ser perifrasedada: esta enunciação pretende enfatizar como o voto para a "mudança" tenha sido uma escolha livre das pessoas, responsáveis para a implementar. No parágrafo seguinte, o ponto de vista muda, passando do "*they*" ao "*us*", através da mediação do governo:

*"And it is the job of this government to deliver it.
That means more than negotiating our new relationship with the EU.
It means taking the opportunity of this great moment of national change to step back
and ask ourselves what kind of country we want to be".*

Neste segundo parágrafo, de 48 palavras e 4 enunciados, a repetição anafórica "*it means*" refere-se ao significado e ao papel do governo britânico, no tal contexto de mudança; ao mesmo tempo, a perspectiva da enunciação muda para a primeira pessoa plural, reunindo as vozes do povo e do governo; evidenciam-se também 2 ocorrências do advérbio temporal "*this*", utilizado para atribuir valor de urgência e grandeza à mudança em ato. Logo a seguir, o discurso muda novamente de ponto de vista, que passa a ser o da própria Primeira-Ministra:

"My answer is clear.

²⁹ O texto completo encontra-se disponível no site do Governo do Reino Unido, em: <https://www.gov.uk/government/speeches/the-governments-negotiating-objectives-for-exiting-the-eu-pm-speech>. Consultado a 21 de março de 2019.

I want this United Kingdom to emerge from this period of change stronger, fairer, more united and more outward-looking than ever before.

I want us to be a secure, prosperous, tolerant country (...).

I want us to be a truly Global Britain (...). A country that goes out into the world to build relationships with old friends and new allies alike.

I want Britain to be what we have the potential, talent and ambition to be a great, global trading nation(...)."

Neste último extrato, cuja versão integral se compõe de 137 palavras e 5 enunciados, assiste-se à tomada de posição subjetiva da locutora, que vem propor uma solução: *"My answer is clear"*. A assertividade da mensagem é enfatizada mediante a repetição anafórica da fórmula *"I want us"*, culminante em *"I want Britain"*. O discurso de Theresa May é um exemplo eficaz de como a anáfora possa ser utilizada, no sentido de fornecer um enquadramento organizacional à enunciação: *they voted – it means – I want*. Assinala-se também como, ao longo da enunciação, os atores envolvidos no processo de mudança – *they, we, I* – sejam finalmente reconduzidos a um único domínio: *"Britain"* (UK GOVERNMENT, 2017).

Entre as outras figuras linguísticas recorrentes no discurso político, a metáfora e a metonímia ocupam um lugar privilegiado: trata-se de dois instrumentos que propõem mapeamentos linguísticos diferentes, procedendo, respetivamente, a restringir e a ampliar certas categorias de significação no seio da enunciação.

A metonímia, em primeiro lugar, define-se como a substituição dum elemento do discurso por um outro elemento, que possui a mesma significação conotativa, entre outras significações denotativas; tome-se como exemplo um cabeçalho editorial que afirma: *"Avança o plano de Bruxelas"*: na dimensão cognitiva do leitor, *"Bruxelas"* poderá se referir à homónima região belga, à cidade capital da Bélgica, das Flandres e da Comunidade Francesa da Bélgica, ao lugar natal de Jacques Brel, assim como à cidade onde são levados a cabo os trabalhos do Parlamento Europeu³⁰, entre outros significados. A metonímia opera realçando apenas uma destas categorias de significado, ou subdomínios, que em conjunto compõem a dimensão cognitiva do termo; neste caso, o contexto põe o acento sobre o valor político que Bruxelas possui no seio da União Europeia. O termo em si assume então valor metonímico, na medida em que substitui e referencia um dado elemento discursivo.

A metáfora, por sua vez, opera de forma diferente, mais *absoluta*, ou arbitrária, pelo que se afirma como um instrumento eficaz na conceptualização de ideologias e valores sociais. A metáfora visa a ampliar a dimensão cognitiva do discurso, substituindo um elemento por outro

³⁰ Se bem que o voto do Parlamento Europeu seja formalmente expressado em Estrasburgo, Bruxelas é a cidade de eleição da imprensa ao referir-se ao andamento das relações entre os Países da União Europeia.

elemento que não pertence ao mesmo domínio semântico-conceitual, e que passa portanto a adquirir uma significação inédita. Em outras palavras, a metáfora procede a “transferir os conhecimentos dum domínio para outro. As transferências desafiam e transformam os significados (...) e são conhecimentos de mediação entre e no âmbito dos discursos”, afirmando-se como elementos de produção criativa (Carver & Pikalo 2008: 4). Esta função “poética” no discurso diplomático contribui também para oferecer uma representação evocativa do objeto em questão, capturando a atenção do interlocutor e fixando o discurso na sua memória.

Por possuir um valor de representação evocativo e abrangente, a metáfora é utilizada tanto pelos representantes políticos, quanto pela imprensa; a produção metafórica afirma-se particularmente insistente em época de campanhas eleitorais, onde é realçado o carácter teatral da representação política: “as metáforas são significantes em política, porque possuem funções constitutivas: contribuem para preparar o palco” da enunciação (ibid.: 29), e atribuem uma imagem específica ao locutor – incluindo as caricaturas políticas.

Nas eleições presidenciais de 2008 nos Estados Unidos, por exemplo, os dois candidatos Barack Obama e John McCain eram várias vezes referidos pela imprensa, respetivamente, como “*Mr. Ice and Mr. Fire*” (Gibbs, 2008), ou “*Mr. Cool and Mr. Hot*”³¹: as metáforas referem-se aos respetivos temperamentos dos, na altura, candidatos à Presidência, evocando por associação cognitiva as cores dos partidos que representam (fresco = azul; quente = vermelho). Analogamente, entre outros, Margaret Thatcher é conhecida pela imprensa internacional como “*Iron Lady*”, a ex-chanceler alemã Angela Merkel como “*Mutti*”, mãe (Le Blond, 2018)³².

Resulta interessante também constatar como certas metáforas conhecidas passaram a integrar a linguagem natural: assinala-se por exemplo o termo “Cortina de Ferro”, proposto por Winston Churchill, ou a máxima de Theodore Roosevelt “*speak softly and carry a big stick*”, considerada um provérbio (The Editors of Encyclopaedia Britannica, s/d)³³. Também, a metáfora da “cruzada” (Carroll, 2004)³⁴, utilizada por George W. Bush ao definir a guerra dos

³¹ Capa da revista Newsweek em 13 de outubro de 2008.

³² Artigo publicado em 4 de novembro de 2018 pelo jornal *The Guardian*; retirado em 14 de fevereiro de 2019 de <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/04/young-cdu-members-welcome-merkel-departure>.

³³ Expressão figurada frequentemente utilizada por Theodore Roosevelt, que capturou particular atenção mediática ao ser aplicada pelo Presidente ao respeito da sua política estrangeira. Fonte: <https://www.britannica.com/event/Big-Stick-policy>.

³⁴ Artigo publicado em 2 de setembro de 2004 na revista eletrónica *The Nation*; retirado em 6 de fevereiro de 2019 de <https://www.thenation.com/article/bush-crusade/>.

Estados Unidos contra o terrorismo, não passou esquecida na memória coletiva, e a sua utilização encontra-se também nos discursos do grupo terrorista Al-Qaeda.

No que diz respeito ao valor da metáfora no âmbito da percepção normativa, George Lakoff (1996) propõe uma análise do discurso utilizado na política interna dos Estados Unidos da América: a sociedade civil, no seu conjunto, é representada mediante a metáfora da família, que veicula uma estrutura simbólica normativa e hierarquizada; assim, por derivação, são estabelecidas as seguintes representações: “A Nação é uma Família; O Governo é um Progenitor; Os Cidadãos são os Filhos” (Lakoff 1996: 154-5). Consequente, no domínio normativo, a metáfora da família veicula uma ideologia pela qual: “ a) A Comunidade é uma Família; b) A Autoridade Moral é Autoridade Parental; c) Uma Figura Autoritária é um Progenitor; d) O comportamento Moral de Alguém de Autoridade define padrões e reforça-os” (ibid.: 7).

Esta projeção veicula um certo poder de enunciação, na medida em que produz correspondências de ordem metafórica; são assim transmitidas ideias de autoridade e proteção, segurança e ordem (o modelo do “*Strict Father*” o Pai Severo), ou então confiança, afeição, solidariedade, educação (o modelo do “*Nurturant Parent*”, o “Pai carinhoso”), que no âmbito da política interna norte-americana representam a dimensão moral associada respetivamente ao partido Conservador e ao Partido Liberal, ou seja, respetivamente, Republicanos e Democratas.

Com base nestas figuras, os diferentes partidos articulam os seus respetivos discurso: Lakoff afirma que o partido conservador americano tem desenvolvido uma elaborada linguagem da sua política moral: o modelo do *Strict Father* é portanto utilizado para atribuir coerência ideológica às iniciativas do partido sobre problemáticas quais a taxação, os crimes, a pena de morte, o meio-ambiente e o aborto, entre outros; o modelo liberal, pelo contrário, denota a ausência de estruturas de representação consolidadas, o que faz com que este partido adote uma semântica mais objetivista do que metafórica, colocando-se assim em posição de desvantagem.

As figuras da linguagem afirmam-se portanto como ferramentas persuasivas do discurso, na medida em que fornecem representações com valor ideológico; tais representações, ao mesmo tempo, reforçam o *Status Quo*, ou seja, podem ser entendidas como manifestações linguísticas das relações de poder existentes. A título exemplar, considere-se o discurso pronunciado pelo presidente russo Vladimir Putin em março de 2014 (Mello, 2014)³⁵, na altura

³⁵ Discurso retirado do artigo “O discurso de Putin sobre a questão da Crimeia”, publicado pelo jornal GGN – O Jornal de todos os Brasis; retirado em 2 de março de 2019 do URL: <https://jornalggn.com.br/internacional/o-discurso-de-putin-sobre-a-questao-da-crimea/>.

da anexação da Crimeia, perante a Duma. A versão integral do discurso em português compõe-se de 5186 palavras, constituindo 297 enunciados; remete-se ao extrato no Anexo I.

O discurso abre-se evocando o referendo que teve lugar na Crimeia em 16 de março do mesmo ano; ao longo do texto, a palavra “referendo” apresenta no total sete ocorrências, mais uma referência indireta, servindo de prova à consistência da enunciação. Em segundo lugar, a partir das figuras utilizadas é possível delinear com uma certa clareza a ideia que a Rússia possui sobre a sua relação com este País: Vladimir Putin fala nos termos dum território gémeo, afim e aliado, que sempre pertencera à Rússia, apesar de qualquer circunstância histórica:

“Tudo na Crimeia fala da nossa história e orgulhos compartilhados (par. 5);
[cidades] símbolos da glória militar e da notável coragem russas (par. 6);
Sebastopol – a principal base da Frota do Mar Negro da Rússia (par. 6)
semelhante à Rússia (par. 7);
cidadãos e diversas figuras públicas retomaram a questão, afirmando que a Crimeia é historicamente um território russo e que Sebastopol é uma cidade russa” (par. 17);
cidade de glória militar russa (par. 51) (ibid.).

Insiste-se sobre o facto de a “reunificação” da Crimeia (4 ocorrências) ser uma escolha do próprio povo: a palavra “povo” apresenta trinta e três ocorrências, das quais oito associadas aos grupos semânticos da vontade”, “autoridade”, “interesses e direitos”, três à ideia de “união”. Interessante é também a repetição, por duas vezes, da fórmula “nas mentes e nos corações” – utilizada também pelo ex-Presidente dos Estados Unidos George Bush em relação com a guerra contra o terrorismo internacional.

Estas formulações, para além de pretenderem legitimar as ações do Governo Russo, tanto no presente quanto no passado, deixam transparecer a ideia de posse que o País reivindicou “no [seu] quintal ou [no seu] território histórico”, uma metáfora extremamente eloquente. Aparecem também construções contraditórias, relativas à anexação “não violenta³⁶” do território, e faz-se recurso à retórica da defesa para legitimar esta ação, salientando a posição de autoridade que da Rússia em relação à Crimeia, que lhe pediria ajuda “para defender os seus direitos e a vida”; e a Rússia “não podia fazer vista grossa a esse pedido (...) não podia abandonar a Crimeia e deixar os seus habitantes em perigo. Isso seria traição da nossa parte” (ibid.).

³⁶ Vladimir Putin afirmou que “Não houve sequer um confronto armado na Crimeia e nenhuma morte” e agradece os homens do exército ucraniano, que teriam evitado “o derramamento de sangue e não mancharam o uniforme com sangue”. Porém, em relação à indignação ocidental perante o acontecimento, o Presidente afirma: “Não consigo me lembrar de um único caso na história de uma intervenção sem que pelo menos um tiro fosse disparado e sem mortes” (ibid: par. 23-24).

Recorrentes são também os elementos dedicados à colaboração, utilizados ao respeito da Ucrânia. Esta, por sua vez, é elogiada como “amiga” (sete ocorrências), “parceira” (três ocorrências), com a qual é importante manter “boas relações” (duas ocorrências), devido aos seus alegados interesses em comum:

“[A Crimeia], esse território estratégico deve ser parte de uma soberania forte e estável, que hoje só pode ser russa. Caso contrário, caros amigos (dirijo-me aqui à Ucrânia e à Rússia), vocês e nós – os russos e os ucranianos – poderiam perder a Crimeia completamente” (ibid: par. 50).

Resumindo, mediante a análise das translações e da retórica utilizadas no discurso diplomático, é possível recolher informações relevantes sobre a perspectiva, as intenções e os interesses do locutor, assim como do interlocutor pelo qual a mensagem é articulada. Ao mesmo tempo, se por um lado a articulação discursiva visa a reforçar a ideologia subjacente, por outro lado a utilização de certas figuras da linguagem, como a metáfora, em particular, permite ao locutor de explorar novos horizontes de significação no espaço discursivo, e de avaliar o impacto das suas estratégias de persuasão no público-alvo; neste sentido, ao “tecer ligações e produzir metáforas dos “outros”, [as translações] oferecem um potencial para a criatividade, para perspectivas novas (...), incluindo a autocrítica” (Carver & Pikalo, 2008: 4).

2.2. Percepção e Imagem

O estudo da retórica salienta como manejando de forma consciente o discurso e os sistemas de significação, seja possível exercer influência e persuasão nas contrapartes; analogamente, o discurso diplomático, em todas as suas manifestações, “aparece ainda como uma ferramenta de comunicação persuasiva”, por ter a tendência de “modificar o estado do destinatário, quer o estado cognitivo (do saber), quer o estado afetivo, quer a disposição para a ação e a própria ação” (Villar, 2006: 45). Revelando o seu potencial de ferramenta do poder, a par dos meios militares e económicos, o discurso diplomático classifica-se como “uma variável do cálculo diplomático-estratégico no modelo internacional” (ibid.), um exercício do poder que pode ser designado de “poder percetual” (Wyne, 2009: 47).

O conceito de poder percetual transcende a ideia tradicional do poder estadual tripartido em militar, económico e político, introduzindo uma nova perspectiva sobre a afirmação do *Status Quo*; em outras palavras, a imagem transmitida por uma nação ou um ator político, e a sua capacidade de controlar o fluxo de informação contribuem para “determinar o seu status no mercado internacional” (Gilboa, 2001: 2). O poder percetual depende da percepção e da interpretação coletivas, pelo que possui uma natureza fluida, dinâmica, mudável, e afeta de forma crucial as outras três vertentes do poder (Wyne, 2009: 47).

Do ponto de vista comunicacional, o poder percetual manifesta-se através de certos elementos de significação, ou signos, mas a sua eficácia é condicionada pela influência de outros signos, designados de “inferências” (Holsti, 1968) ou “rumores” (Cioffi-Revilla, 1979: 14): tais sinais intervêm na troca comunicacional, condicionando a perceção do interlocutor em relação à mensagem transmitida.

Os rumores constituem uma parte integrante do modelo comunicacional proposto por Shannon-Weaver, pelo qual o fluxo da interação entre dois ou mais atores não se reduz à mensagem enviada, mas envolve também os sinais utilizados (a linguagem, por exemplo) e o efeito dos rumores sobre a mensagem percebida; os subsistemas deste modelo comunicacional são portanto a fonte da mensagem (o locutor), o transmissor (o canal de transmissão da mensagem), a fonte do rumor (que produz efeitos na perceção do conteúdo), o recetor e o destino da mensagem (a interpretação). De acordo com este modelo comunicacional, o exercício do poder percetual estende-se não apenas às estruturas da enunciação, mas também às categorias de interpretação numa determinada comunidade social. Assim, no âmbito da perceção social, “a análise das inferências pode (...) revelar dados sobre a natureza do público-alvo, ou dos efeitos produzidos” (Holsti, 1968: 601); esta tipologia de análise, em âmbito discursivo, é classificada de análise do conteúdo³⁷.

No que diz respeito aos signos utilizados na enunciação, em particular, Robert Jervis (1976) refina a distinção dos atos de significação em sinais e índices: os sinais entendem-se como atos verbais ou simbólicos cuja significação, definida por convenção ou por acordo tácito, é conhecida aos que a utilizam como linguagem: comunidades, povos, instituições, profissionais, e no geral, grupos sociais – em diplomacia, os sinais podem ser entendidos como os códigos internos próprios à linguagem diplomática. Os índices, por outro lado, são atos comunicativos não especificamente enquadrados dum ponto de vista formal, que acompanham a articulação do discurso e possuem a capacidade de persuadir o interlocutor de que a mensagem transmitida é correta, verdadeira, credível: a nível de interação visual, trata-se de gestos inconscientes de gratificação, convicção, assertividade, nervosismo, etc. expressados pelo locutor; também, são considerados outros comportamentos materiais, como a estipulação de acordos internacionais e alianças, que revelam de forma clara as intenções dum ator político e condicionam a imagem que este pretende defender.

Como tal, os representantes estaduais devem se preocupar constantemente com a imagem que transmitem às contrapartes, a partir da sua conduta das relações internacionais; neste

³⁷ A análise do conteúdo tem sido utilizada nas ciências sociais, assim como nos estudos sobre a comunicação das massas, os comportamentos, fenómenos e símbolos sociais, a criação e perpetuação de ideologias e estereótipos.

contexto, o discurso pode marcar uma diferença considerável, comunicando uma imagem “desejável”, correta, prestigiosa, de si e do Estado que representa; isto aumenta as suas possibilidades de ganhar reações favoráveis por parte de outros atores políticos, tecendo relações de influência que promovem uma ideologia persuasiva por imagens.

A questão da imagem em Relações Internacionais tem sido objeto de aprofundamentos teóricos a partir da segunda metade do século XX, e assumiu ainda maior importância na época da Guerra Fria. Particularmente interessante neste sentido é a tese proposta por Kenneth Boulding (1990), que atribui à imagem a definição de “estrutura total cognitiva, afetiva e avaliativa da unidade comportamental, ou a visão interna que se possui de si próprios e do próprio universo (...) dos outros organismos que constituem o seu ambiente internacional” (Boulding, 1959: 120-121).

Esta definição abre o espaço a reflexões sobre a ação de princípios inconscientes sobre o processo da tomada da decisão; assim, por exemplo, quando uma unidade do sistema é percebida como hostil, amigável, poderosa ou fraca, isto dever-se-ia à imagem que se possui em relação à referida unidade. Nesta perspectiva, no âmbito das negociações internacionais, a conduta entre os Estados é tão influenciada pela avaliação da imagem do adversário, pelo menos quanto pela avaliação racional do risco³⁸; o processo da tomada da decisão dependerá então da análise racional, assim como de mecanismos emocionais inconscientes produzidos pela retórica da persuasão, da mesma forma pela qual o discurso oscila entre *logos*, *pathos* e *ethos*³⁹.

Confirma Levy (2008), a negociação é uma estratégia política e psicológica, dirigida por líderes políticos e caracterizada por ser a um tempo racional, coordenada pela diplomacia, e sensível “aos constrangimentos políticos do adversário, à visão que ele tem do mundo, às percepções dele” (Levy, 2008: 538). Analogamente, Alexander L. George & Richard Smoke (1974)⁴⁰ aplicam esta visão, no âmbito do exercício da força em diplomacia: a coerção requer o conhecimento de “sistemas de valor, motivações, atitude ao risco, horizontes temporais⁴¹ e dificuldades domésticas” dum adversário político (ibid.: 549), por serem estruturas potencialmente funcionais ao êxito da negociação. Assim, “as relações percebidas como

³⁸ A psicologia do risco baseia-se no princípio segundo o qual “a análise do risco varia em função das perdas e das vitórias definidas acerca dum ponto de referência subjetivo” (Levy, 2008: 547).

³⁹ Aristóteles distingue como elementos retóricos do discurso a argumentação (*logos*), a emoção do público-alvo (*pathos*) e o carácter do orador (*ethos*).

⁴⁰ In Levy, S. J. (2008). Deterrence and Coercive Diplomacy: The Contributions of Alexander George. *Political Psychology*. International Society of Political Psychology, 29, 4, 537-552.

⁴¹ Com o horizonte temporal de um ator político entende-se a projeção dos objetivos deste num eixo temporal de longo ou curto prazo.

estratégicas podem ser entendidas como uma função do poder relativo percebido, da cultura percebida e da ameaça ou oportunidade percebida que um sujeito considera representados por outro ator” (Hermann, Voos, Schooler & Ciarrochi, 1997: 403); tais elementos podem ser classificados como índices, conforme a definição de Robert Jervis (1976).

A visão que os seres humanos possuem do mundo, num determinado contexto cultural, é portanto um produto da palavra: se a palavra enquanto significante pretende enquadrar ou conter a realidade (os significados), ao mesmo tempo contribui para a construção da realidade em si. A relação entre a factualidade e a consciência revela-se então estreitamente dependente da prática narrativa: objetos e os eventos adquirem significação através da palavra que os enuncia, e que se afirma como autoritária. Por esta razão, o discurso enquanto instrumento da autoridade revela-se eficaz na análise da evolução dos equilíbrios de poder, “das ordens hegemónicas, dos conflitos entre Estados (...) e da confiança internacional”, se não “o primeiro meio das relações internacionais” (Lake, 2010: 2-3).

2.2.1. O Papel da Representação na Avaliação do Risco

O poder percetual possui o potencial para exercer uma influência concreta no âmbito do processo da tomada da decisão, conforme descrito por Vertzberger (1998). A fase da tomada da decisão é descrita como uma reação em sequência causal de desafio, risco, intervenção e *feedback*; na fase preliminar do processo da tomada da decisão, o desafio entende-se como a possibilidade de expansão ou a necessidade de defesa dos interesses nacionais (no caso duma ameaça de retaliação); perante tais circunstâncias, o risco é avaliado com base nas opções de intervenção disponíveis (mobilização militar, negociação e participação política, interrupção de certas relações diplomáticas), na tentativa de estimar os potenciais resultados em termos de ganhos e perdas. Assim que o potencial se traduz em ação, e que as consequências se manifestam, o *feedback* irá revelar a eficiência das decisões que foram tomadas, e constituirá o ponto de partida para a avaliação e o acompanhamento da sua eficácia.

A avaliação do risco é fortemente condicionada pela própria percepção do desafio; o autor propõe uma “anatomia do risco” em três partes: o risco real, o risco percebido e o risco aceitável. O risco real deriva “duma situação ou dum comportamento, [dos quais] os líderes políticos podem ser conscientes ou não” (Vertzberger, 1998: 18) e é estimado com base em “experiências individuais, processos cognitivos e características organizacionais” (ibid.), assim como em contingências ambientais e sociais. O risco percebido, por sua vez, refere-se à avaliação da “intensidade” do desafio, a partir da sua formulação e da projeção da imagem do locutor; o risco percebido, por ser diretamente influenciado pelo fator não-razional da percepção, “pode não ser, e muitas vezes não é, congruente com o risco real” (ibid.), pelo que

é essencial que seja suportado por outros instrumentos de avaliação estratégica, quais estatísticas ou análises oficiais. Por fim, o risco aceitável identifica-se como o que os decisores políticos avaliam como sustentável e viável em termos de custos e benefícios; esta análise serve de unidade de medição para ponderar qualquer intervenção.

De forma análoga, Kahneman & Tversky (1979) salientam a importância da avaliação do risco a partir dum ponto de referência: os atores envolvidos num determinado processo negocial avaliam os possíveis resultados em termos de ganhos e perdas, cada um deles a partir do seu ponto de referência; a tomada da decisão deriva da avaliação subjetiva do risco, na ótica dos interesses que representa.

Um dos elementos à base desta avaliação é a aversão à perda: as perdas possuem um maior peso da tomada da decisão do que os possíveis ganhos e os ganhos perdidos (Levy, 2008: 546); os negociadores predispor-se-ão a escolhas não arriscadas, de forma a não prejudicar o *status quo*, e a uma atitude de aceitação quando o risco de perdas estiver em vista. Da mesma forma, quando uma ação política é avaliada como capaz de produzir ganhos e perdas em igual medida, ou de forma incomensurável, a aversão à perda traduz-se no fenómeno chamado de “tendência para o *Status Quo*” (Samuelson & Zeckhauser, 1988).

Por outras palavras, quando os riscos são incalculáveis em termos de ganhos e perdas, ou quando apenas se compensam, a tendência é manter a ordem vigente. Consequentemente, um ator político caracterizado por uma escassa aceitação do risco, será mais propenso para a não-ação, do que para uma ação arriscada.

Pelo contrário, assim que os ganhos possíveis aumentam e o risco da perda diminui, o poder do *status quo* baixa (Molm, 1997: 119), e o risco torna-se aceitável. Por fim, se o *target* da negociação considerar que “o risco inaceitável possa ser controlado e evitado” (George & Smoke, 1974: 527), irá, com muitas poucas exceções, criar as condições necessárias para “desafiar a deterrência (...) e atribuir à sua escolha de ação o carácter de um risco racionalmente calculado e aceitável” (ibid.: 529).

Este postulado implica que os resultados da ação são igualmente avaliados a partir dum certo ponto de vista, ou perspectiva, tanto que “um resultado que falha (...) o nível de aspiração do decisor político, mesmo sendo em si um sucesso, será considerado uma perda” (Vertzberger, 1998: 21). Também, um ator fortemente motivado pode, “inconscientemente, ajustar a sua avaliação do risco para justificar uma ação que pretende levar a cabo (...) ou alterar conscientemente a sua avaliação do risco por razões estratégicas” (Levy, 2008: 548), ou ainda, alterar a perceção dos outros atores, lançando no mercado negocial uma imagem de si fortemente motivada. Como tal, a análise da perceção do risco revela-se também uma ferramenta eficaz para medir a motivação dos atores que participam na negociação.

Resumindo, no âmbito da negociação internacional o poder percetivo coloca-se na interseção entre a avaliação subjetiva do risco e o entendimento coletivo da decisão efetuada. O risco subintende a aversão à perda, pela qual uma ação apenas será aviada na presença de ganhos substanciais. Neste contexto, a instabilidade do *status quo* exige o reforço das medidas não-violentas de persuasão e deterrência, com fim a manter as assimetrias de poder existentes; tais medidas enquadram-se no domínio do *Soft Power*, ou poder brando, no qual o discurso assume relevância enquanto ferramenta de influência.

2.3. O Discurso, Ferramenta Dura do Poder Brando

O termo “*soft power*” compareceu em 1990, na publicação de Joseph Nye na revista “*Atlantic Monthly*”, nos EUA. Em época pós-guerra fria, o autor expressou-se a respeito da conduta das relações internacionais dos Estados Unidos na altura, sugerindo a implementação de medidas não-violentas para exercer influência em outros países:

“o país mais rico do mundo poderia permitir-se uma melhor educação em casa e a influência internacional que deriva dum programa de ajuda e informação no estrangeiro. O que é preciso é um maior investimento no “poder brando”, o complexo maquinário da interdependência, mais do que no “poder duro” – ou seja, armamentos novos e custosos” (Nye, 1990: 86).

Ou seja, o poder duma nação não depende apenas da sua força militar, mas também da força de atração que exerce no exterior às suas “filosofia política, instituições políticas e ações políticas” (Wyne, 2009: 55). Mais no detalhe, Joseph Nye (2004) define o “poder brando” como a ação de influência exercida em vista à obtenção de determinados resultados, segundo três métodos principais: (i) a coerção através da ameaça; (ii) a indução de mudanças no comportamento através de recompensas; (iii) a atração e a cooperação, sendo que a combinação destas três manifestações se define de *Smart Power*.

Por outras palavras, uma nação que enfatiza o seu poder brando mediante as estratégias diplomáticas, respetivamente, coerciva, económica e pública, “sabe convencer os outros a apoiar os seus objetivos sem ter de utilizar a força, sanções económicas, ou outros instrumentos (...) bélicos” (Wyne, 2009: 39); contudo, o poder brando permanece um exercício de dominância, que não implica a completa ausência da força, como será demonstrado na presente análise.

De seguida, são apresentados os três elementos do *soft power*, conforme a definição de Joseph Nye (1990); os conceitos teóricos serão exemplificados mediante o caso internacional

do desarmamento da Líbia, começado em 1968 e ultimado oficialmente em 2003⁴². Neste caso específico, a capacidade organizativa e de persuasão dos Estados Unidos jogou um papel essencial para que o líder Muammar Qaddafi consentisse a desistir dos programas WMD, “*Weapons of Mass Destruction programs*”, ou “programas para armas de destruição de massas”, incluindo o seu decenal programa de armas nucleares.

Em primeiro lugar, (i) a ameaça “é algo nitidamente presente nas negociações de determinado assunto (...), é o comportamento que rege no caso da demanda de uma das partes não ser atendida” (Ferreira, 2016: 2). Afirma-se como o instrumento de eleição da coerção diplomática e consiste em obrigar um adversário a agir de uma determinada forma, mediante “a ameaça da força, mais do que a utilização da força” (George & Simons, 1994: 2); resulta eficaz caso haja uma assimetria de poder marcante, como, por exemplo, no caso dos Estados Unidos, dominante no cenário político de 1968, e da Líbia, menos influente neste mesmo cenário. A ação coerciva possui geralmente valor preventivo, ou seja, visa evitar uma situação de crise ou um conflito indubitavelmente violento⁴³; no caso em questão, tratou-se de retirar os armamentos do governo Quaddafi.

Contudo, como já na visão de Schelling (1966), se a força bruta pode resultar, o poder de aleijar o inimigo revela-se mais eficaz quando se mantém potencial: em outras palavras, a ameaça do perigo, ou de que haverá mais perigo, pode fazer com que alguém ceda ou cumpra. Porém, o mesmo autor especifica que esta estratégia “não inclui só a ameaça do uso da força, mas sim a ameaça dum maior e progressivo uso da força, se não haverá colaboração” (Schelling, 1966: 171-3).

Em diplomacia a violência é idealmente exercida “duma maneira exemplar”, ou seja, “na forma de uma ação militar limitada”, com o objetivo de reforçar o esforço diplomático de persuasão, manifestando “a determinação e a vontade de subir a níveis mais altos da ação militar, se for necessário” (George & Simons, 1994: 2) ou com o fim de “evitar uma violação generalizada dos comandos, e, conseqüentemente, a erosão da autoridade” (Lake, 2010: 6). Assim, a utilização limitada da violência representa um fator-chave da estratégia coerciva, quando o

⁴² Através da assinatura do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (NPT: *Nuclear Non-Proliferation Treaty*) de 1968; o Tratado foi vigorado em 1970 e ratificado cinco anos mais tarde; a Líbia concluirá um acordo de salvaguarda em 1980.

⁴³ Confirma Alexander George (1991), a coerção, “antigo instrumento da diplomacia”, revela-se eficaz quando enquadrado em um plano de política externa credível, e quando se torna parte de uma grande estratégia (“*grand strategy*”, na redação original), finalizada à prevenção ou à resolução de uma situação de crise (George, 1991: 7).

objetivo é realçar a credibilidade, ou mostrar os custos aos quais levará um desafio prolongado⁴⁴.

Em segundo lugar, (ii) a utilização de recompensas é uma tática igualmente comum no âmbito da negociação internacional, sendo igualmente reconhecida como uma ferramenta da diplomacia coerciva; como salientam Alexander George e William Simons (1994), o mecanismo da recompensa visa à criação de ligações de reciprocidade e interdependência, mediante a oferta de incentivos positivos, compensações, garantias de abertura negocial. Este mecanismo de persuasão baseia-se igualmente na avaliação fundamental em termos de custos e benefícios, na medida em que “proposições explícitas são avançadas ostensivamente para o objetivo de alcançar um acordo”, quando os interesses são complementares, “ou concretizar um interesse comum, lá onde houver um conflito de interesses” (Iklé, 1964: 1-2).

A complementaridade de interesses designa a situação na qual os respetivos interesses de dois ou mais oponentes não se correspondem, mas são concretizáveis na ótica de uma relação de reciprocidade; Kirgis (2014) chama a título exemplificativo a prática da “troca de favores” envolvida nos processos legislativos, que o autor designa de “*positive leverage*”, ou “alavancagem positiva”⁴⁵, e propõe como exemplo o caso dos legisladores poderem negociar os seus votos sobre certas resoluções para satisfazer interesses recíprocos; o resultado será “positivo”, no sentido em que existirá — ou desenvolver-se-á — uma certa simetria de poder entre os atores. Pelo contrário, a “*negative leverage*”, ou “alavancagem negativa”, por sua vez, associa-se à noção de coerção negocial, ou seja, “deriva da habilidade de uma parte impor custos ao seu oponente, se este recusar aceitar uma série de condições” (Kirgis, 2014: 74).

Chamada também de “*carrot-and-stick strategy*”, a estratégia da cenoura e do bastão, a tática da alavanca baseia-se em três critérios: “proporcionalidade, reciprocidade e credibilidade” (Jentleson, 2006: 1). Em outras palavras, para que um conflito de interesses se traduza em interesses comuns, uma parte da negociação irá propor certos incentivos (a cenoura) à contraparte, de forma proporcional à natureza da motivação desta, e ao esforço demonstrado para alcançar os seus objetivos; em segundo lugar, é analisada a relação de reciprocidade entre os incentivos positivos propostos e as concessões aceites; caso não haja tal relação, o

⁴⁴ O primeiro passo da coerção diplomática será tentar persuadir o adversário de que “os custos e os riscos derivados duma certa linha de ação que ele possa querer levar excedam notavelmente os benefícios” (George & Smoke, 1974: 11).

⁴⁵ Kirgis (2014) utiliza o termo “poder de alavancagem” para se referir a um tipo de poder específico, “enraizado nas consequências”: isto é, quando “uma parte consegue influenciar a outra parte mediante a ameaça da imposição das consequências”, determinando os custos e os benefícios derivantes de uma determinada ação, com base em “procedimentos psicológicos ou normas sociais” (Kirgis, 2014: 73).

ator coercivo irá exercer intimidação no segundo oponente (o bastão), contrabalançando o sentido de confiança derivante da reciprocidade.

No caso da Líbia, assistiu-se à implementação desta exata estratégia: a negociação foi levada sob o signo da presença de incentivos positivos, conforme declarado por Seif el-Islam, filho de Quaddafi, pelo qual foi alcançado “um acordo de em que ambas as partes acabariam por ganhar” e a Líbia “emergirá da isolamento internacional, tornando-se um negociador com os países africanos, e colaborando com os grandes poderes para mudar a situação árabe” (ibid.: 2). Este acordo, concluído de forma proporcional ao interesse do País, assegurava que, ao optar para o desarmamento, a Líbia ganharia voz no panorama político-económico internacional, tendo acesso à garantia e ao privilégio de assumir o papel de Estado negociador entre as potências Ocidentais e os Governos Árabes; poderia ainda contar com um apoio multilateral, ao lado dos “vencedores”, pelo seu envolvimento a longo prazo, com o objetivo de operar uma mudança radical nos países do mundo Árabe.

Houve também a condição de reciprocidade, pela qual o consentimento a colaborar levaria a mudanças de ordem política e não de regime: a posição e o prestígio dos líderes líbios manter-se-iam portanto intactos. No entanto, a credibilidade coerciva dos EUA foi acompanhada pelo reforço da retaliação: em 1991, a Líbia foi ameaçada ficar sujeita a sanções económicas multilaterais acrescentadas às já incidentes⁴⁶ sobre o País, enquanto se reforçava a recetividade militar dos países confinantes.

Em última instância, (iii) o poder de atração entende-se como a capacidade de alguém “levar os outros a apreciá-lo até ao ponto de mudar os seus comportamentos conforme os seus gostos” (Snow, 2009: 3). Para persuadir alguém, uma pessoa ou uma coletividade, da própria credibilidade, é preciso articular um discurso que fomente o consenso do interlocutor, fazendo apelo às ferramentas da persuasão: os Estados Unidos articularam uma diplomacia de sucesso, tanto que o caso do desarmamento da Líbia tornou-se exemplar e reforçou notavelmente a imagem dos Estados Unidos e das capacidades dos serviços secretos americanos no seio da comunidade internacional – em particular, após as críticas severas recebidas pelo insucesso com as suspeitas dos programas WMD no Irão.

Ao mesmo tempo, a decisão da Líbia “caracterizou-se como um modelo para os outros Estados”. Emblemática neste sentido foi a declaração de Stephen Rademaker, Assistente Secretário de Estado para o controlo das Armas, o qual, em ocasião da conferência de imprensa do Tratado de Não-Proliferação nuclear de 2 de maio de 2005, afirmou que “nunca

⁴⁶ As referidas sanções foram aplicadas pelos EUA e pelas Nações Unidas: uma clara enunciação da vontade política internacional, que reforçou o impacto económico com uma declaração de intenções.

é demasiado tarde” para os estados decidirem cumprir o padrão internacional de não-proliferação nuclear, salientando que a Líbia foi “amplamente recompensada” pela sua escolha⁴⁷ (Arms Control Association, 2018).

O exemplo ilustrado revela como o poder brando, apesar da sua designação, “seja muitas vezes usado em conjunto com outras formas de cumprimento e persuasão, mais fortes e ameaçadoras” (Snow, 2009: 3), que se acompanham de discursos necessariamente persuasivos ou dominantes, visando a influenciar tanto a contraparte, quanto a opinião pública internacional, exercendo poder de atração e ganhando legitimação social perante a ameaça latente. Neste sentido, foi igualmente demonstrado como a vertente pública da diplomacia possa servir de deterrente ou de reforço à negociação internacional, contribuindo para moldar a realidade política mediante a percepção que lhe é dada dos eventos. Concluindo, à luz de tais considerações, a diplomacia

“é e deve ser uma negociação, envolvendo a persuasão, a dissuasão, a coerção, e as recompensas. O seu propósito é influenciar de forma apropriada as respostas psicológicas daquele ator perante um evento, uma imagem, uma mensagem. O requisito hoje não é uma melhor narração ou o controlo da narração, mas o domínio do discurso” (Armstrong, 2009: 65).

2.3.1. O Paradigma do Discurso Hegemónico

O discurso autoritário entende-se como a comunicação que assume valor social, ou seja, capaz de reproduzir uma determinada representação da realidade. Como afirma Umberto Eco, “o discurso persuasivo não é um mal; só é quando se torna o único trâmite da cultura, quando se torna o único discurso possível, quando não é integrado por discursos abertos e criativos” (Sampaio, 2004: 23); de facto, sem um certo nível de persuasão “os acordos comuns (ou contratos sociais) não seriam possíveis” (Nelson & Izadi, 2009: 338).

Contudo, isto presume que a comunicação seja bidirecional, assumindo a forma de diálogo; quando isto não se verifica, quando do diálogo se passa ao monólogo, criando correspondências de significação vinculadas a uma visão política, que não admitem exceção, o discurso assume uma conotação hegemónica, classificando-se como discurso de dominância (Foucault, 1980; Escobar, 2012; Laclau & Mouffe, 2001). A hegemonia do discurso é uma construção “exclusivista, que não permite mediações ou ponderações”, é a comunicação pela qual “o poder mais exhibe suas formas de dominação (...) o mundo do diálogo perdeu a guerra para o mundo do monólogo” (Sampaio, 2004: 22-23).

⁴⁷ Disponível em formato eletrónico ao URL: <https://www.armscontrol.org/factsheets/LibyaChronology>; consultado em 15 de março de 2019.

Nesta tipologia do poder comunicacional, a linguagem e o poder operam em conjunto para criar constrangimentos morais na sociedade social; em outras palavras, a reiteração duma ideia por parte dum locutor, segundo uma certa ordem (como a ordem retórica de Aristóteles) fundamenta uma determinada maneira de ser e de estar dos indivíduos no contexto social, “desqualificando” outras (Escobar, 2012: 5).

O discurso de dominância é tradicionalmente associado ao carisma de líderes físicos ou no culto de autoridades religiosas (Weber, 1978: 31-38), ou seja, nas práticas de deificação com valor político e no conjunto das suas figuras de significação. Nomeadamente, as figuras autoritárias carismáticas e religiosas não podem prescindir dos seus hinos e rituais, símbolos e signos, nem do estilo retórico que caracteriza a sua narração da realidade e sedimenta na experiência e na memória sociais⁴⁸.

A análise de Foucault (1980), com base na teoria psicanalítica freudiana, encontra no discurso a manifestação “sintomática” do “objeto do desejo” do locutor, pelo que a articulação organizada do discurso seria um instrumento para racionalizar, dar forma e, ao mesmo tempo, significação aos objetivos subjacentes à sua enunciação. Nas palavras do autor:

“A produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, seleccionada, organizada, e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar os seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por quê, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1980: 78-100).

O poder da enunciação manifesta-se na medida em que esta se traduz em ação, ou melhor, em um produto discursivo (repare-se mais uma vez na linguagem económica), lançado num determinado momento histórico, que se afirma como dominante e passa então a ser distribuído nos sistemas comunicacionais. Os produtos do discurso hegemónico estão portanto ligados a uma determinada conjuntura histórica e sociopolítica, conforme evidenciado no capítulo precedente; porém, o efeito derivante de tais produtos, isto é, a dimensão cognitiva que eles veiculam, possui um carácter de permanência, que pode até prescindir dos modelos de enunciação originariamente utilizados.

Um exemplo eficaz deste mecanismo de construção da realidade através do discurso é ilustrado por Arturo Escobar (2012): o autor questiona a existência de noções como “Terceiro

⁴⁸ Acrescenta Lake (2010), o poder social afirma-se como perpétuo na medida em que se consolida no terreno, e em que a presença da autoridade gera pressão social: “na perspetiva das *coletividades* subordinadas, (...) a observância da autoridade é voluntária, sendo que os sujeitos conferem direitos ao governante” ou soberano, enquanto para os *indivíduos* subordinados “a obediência é o resultado do cumprimento da pressão social enraizada na prática coletiva” (Lake, 2010: 5).

Mundo” e “subdesenvolvimento”, cunhadas após a Guerra Fria referentes, de forma simplista, à América Latina, à África e à Ásia. Nesta época, a difusão de tais sistemas cognitivos revelou-se funcional para a reafirmação das supremacias tradicionais: “estas noções não existiam antes de 1945” (Escobar, 2012: 31) e, bem que sejam consideradas hoje politicamente incorretas e desatualizadas ⁴⁹, persistem ainda dissimuladas nas retóricas de “democratização”, “desenvolvimento” e “progresso” dos poderes estaduais e das organizações humanitárias e internacionais⁵⁰.

Em suma, o discurso hegemónico pode sim mudar a sua articulação, mas o produto ou a imagem que distribui, relativamente ao locutor ou a outro sujeito, não deixa de contribuir para a consolidação daquelas “relações do poder definidas (...) em guerra e pela guerra (...) que continua com outros meios” (Foucault, 1980: 90): o Terceiro Mundo é colocado na última grade do pódio hegemónico, por não se identificar com nenhuma das doutrinas professadas pelos “vencedores”, ou seja, com um intento de exclusão. Ao mesmo tempo, a associação de termos como “subdesenvolvimento” ou “em via de desenvolvimento”, atribui a esta exclusão uma imagem miserável, “indesejável”, utilizando a expressão de Robert Jervis (1976).

Contudo, é inegável que a unidade de medição do que é desejável, ou desenvolvido, é a medida tecnocrática própria ao Ocidente capitalista e neocapitalista, baseada nos valores da ciência, da industrialização, da democracia e afins, sem ter em conta qualquer outro sistema de princípios; qualquer outra forma de enunciação é portanto reprimida e negligenciada, tornando-se em discurso marginal. Assim, a prática discursiva “estabelece as regras do jogo: quem pode falar, a partir de quais pontos de vista, com qual autoridade e segundo qual critério de conhecimento” (Escobar, 2012: 41).

O discurso não afirma apenas o que é, mas também o que não é, mediante um mecanismo de produção e exclusão de certos “nós conceituais” (Laclau & Mouffe, 2001) definem de “elementos”. Estes “nós” constroem unidades de significação, domínios conceituais; quando uma relação de significação é criada entre um signo e uma esfera cognitiva, é produzido um discurso, que se torna dominante no momento em que é adotado como credível por outros atores políticos; consolidando-se, tal figura discursiva se torna em verdade social, nos vários contextos úteis da sua produção.

⁴⁹ Desde o fim do século XX, estas noções foram reconhecidas como veículos duma visão geopolítica banalizadora; remete-se a “Terceiro Mundo e Terceiro Mundismo” publicado em Infopedia, Porto Editora. Consultado em [https://www.infopedia.pt/\\$terceiro-mundo-e-o-terceiro-mundismo](https://www.infopedia.pt/$terceiro-mundo-e-o-terceiro-mundismo), consultado a 07/03/2019.

⁵⁰ Para uma crítica lúcida e pungente da retórica ocidental sobre a África, remete-se à crítica de Mallence Bart-Williams, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AfnruW7yERA>, consultado em 7 de março de 2019.

Este processo de ligação, pelo qual outros elementos se aderem ao discurso dominante, deve-se à relação discursiva, que produz uma relação, ou “momento”, mediante a “articulação”. Os autores põem o acento sobre a dimensão exclusiva do discurso dominante, ilustrando-o nos termos duma “totalidade encerrada”: isto significa que as estruturas de significação anunciadas e socialmente aceites, não podem ser modificadas. Este conceito remete à noção de *habitus* linguístico de Bourdieu (1982), ou seja, ao estilo próprio do discurso dominante, que é constituído mediante censuras e sanções, com valor “estratégico, negocial, ou até violento” (Villar, 2006: 46).

Contudo, lembra-se que a autoridade do discurso não deriva apenas da sua objetividade, ou do seu conteúdo informativo, o *logos*; pelo contrário, o poder da persuasão baseia-se na sedução emotiva dos ouvintes, o *pathos*, e no *ethos* do locutor político: irá portanto recorrer a distorções e hipérboles, ameaçar a presença de perigos latentes, reiterar os valores comuns da coletividade e afirmar a importância da ordem social em vigor, da identidade coletiva, e outros conceitos mediante os quais a autoridade se retroalimenta.

Assim, para que o discurso funcione, um elemento imprescindível é o consentimento social⁵¹, a aceitação coletiva do discurso como verídico. Considerando, porém, o princípio geral pelo qual a palavra política nunca é neutra, não haverá qualquer enunciação da verdade que não seja motivada por “exortações económicas e políticas” (Foucault, 1980: 131). O discurso tenderá então a definir o seu próprio padrão de retidão, com base na realidade e na memória sociais, que é publicizado e aceite como certo, verdadeiro, correto.

Este padrão, ou “anatomia política” (Escobar, 2012: 42) possui um valor instrumental de identificação coletiva, reforçado, ao mesmo tempo, quando em oposição com a anatomia política respetivamente atribuída ao *outro*, à alteridade – que se revela errada, inferior, ameaçadora, etc. Em suma, o discurso definido como hegemónico “permite, autoriza e guia certas condutas de ação e, ao mesmo tempo, restringe, limita, marginaliza, exclui e silencia entendimentos e escolhas políticas diferentes, outros padrões de pensamento e ação” (Sandrin & Hoffman, 2018: 5).

Neste sentido, no contexto democrático vários discursos podem ser produzidos a partir, ou para além, do discurso dominante; Laclau e Mouffe (2001) acreditam na impossibilidade de

⁵¹ António Gramsci (1981-1937), filósofo político de impronta marxista, ao discorrer sobre a atuação da força hegemónica, apontou como esta exerça-se necessariamente pelo auxílio do consenso, que operaria como catalisador da aceitação coletiva, “sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (Gramsci, 2000: 95).

perpetuação extrema do poder e atribuem a estes “momentos” a definição de “*competing discourses*”, cuja tradução mais fiel seria “discursos concorrentes”.

Neste domínio concorrencial, o discurso hegemónico é periodicamente desafiado por eventos ou acontecimentos críticos, o que provoca um sentido de instabilidade nos indivíduos que o legitimaram; assim, o sujeito procura redefinir a própria “subjetividade política”, ou seja, a própria significação social, com base nas diferentes construções discursivas produzidas; “sendo que a subjetividade é um produto social, há sempre aberturas para a estabilização ou a desestabilização, a consolidação e a resistência, discursos dominantes e contrários” (Sandrin & Hoffman, 2018: 14). Esta “abertura” subjetiva fundamenta o que Laclau e Mouffe (2001) chamam de “princípio de inquietação”, pelo qual nenhum discurso pode-se manter para sempre como dominante.

No que diz respeito a esta última constatação, Gilles Deleuze & Félix Guattari (1987) propõem um mapeamento diferente da dinâmica do poder, não apenas ligado à manifestação discursiva da mensagem, mas sim aos meios de transmissão da mesma e aos seus efeitos normativos, isto é, em termos de “regulamentos, valores e crenças” (Manor, 2018: 6), que se traduzem em práticas e categorias conceituais. Os autores afirmam que a significação semântica em si não seja suficiente para criar repercussões nos comportamentos sociais, até quando não houverem iniciativas governamentais de discriminação que traduzem a categoria linguística em categoria diversificada.

Assim, por exemplo, ser classificado como “branco” ou “preto” não inclui necessariamente uma vantagem ou desvantagem a nível social; porém, no momento em que medidas de discriminação são implementadas *top-down*, ou “de cima para baixo”, contra uma categoria ou a outra, eis que a designação da cor passa a veicular um sistema de valores completamente diferente.

Por esta razão, e como confirma firmemente o pensamento ativista, para efetuar uma intervenção concreta na realidade, a reconfiguração linguística ou a renegociação da significação não são suficientes – mesmo que a linguagem seja um instrumento de principal importância na ação revolucionária e do protesto social. O pensamento feminista, em particular, identifica na língua sinais da dominância patriarcal, e propõe padrões neutros de comunicação; o mesmo fizeram os movimentos que lutaram contra o racismo, por exemplo. Contudo, a redefinição terminológica necessita ser corroborada por mudanças concretas que envolvam as condições materiais, as oportunidades, os riscos, e o acesso aos recursos que são proporcionados aos indivíduos dum determinado grupo social.

Esta teoria remete à vocação da comunicação diplomática, enquanto ferramenta de informação e influência, de se traduzir em ação, num exercício do poder que transcende as

meras categorias semânticas; contudo, o potencial para produzir mudanças políticas não pertence apenas às categorias discursiva *top-down*: na atual época da revolução digital, em particular, outros atores políticos não-institucionais investem produtos discursivos no mercado internacional, criando paradigmas normativos e conceituais alternativos e não-convencionais.

Resulta então fundamental pôr o acento sobre o facto de a revolução tecnológica não constituir apenas um ampliamiento dos meios de transmissão da informação: pelo contrário, a disponibilidade de novos recursos proporciona uma maior participação ativa dos indivíduos e das comunidades de indivíduos na esfera política, permitindo a “construção de novas visibilidades” (Deleuze & Guattari, 1987), novas significações e redes de influência, que também possuem o potencial de se traduzir em ação.

3. A VERTENTE PÚBLICA DA DIPLOMACIA

3.1. A Evolução da Prática Diplomática

No capítulo precedente, o discurso diplomático foi analisado nos termos duma ferramenta hegemónica, investida de autoridade legítima, que impõe e exclui determinadas categorias conceituais, garantindo assim a sua preservação.

Porém, “a inteira história das ciências sociais e das ciências da linguagem, em particular a linguística (...) Freud, Marx, Durkheim, mais recentemente Foucault ou Bourdieu” (Le Bart, 2010: 77) chama à atenção contra o erro de atribuir uma definição “ingenuamente soberanista” dos discursos de dominância, sendo que “o contexto social constitui ao mesmo tempo o seu constrangimento e a sua dimensão” (ibid.).

Neste sentido, em particular, a importância de exercer influência nas populações estrangeiras surgiu em concomitância com a criação do Estado-nação, estrutura baseada nas ideias da identidade política e da soberania territorial; antes do Estado-nação, “os soberanos gozavam de grande autonomia na tomada da decisão, e as tentativas de influenciar as populações estrangeiras baseavam-se mais em mudar a opinião dos outros líderes ou em táticas psicológicas como espetar cabeças em estacas” (Armstrong, 2009: 63).

Em particular, no século XX assiste-se à emergência dum novo modelo diplomático, que pretende promover a transparência dos negócios internacionais, assim como a visibilidade perante os média e a opinião pública - sobre tudo internacionais. Esta mudança da prática diplomática foi anunciada em 1918, pelo na altura Presidente dos EUA Woodrow Wilson, no seu *Discurso de Catorze Pontos*, que defendia “pactos abertos de paz, abertamente alcançados, depois dos quais não deve haver entendimentos internacionais privados de qualquer tipo, mas a diplomacia procederá sempre com franqueza e na visão pública” (ibid.).

O Discurso constitui o elemento histórico de demarcação entre a diplomacia tradicional, “altamente formal, institucional, interpessoal, lenta, e geralmente secreta” (Gilboa, 2001: 2). e a diplomacia moderna, ou “diplomacia aberta”. Esta prática ressalta em primeiro lugar o valor da informação como veículo de influência, ou arma de persuasão característica da história moderna e contemporânea: durante e após a Guerra Fria, e, ainda com mais evidência, em época atual, devido à revolução das tecnologias da informação e da comunicação (NTIC).

A vocação de “abertura” da prática diplomática encontra um terreno fértil com a evolução tecnológica, sendo que as ferramentas de comunicação, do rádio à internet, permitem uma divulgação em larga escala dos conteúdos de interesse político internacional. Consequentemente, no século XXI, “com o desenvolvimento sem precedentes dos meios

técnicos que restringem o tempo, ampliam os espaços, multiplicam as interações, a diplomacia (...) tornou-se mais do que nunca num instrumento de influência” (Villar, 2006: 11).

De certeza, isto não implica que todas as negociações diplomáticas sejam levadas publicamente: “quando é importante, quando é necessário, os diplomatas treinados e até as figuras políticas conseguem ainda guardar segredos” (Neuman, 1996: 4); de forma geral, a visibilidade proporcionada pelas NTIC impõe uma postura que tome em conta do impacto da decisão sobre a opinião pública, que pode, por vezes, beneficiar ou prejudicar de forma evidente o esforço diplomático.

“Os governos devem definir os interesses e as estratégias de política externa dentro do contexto da capacitação e restrição da opinião pública, e a influência política é, portanto, a cada vez mais, uma questão de saber moldar como os públicos estrangeiros definem o significado dos factos, interpretar eventos e perceber os outros atores no sistema internacional” (Rasmussen, 2009: 1).

Assim, se a diplomacia tradicional entende-se como as “relações governo-governo”, a vertente pública das relações internacionais exige também um certo esforço por parte dos representantes políticos, para cultivar a dita “relação governo-público”.

Certo é, a ideia dum “público global” resulta difícil de se definir, ou até só imaginar, devido à fragmentação que caracteriza as diferentes comunidades, tanto materiais quanto virtuais; também, à medida que as oportunidades de “interação pessoa-pessoa” aumentam, graças à possibilidade de instaurar trocas virtuais ou pessoais, prescindindo das fronteiras nacionais, o discurso sobre as *res politicae* passa a ser articulado por atores quanto mais diferenciados; perante tal fenómeno, a ideia dum público único, composto por inúmeras vozes, entra em conflito com a ideia de heterogeneidade.

Não obstante isso, é possível falar de públicos globais, ou públicos de influência no âmbito dos negócios internacionais; neste contexto, os princípios à base da diplomacia, em particular o da territorialidade, fazem o objeto duma revisão conceitual: em primeiro lugar, com o avance da tecnologia, o conceito de fronteira geográfica perde de consistência, perante a possibilidade de instaurar redes transnacionais de contacto e troca de informações — com particular ênfase desde a aparição das ferramentas digitais.

Interessante neste contexto é o discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido David Miliband (2008), que ilustra como a inovação tecnológica teria produzido mudanças radicais, no âmbito das relações entre Estados, e entre os Estados e os cidadãos:

“Primeiro, há uma mudança do oeste para o leste, com a ascensão da China e da Índia. Em segundo lugar, há uma mudança entre as esferas nacional e internacional, com o crescimento de instituições regionais e globais. Terceiro, há uma mudança entre estados e cidadãos, o que eu chamo de “surto civil” — a ideia de que, em todo

o mundo, as pessoas que possuem acesso extremamente diferente a oportunidades e riqueza, no entanto, habitam um universo cada vez mais comum” (Antoniades et al., 2010: 3).

Também, o incremento das possibilidades de os cidadãos se deslocarem e residirem no estrangeiro facilita a instauração de comunidades nacionais extra-territoriais, ou “comunidades Diáspora” (Rana, 2010), que permanecem em conexão com o país de origem, adquirindo o estatuto de comunidades de influência (Manor, 2018).

Ao mesmo tempo, com o desenvolvimento tecnológico e o alargamento do alcance do discurso diplomático, as próprias instituições tradicionais da diplomacia adquirem novos departamentos e figuras profissionais, como técnicos de TI, especialistas em marketing digital e redes sociais, para citar alguns; esta reconfiguração das estruturas organizacionais do aparelho diplomático anda de mão dada com a necessidade de ampliar as suas redes de colaboração.

Em suma, “o alargamento territorial e temporal dos espaços de referência, a aparição de funções para-diplomáticas inéditas ou de novas diplomacias económicas, a multiplicação dos atores, dos fluxos, das interações” (Villar, 2006: 131) levanta questões sobre a estrutura da diplomacia; assim, a prática diplomática e as instituições estaduais tradicionais encontram-se atualmente a enfrentar um processo necessário de evolução; Ronald Deibert (1977) descreve este fenómeno segundo uma teoria de matriz evolucionista, que define de “holismo ecológico” (Deibert, 1977: 39): devido a certas mudanças de tipo ambiental, ou contextual, todas as forças sociais que habitam tal ambiente, e nele evoluem, devem adaptar-se para poder sobreviver.

No âmbito da sociedade civil, a que o autor define de “incorporação social da tecnologia” (ibid.), contribui para a criação dum novo ambiente comunicacional, no qual as forças sociais podem sobreviver ou perecer: a sobrevivência dependerá da capacidade de certas comunidades conciliarem os interesses, os objetivos, e a lógica organizacional que as caracterizam ao novo ambiente. Neste contexto, em particular, “as forças marginais (...) são levadas para o centro, como consequência involuntária da inovação tecnológica” (Deibert, 1997: 30).

A reflexão do autor põe o acento sobre um aspeto fundamental das mudanças na prática diplomática: a adaptação dos materiais discursivos não é o resultado direto da emergência das NTIC, mas, pelo contrário, deve-se à “apropriação das ferramentas tecnológicas pelos indivíduos, pessoas como instituições” (Archetti, 2012: 186). Ou seja, a evolução do discurso diplomático não se deve apenas aos meios de informação utilizados, mas sobre tudo ao

empreendedorismo que os atores políticos demonstram “na maneira pela qual se adaptam a condições de mudança” (ibid: 186).

Como tal, uma tendência marcante na prática diplomática é a utilização da *mass media* e das NTIC, para a divulgação de informações sobre eventos atuais, facilitando a instauração de trocas económicas e culturais; em particular, iniciativas como projetos de cooperação internacional, atividades de intercâmbio e ofertas educativas fazem o objeto duma divulgação em larga escala, por serem atividades de matriz cultural que proporcionam visibilidade e permitem criar laços com os cidadãos no estrangeiro, moldando “as percepções fundamentais a longo prazo dos países e das sociedades” (Gilboa, 2001: 4).

Conforme ilustrado em precedência, o poder da diplomacia como atividade de persuasão joga-se no terreno da “melhor oferta” e, conseqüentemente, da melhor publicidade; o discurso diplomático necessita então de estender o seu raio de ação a novos “mercados discursivos” (Bourdieu, 1982), adaptando a sua articulação a diferentes interlocutores; neste sentido, assiste-se à adoção por parte das instituições de meios de comunicação mais imediatos, que garantam o diálogo com o público; analogamente, a correspondência oficial passa a utilizar também aplicações de mensagens instantâneas, para a troca de certas informações, enquanto o carnet de contactos do diplomata deixa-se complementar por outros instrumentos digitais, como agendas eletrónicas e redes sociais.

Em suma, com a evolução da prática e da profissão diplomáticas, “as alianças políticas/culturais fixas tradicionais não são abandonadas, mas tornam-se mais flexíveis” (Scott-Smith, 2009: 54); por outro lado, quanto mais os processos de construção política se tornam acessíveis à visão do exterior, também mais pessoas possuem acesso ao repertório desta construção, garantindo a concorrência de opiniões sobre assuntos de ordem política. Por esta razão,

“Na prática contemporânea, a política externa deve tomar em conta as visões dos cidadãos e não somente dos Estados. Entrámos na era dos grupos de opinião e dos interesses particulares: a soma destes veicula uma representação do mundo à qual um governo não se pode realmente subtrair. (...) hoje coexistem o apelo utilitário – o das lobbies – e o apelo identitário (...) e possuem uma influência crescente na conduta dos negócios políticos” (Delcorde, 2009: 8).

Neste contexto, Eytan Gilboa (2001) propõe três modelos ou etapas da evolução da prática diplomática, em função do progresso tecnológico e das instituições de comunicação, que em época moderna “se tornaram tão centrais para a política mundial e a economia (...) e as fontes de poder e influência, tanto a nível nacional e internacional” (Gilboa, 2001: 3). O autor avança

um aprofundamento das noções de “diplomacia dos média” e do “efeito CNN⁵²”, aviando uma pesquisa sistemática sobre as práticas de utilização das tecnologias da informação para influenciar a opinião pública no estrangeiro.

Segundo o autor, tais práticas seriam: (i) a diplomacia pública, implementada por atores estaduais e não-estatais, endereçada aos indivíduos das sociedades estrangeiras; (ii) a “diplomacia dos média”, pela qual os representantes oficiais utilizam os meios de comunicação para promover a resolução de conflitos; por fim, o autor introduz o conceito de (iii) “diplomacia da corretagem mediática”, onde os jornalistas “assumem temporariamente o papel de diplomatas e servem como mediadores nas negociações internacionais” (ibid.: 4); tais modelos são ilustrados de seguida, no intento de traçar o percurso da evolução da prática diplomática e do seu discurso em época moderna.

3.1.1. A Diplomacia Pública e a Guerra Relacional

A diplomacia pública entende-se como “a atividade diplomática praticada junto de atores não estatais. Consiste em informar, comunicar e interagir com a sociedade civil: a comunicação social, os académicos, os empresários, o público em geral” (MNE, s/d)⁵³. Em outras palavras, refere-se ao conjunto de discursos produzidos pelos representantes institucionais, com o objetivo de ganhar poder persuasivo junto da opinião pública e das contrapartes negociais: “através da diplomacia pública os diplomatas procuram transmitir uma imagem correta do país, promovendo as suas valências, fatores diferenciadores e competitivos” (ibid.).

Trata-se dum exercício do poder que se enquadra no domínio do *soft power* e que, conforme demonstrado em precedência, à par das outras práticas do mesmo âmbito, apresenta certos elementos de dominância.

A diplomacia pública é composta em “proporções relativamente diferentes de informação governamental e de relações culturais a longo prazo” (Nye, 2004)⁵⁴; incluindo:

⁵² O Efeito CNN ou a “curva CNN” (Neuman, 1996: 1) refere-se ao empoderamento político da televisão global (*Cable News Network*), em particular nos eventos críticos que envolvem a possibilidade de intervenção humanitária: os diplomáticos seriam portanto “funcionários [que] perderam o controlo sobre a tomada de decisões para a televisão global” (Gilboa, 2001: 3).

⁵³ Secção do Portal Diplomático da República Portuguesa, consultada em 25 de março de 2019 em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/diplomacia-publica>.

⁵⁴ Artigo de Joseph Nye publicado pela revista eletrónica *The Globalist* em 10 de maio de 2004. Retirado em 4 de março de 2019 de: <https://www.theglobalist.com/public-diplomacy-in-the-21st-century/>

1. a informação quotidiana governo-público, que consiste em “explicar o contexto das decisões políticas internas e externas (...) e deve também envolver a preparação para lidar com as crises e os contra-ataques” (Kelley, 2009: 74).
2. a comunicação estratégica, que propõe o desenvolvimento de temas de ordem internacional em diálogo com a opinião pública global, visando a recolher informações sobre o ponto de vista da opinião pública.
3. a instauração de relações com “indivíduos-chave” estrangeiros, quais “as elites políticas ou culturais, os formadores de opinião e os líderes, os que se interessam nas notícias e nas políticas externas” (Szondi, 2009: 300) e que inclui iniciativas de diplomacia cultural, como oportunidades de formação, bolsas de estudo, intercâmbios, etc.

Tais ferramentas de persuasão são utilizadas pelo Estados tanto no contexto internacional, quanto em âmbito nacional, para reforçar a coesão interna; neste último caso, em particular, o objetivo principal poderá não ser a conquista do espaço discursivo, mas sim a sua preservação. Assinala Gilboa (2001):

“Se o objetivo clássico da diplomacia pública é chegar ao público dum país para pressionar o seu próprio governo, para que mude a sua política externa ou interna, ocasionalmente, nesta variante, o objetivo é exatamente o contrário, direcionar o debate público para que a política governamental não mude” (Gilboa, 2001: 8).

A própria noção de diplomacia pública foi lançada pela indústria da imprensa: conforme indicado por Nicholas J. Cull (2009), a primeira aparição da “diplomacia pública” data de Janeiro de 1865, em que o *Times* de Londres evoca a ideia de “*Public Diplomacy*” como sinónimo de civilização, passando, após a Primeira Guerra Mundial, a ser assimilada à ideia duma diplomacia aberta, em que as negociações entre estados fossem transparentes e visíveis aos olhos da opinião pública.

Neste contexto, interessante é a aparição do termo em relação ao Discurso em Catorze Pontos de Woodrow Wilson, pronunciado em 8 de Janeiro de 1918; na altura, o Chanceler alemão Georg von Hertling, falou nos termos de uma “Publicidade dos Acordos Diplomáticos⁵⁵” (Cull, 2009: 20), o que foi curiosamente traduzido de forma pouco fiel pelo *New York Times* com “diplomacia pública”; talvez tenha sido um erro, mas esta definição levou a idealizar a nova forma da diplomacia como uma forma de envolvimento da opinião pública no âmbito da defesa, ressoando como uma promessa de paz.

⁵⁵ “*Publizität den diplomatischen Abmachungen*”, conforme a declaração publicada no jornal *Reichstag* em 24 de janeiro de 1918.

Contudo, o facto de a política poder estar ao alcance do público a nível global tinha sido imediatamente identificado como uma mera possibilidade de divulgação publicitária pelos estado-nações liberais da altura; assim, perante as profundas mudanças na própria natureza da diplomacia, e em resposta à exigência coletiva, delineou-se clara a responsabilidade e a dependência da imprensa junto das grandes instituições e figuras do poder. Neste sentido, o ideal da transparência política resultou inevitavelmente afetado, em particular perante a profusão de retóricas fraseológicas apelativas e *slogans* “mascarados de princípios da política externa” (ibid.: 21), que evocavam as técnicas da propaganda⁵⁶ utilizadas durante a Segunda Guerra Mundial.

A concetualização da diplomacia pública coincidiu, portanto, com a exigência de promover as novas dinâmicas comunicacionais governamentais. A primeira utilização de “*public diplomacy*” no sentido corrente é atribuída a Edmund Gullion, em 1965, com a seguinte definição:

“A diplomacia pública (...) refere-se à influência da atitude pública na formação e na execução da política externa (...) aos governos cultivarem a opinião pública em outros países; (...) ao fornecer informação sobre os negócios internacionais e ao impacto destes no público (...) e ao processo da comunicação intercultural” (Kelley, 2009: 73).

Contudo, resulta difícil prever os resultados a longo prazo, para a diplomacia pública, no âmbito das relações entre poderes; o que é certo é que a sua emergência tem contribuído para ampliar a gama dos atores que participam ativamente nos assuntos de ordem geopolítica – os média, as organizações internacionais, os atores privados e os grupos de influência, que fomentam, entre outros, os debates sobre a democracia e os direitos humanos.

Consequentemente, para obter legitimação e dissuadir a produção de discursos concorrentes, a enunciação oficial recorre ao exercício do poder normativo, ou seja, da sua capacidade de moldar a perceção de outrem: quando uma tomada de posição institucional se traduz em retórica discursiva, e transmite representações de si e ideologias que são aceites como válidas, está a exercer poder social:

“A influência política é alcançada através da influência sobre questões específicas, como os direitos humanos ou a corrupção (...) ou pela adição de novas questões à agenda política, relacionando-os com importantes elementos discursivos (...). A influência discursiva é mais facilmente obtida se a mensagem transmitida for consistente com as crenças e valores básicos das pessoas” (Rasmussen, 2009: 5-6).

⁵⁶ Enquanto até ao início do século XX o termo “propaganda” era considerado neutral, significando simplesmente “propagar o ponto de vista de alguém” (Waller, 2008:137), após a Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, encontrou-se a assumir uma conotação suspeita e particularmente negativa, passando a ser sinónimo de desinformação, ou seja, da “manipulação arbitrária da informação para atingir um objetivo” (Scott-Smith, 2009: 51).

Analogamente, estudos posteriores sobre as técnicas da guerra psicológica, ou operações psicológicas, salientam a importância de envolver o público, para que este se sinta “investido de poderes” (Scott-Smith, 2009: 55): neste sentido, as trocas entre indivíduos afirmam-se como o primeiro meio de gerenciamento das alianças, podendo contribuir, a longo prazo, para a criação de comunidades sociais que partilham afinidades culturais comuns, o que torna as relações entre certas nações “mais ou menos garantidas (ibid.).

Neste contexto, assinala-se também a existência de vários estudos sobre a utilização da diplomacia pública como ferramenta psicológica em contexto bélico, ou melhor como “arte operacional, para emprestar um termo da esfera militar” (Armstrong, 2009: 54).

Assim, alguns autores, entre outros Mark Kilbane (2009), assimilam a diplomacia pública à prática militar conhecida como *Psychological Operations*, PSYOP⁵⁷, que inclui “as operações planeadas para transmitir informações e indicadores selecionados para influenciar as emoções, o raciocínio objetivo e, por fim, os comportamentos dos governos, das organizações, dos grupos e dos indivíduos no estrangeiro” (Kilbane, 2009: 187).

O autor fundamenta a sua tese na dificuldade de definir uma taxa de sucesso da diplomacia pública, enquanto as estratégias de PSYOP podem de facto exercer um certo poder de deterência: durante a Guerra do Golfo de 1991, por exemplo, “jogaram um papel espetacular (...), encorajando 70.000 soldados de Saddam a desistirem em massa”: nesta ocasião, os EUA efetuaram uma distribuição aérea de panfletos nas formações adversárias, cuja mensagem informava que “no dia seguinte a uma hora exata a mãe de todas as bombas seria lançada” por cima dos soldados (Kilbane, 2009: 189). No dia seguinte, à hora anunciada, a promessa foi mantida; às explosões seguiu o anúncio do próximo ataque, que levou milhares de soldados iraquianos a desistir.

Esta ideia de complementar as operações psicológicas através da diplomacia pública visa portanto, essencialmente, a alargar o círculo dos atores que participam nas campanhas de informação dos EUA, incluindo os indivíduos da sociedade civil. Ora, por quanto esta teoria seja fundamentada num dado real – a escassa calculabilidade em termos de custos e benefícios da diplomacia pública – a sua aplicação entra em contradição com a natureza da persuasão, ou seja, a credibilidade aos olhos da comunidade global.

Por outras palavras, a diplomacia pública não deve comparecer como prática de guerra psicológica ou de propaganda, mas deve promover “a advocacia direta de certas políticas

⁵⁷ No contexto da pesquisa abordado pelo autor, os EUA, as PSYOP são de competência do Ministério da Defesa, o mesmo órgão que se ocupa da contrapropaganda;

através dos objetivos “nobres” da diplomacia cultural e (...) das artes para ganhar simpatizantes no estrangeiro” (Scott-Smith, 2009: 51).

Neste sentido, se a diplomacia pública é uma ferramenta de guerra, é-o nos termos uma guerra relacional, no âmbito do conflito para a conquista do espaço discursivo; o exercício do poder percetual visa então à reconfiguração das conexões entre os demais atores que participam em política externa, ao mesmo tempo em que se consolida a cada vez mais como uma prática de preservação das relações existentes.

3.1.2. Diplomacia, Publicidade e Média

Uma tentativa de enquadrar o potencial de sucesso da diplomacia pública foi avançada pelos Estados Unidos, que propuseram uma leitura do seu funcionamento, aplicando os princípios próprios ao marketing e à publicidade⁵⁸; a nomeação de Charlotte Beers ao cargo de Subsecretária para a Diplomacia Pública e os Negócios Internos do Departamento de Estado⁵⁹, em 2001, introduziu um novo “*ethos* de medição” (Kovach, 2009: 210) do potencial de influência do discurso diplomático no público estrangeiro, “insistindo sobre a utilização da mesma base rigorosa de medidas atitudinais da publicidade profissional” (ibid.) e sobre o planeamento programático, “para definir a mudança atitudinal desejada e medir então até que ponto seria cumprida ou não, e porquê” (ibid.).

Esta abordagem baseia-se no princípio do “domínio da percepção” (Taylor, 2009: 15), que remete à precedente análise sobre o poder percetivo como quarta vertente do poder; devido à sua ligação com a comunicação de imprensa, essencialmente visual, a prática da diplomacia pública associada à publicidade baseia-se, em primeiro lugar, na promoção duma imagem desejável dum dado país em território estrangeiro; a divulgação em larga escala de tal imagem permite estabelecer conexões não apenas institucionais, mas também com os vários membros e grupos influentes da sociedade civil. Isto proporciona um potencial de impacto notável e incrementa as probabilidades de manter o equilíbrio relacional, por um lado, e de vencer a hostilidade de outros Estados, por outro lado; a ideia subjacente é

⁵⁸ A publicidade da diplomacia não é uma atividade recente: já Napoleão recorria aos “despachos do imperador” para difundir informações sobre a situação externa e narrativas sobre os valores da civilização, da liberdade, da pátria (Vlahos, 2009: 30).

⁵⁹ “*Undersecretary for Public Diplomacy and Domestic Affairs*”; cargo sénior, comparável com um “General de quatro estrelas”. O Subsecretário de Estado para a Diplomacia Pública e os Assuntos Internos reporta ao Secretário de Estado, ao Presidente dos EUA e ao Governo sobre a percepção pública dos Estados Unidos. Esta função foi criada durante o mandato de George Bush, em 1999, após de ter sido dissolvida a anterior autoridade da informação, a *Information Agency*, e em particular após as demissões do Responsável para a contraproganada islâmica.

“Criar uma imagem favorável para as políticas, as ações e os sistemas político e económico do país, assumindo que, se a opinião pública na sociedade-alvo for persuadida a aceitar esta imagem, irá exercer pressão sobre o seu governo para alterar as atitudes e as políticas existentes” (Gilboa, 2001: 5).

Para citar um exemplo, a Polónia tem feito um esforço notável para se dissociar da imagem dos campos de concentração nazistas, tanto que em 2007 o País avançou um pedido à UNESCO, para que o nome do campo de Auschwitz fosse mudado em “Antigo Campo de Concentração Alemão nazista de Auschwitz-Birkenau” (Kubicki, 2007)⁶⁰ – proposta que foi aceite, mas que na altura irritou profundamente a comunidade Judia.

Ao mesmo tempo, numerosos Estados passam a contratar empresas especializadas em relações públicas, também estrangeiras, para promover uma imagem persuasiva de si; à luz disto, o conceito de diplomacia pública é frequentemente associado à noção de *branding* nacional (Taylor, 2009), que se baseia na representação discursiva da identidade nacional; também, como não há publicidade sem marca⁶¹, esta tendência, que foi igualmente aplicada em âmbito académico, é definida de “*brandwagon*” (Szondi, 2009: 302).

Contudo, a abordagem publicitária aplicada à política externa não se revelou eficaz para os Estados Unidos; após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, o país decidiu voltar a investir na sua imagem no estrangeiro, e em particular, nos Países Árabes. A ideia subjacente era alcançar um público-alvo estratégico, as elites políticas e outros “elementos-chave” da sociedade civil, para que aprendessem a conhecer os Estados Unidos como País, exibindo os seus valores, filosofia política, económica e cultural: “*To know us is to love us*” (Taylor, 2009: 12); a produção de discursos persuasivos, combinada com a repetição de conteúdos, um carácter próprio à publicidade, iria conquistar o público estrangeiro e agir positivamente na ótica da resolução do conflito em curso.

Assim, em 2002 o Departamento de Estado do Governo de George W. Bush, sob a coordenação de Charlotte Beers, lançou a campanha “*Shared Values*”, valores partilhados, que consistia em cinco anúncios televisivos a descreverem a vida dos Muçulmanos nos EUA, incluindo também publicidades impressas e panfletos. O objetivo era demonstrar que a América tolerava e respeitava a religião Muçulmana, promovendo a “marca da democracia” (ibid.).

⁶⁰ Notícia publicada pela *Polskieradio* em janeiro de 2007. Transcrição disponível ao link: <http://www2.polskieradio.pl/eo/print.aspx?iid=35297>, consultada em 26 de abril de 2019.

⁶¹ A ideia duma marca nacional aplicada aos produtos discursivos remete à análise de Baudrillard, e à sua ideia dos signos como mercadorias ou bens de consumo (Baudrillard, 2006, p.207).

Porém, esta tentativa não foi bem-recebida pelos canais da informação⁶², nem pelo público-alvo, que viu nesta narração uma “uma nova forma de neoimperialismo cultural, de imposição dos valores e das visões ocidentais” (Pratkanis, 2009: 114); ainda mais agravante, a campanha foi lançada em concomitância com o anúncio da invasão do Iraque pelos EUA, resultando em “mais um exemplo da hipocrisia e da seletividade ocidentais” (Taylor, 2009: 16).

Confirmam a versão francesa do jornal tunisiano *Le Quotidien*, que declarou “engraçado” o esforço, afirmando que “os Americanos apenas precisam dum paninho para lustrar a própria imagem, e já está!”, assim como o jornal Paquistanês *Ummat* publicou uma série de anúncios satíricos, reproduzindo de forma provocatória o conteúdo da campanha (Pratkanis, 2009: 115).

O erro que foi cometido neste caso foi de natureza percetiva, ou seja, não se souberam enquadrar as preocupações do público-alvo (a “invasão do cruzado estrangeiro⁶³”); pelo contrário, estas foram alimentadas.

Este exemplo demonstra que uma abordagem “de marca” aos assuntos estrangeiros pode ser arriscada e contraprodutiva, devido à própria natureza da atividade publicitária:

Ao avaliar o uso da publicidade para a diplomacia pública, a publicidade deve ser vista como técnica, não como estratégia viável para os esforços da diplomacia pública. A filosofia da marca ignora a natureza dinâmica e competitiva do conflito internacional (ibid.)”

Por outro lado, em época de paz, a publicidade da diplomacia pode criar oportunidades para países já afirmados no cenário internacional, e portanto já “marcados” como prestigiosos ou credíveis; um exemplo é a China, que escolheu a marca do “grande País pacífico e responsável” (Manor, 2017: 4), ou ainda o Reino Unido, que soube se relançar sob a marca “*know-how*”, através de agências quais a *Interbrand* e personalidades de renome no setor publicitário, como Simon Anholt e Wally Olins (Szondi, 2009: 302); da mesma forma, a Colômbia quis cancelar a sua imagem ligada ao mundo da droga, contratando a agência de relações públicas maior do globo, a Sawyer Miller Group (Gilboa, 2001: 7). Contudo, para os países emergentes ou menos influentes no mercado internacional, resulta complicado obter resultados satisfatórios a curto prazo, o que muitas vezes acaba por não compensar o

⁶² Os canais televisivos estaduais e Al Jazeera recusaram-se de transmitir os anúncios, identificados como propaganda Americana, o que limitou notavelmente o seu alcance e deu prova da falta de pertinência do seu conteúdo no contexto.

⁶³ No âmbito do conflito atual entre os EUA e o terrorismo internacional, Al-Qaeda adotou como estratégia de persuasão social a representação da América como “um cruzado que entende dominar o mundo Islâmico” (Pratkanis, 2009: 124).

investimento no *branding* nacional, em particular quando este for coordenado por uma agência externa.

3.1.3. A Diplomacia Mediática

Mesmo que a abordagem publicitária possa não resultar eficaz para garantir um retorno positivo das ações governamentais, a sua aplicação resulta igualmente interessante, no que diz respeito à utilização estratégica dos canais mediáticos por parte dos governos: a publicidade proporcionada pelos média, neste sentido, entende-se nos termos de visibilidade, contribuindo para a promoção da imagem estadual. Esta variante da diplomacia pública é definida de “diplomacia dos média”, termo que se refere ao uso dos média por parte dos representantes estaduais, “para comunicar com Estados e atores não estaduais, para construir confiança e avançar nas negociações, e para mobilizar o apoio público aos acordos” (Gilboa, 2001: 10).

As ferramentas da diplomacia mediática são, nomeadamente, conferências de imprensa, entrevistas e vazamentos de informações, assim como as visitas e os encontros oficiais e as celebrações em ocasião da implementação de novas políticas.

A característica principal deste novo espaço discursivo é a proliferação de canais mediáticos transnacionais, do rádio à televisão e à internet, transversalmente ligados; em particular, em diplomacia assinala-se a multiplicação de plataformas e recursos interativos de pós-produção, ou seja, que permitem participação pública no debate; é o caso, por exemplo, de canais de informação televisiva como “Al Jazeera, Telesur, Press TV, Russia Today e a CCTV9, como a BBC World e a CNN International” (Antoniades et al., 2010: 7).

Estender o alcance das produções audiovisuais resulta imprescindível, na ótica de difundir informação e cativar os públicos estrangeiros um caso exemplar é o da Grã-Bretanha, cuja maior rede de informação, a BBC (*British Broadcasting Corporation*) é seguida por 30 milhões de espetadores por dia, em todo o mundo; seguem os EUA, com a armada mediática da *US Agency for Global Media*, a antiga BBG (*Broadcasting Board of Governors*), as diplomacias públicas de França, Catar, Alemanha, Austrália e Canadá (Pahlavi, 2012: 22).

No entanto, de forma geral, nem todos os indivíduos exercem a mesma influência discursiva em âmbito político: alguns atores, os que podem contribuir como “multiplicadores de mensagens” (Manor, 2018: 4), deveriam ser o público-alvo, para um maior impacto dos esforços da diplomacia pública. Trata-se, por exemplo, de organizações da sociedade civil, jornalistas, líderes empresariais e pessoas que são amplamente respeitadas na sociedade” (Rasmussen, 2009: 7).

Possuir uma ampla cobertura mediática não é portanto necessariamente sinónimo de influência: o impacto da diplomacia mediática depende sobre tudo da qualidade do público-alvo; assim, o facto que “a BBC alcance 24% dos líderes de opinião residentes nas grandes metrópoles dos EUA, ou que o canal *Deutsche Welle* possua um público composto por uma “elite de informação, pode fazer toda a diferença” (ibid.).

Ao mesmo tempo, acrescenta-se o fator credibilidade, ou seja, até que medida as informações divulgadas são consideradas objetivas; isto condiciona a taxa de penetração da informação – ou seja, a retenção da mensagem por parte do público e a sua fidelidade à programação governamental, num dado território.

Certo é, que no âmbito dos assuntos estrangeiros, a participação dos média é uma faca de dois gumes: por um lado, os líderes estaduais utilizam os canais de comunicação para exercer influência; por outro lado, os média exercem uma pressão inegável sobre as Instituições e os atores estaduais; como afirmou Robert Gates, o ex-diretor do departamento estadunidense da CIA:

"A agressividade dos comentários a cada momento faz com que os formuladores de políticas se preparem para responder a um repórter emboscado, mais do que descobrir o que fazer. Qualquer diplomata que (...) decline a honra de correr a julgamento emitindo um "*no comment*", ou "Estamos estudando o problema", arrisca uma avalanche de opinião editorial mesquinha de que o governo em questão é inapto" (Neuman, 1996: 4).

Ao mesmo tempo, perante a emergência dos meios de comunicação instantâneos, o papel do diplomata encontra-se inevitavelmente posto em questão: com a evolução mediática assiste-se à degradação da figura do Embaixador, que se torna principalmente num “papel social” (Gilboa, 2001: 7), perdendo parte do seu poder de representação; isto é particularmente evidente quando, em certos contextos de crise, os médias são elegidos como canais de comunicação preferenciais, em detrimento do papel do diplomata.

Entre alguns exemplos históricos, assinala-se o ultimato televisivo lançado em 1962 pelo Presidente dos EUA Jhon Kennedy à Rússia, sobre a Crise dos Mísseis em Cuba; analogamente, durante o conflito do Golfo de 1990-91, “o Secretário de Estado dos EUA James Baker entregou o último ultimato a Saddam Hussein através de CNN, e não através do embaixador dos EUA no Iraque” (ibid.:11).

Surgem também teorias sobre a instauração de “diplomacias sem diplomatas” (Olivier, 2016)⁶⁴, que por vezes são traduzidas na prática pelos próprios líderes políticos; é o caso, por

⁶⁴ No artigo citado, Jules Olivier, ex-embaixador da África do Sul, denuncia a ineficiência do modelo diplomático Sul-africano, maioritariamente virado para a diplomacia económica; perante a “superabundância perdulária de generalistas e parceiros políticos medíocres” (Olivier, 2016), o autor

exemplo, das negociações conduzidas em primeira pessoa pelo Presidente dos EUA Donald Trump com a Coreia do Norte, sem o auxílio do corpo diplomático.

Porém, o risco implicado por tais procedimentos pode revelar-se desproporcionado, como foi criticado por Hilary Clinton (Connelly, 2018)⁶⁵. Esta, como outras teorias de reconfiguração do modelo diplomático tradicional, surgem em concomitância com a perda de significação das fronteiras nacionais percebida como perda do valor estadual, e com a divulgação de informações que provocam a erosão da credibilidade dos atores governamentais – um exemplo secular é o caso *Wikileaks*.

Confirmam Daniel Dayan e Elihu Katz (1992), a banalização do papel dos embaixadores seria um dos efeitos diretos dos média sobre a diplomacia; contudo, os autores evidenciam também o potencial da diplomacia mediática para quebrar as situações de *impasse*: a divulgação em larga escala das situações de crise no âmbito dos assuntos estrangeiros contribui para reforçar a voz da sociedade civil, que, não admitindo o arresto do processo da tomada da decisão, exerce pressão nos representantes políticos, invocando a resolução da crise.

Neste sentido, os média favorecem a instauração dum clima propício às negociações, permitindo, ao mesmo tempo, restringir os tempos da comunicação, afirmando-se como uma prática funcional, no sentido de consolidar ou mobilizar o apoio público a respeito dum acordo já alcançado.

Assim, contrariamente à diplomacia pública, a diplomacia mediática afirma-se como um exercício de poder que visa a promover a negociação e a resolução de conflitos, utilizando a imprensa como ferramenta positiva; neste contexto, os próprios jornalistas tornam-se, por vezes, em atores diplomáticos, ou sujeitos de advocacia: este fenómeno é chamado de “corretagem política internacional” (Gilboa, 2001: 16) e inclui também a prática de delegar aos jornalistas certas questões de interesse humanitário a serem postas em sede de conferência de imprensa.

Um exemplo neste sentido é o ex-Presidente Obama, que em 2013 “atribuiu a um repórter do New York Times uma pergunta para o Presidente Xi Jinping logo depois de o governo de Pequim ter expulsado um repórter do jornal” (Dovere, 2016)⁶⁶ e em 2016 desafiou o presidente

afirma a necessidade de delegar as missões no estrangeiro a figuras profissionais de influência. “A nomeação de peritos qualificados no sector privado, se necessário numa base ad hoc, parece fazer parte de uma solução?” (ibid.). Artigo retirado em 28 de maio de 2019 de: <https://www.sapeople.com/2016/06/14/south-africa-case-diplomacy-without-diplomats/>

⁶⁵ Assinala-se o artigo publicado pelo *Washington Post* em 10 de março de 2018, disponível em formato eletrónico em: <https://nypost.com/2018/03/10/hillary-warns-about-danger-of-improvising-on-north-korea/>. Consultado em 3 de abril de 2019.

⁶⁶ Artigo publicado em 21 de março de 2016 na revista on-line *Político*. Retirado em 28 de maio de 2019 de <https://www.politico.com/story/2016/03/how-obama-set-a-trap-for-raul-castro-221059>.

cubano Raúl Castro a responder a perguntas direcionadas dos “seus” jornalistas sobre os prisioneiros políticos “que o governo acrescenta quase todos os dias – mas nega que existam” (ibid.).

Em última análise, a prática da advocacia jornalística encontra-se também reforçada pela presença de indivíduos que produzem e divulgam conteúdos em rede – o “jornalismo dos cidadãos” (Manor, 2018: 5).

3.2. A Digitalização da Diplomacia

Com a emergência das NTIC, o papel da diplomacia torna-se inevitavelmente mais complexo, exigindo uma modernização das estruturas tradicionais de representação, e novos padrões de diálogo entre as Instituições e os cidadãos; de acordo com o discurso pronunciado por Matt Hancock perante a “*Margaret Thatcher Conference on Security*” (2016), a revolução tecnológica

“oferece uma grande promessa para a humanidade e tem o potencial de trazer novas ameaças obscuras. A questão que enfrentamos como sociedade é aproveitar o poder da nova tecnologia para o bem, melhorar a condição da humanidade e mitigar essas ameaças. Levantar-se ao desafio colocado pela nova tecnologia é um dos grandes desafios da nossa era (UK GOVERNMENT, 2016)⁶⁷.”

Entre os principais desafios, a revolução digital tem favorecido indubitavelmente a “irrupção de sujeitos transversais” (Delcorde, 2009: 4) que participam nas “negociações internacionais sobre o meio-ambiente, a luta ao terrorismo e a política comercial” (ibid.), difundindo informação e exercendo influência sobre temas de ordem geopolítica; este fenómeno é geralmente definido de “diplomacia da globalização”.

Assim, perante a fragmentação do espaço discursivo, os governos encontram-se a encarar conflitos de credibilidade, desmentir as críticas e a desinformação: os representantes estaduais estão cientes de que a distorção “continua a jogar um papel importante nas comunicações entre grupos” (Snow, 2009: 7); isto faz com que “a internet divulgue rumores mais rapidamente do que as autoridades [e] utilizar a informação para controlar os rumores” afirma-se como um problema fundamental na ótica dos interesses governamentais (ibid.).

De facto, considere-se também que uma das tendências dos utilizadores da internet é a de procurar informações através de diferentes plataformas, divulgá-las e debatê-las na rede; contudo, a credibilidade das fontes é por vezes discutível, pelo que, perante a proliferação

⁶⁷ Discurso integral disponível em <https://www.gov.uk/government/speeches/matt-hancocks-speech-on-technology-at-the-margaret-thatcher-conference-on-security>. Consultado em 11 de abril de 2019.

discursiva digital, as publicações oficiais afirmam-se tendencialmente como mais exatas ou objetivas. Ao mesmo tempo, a existência de meios de comunicação que permitem uma interação mais direta entre os atores da sociedade civil e as instituições governamentais, faz com que a opinião pública global reclame em voz alta uma tomada de posição por parte dos poderes diplomáticos, em particular face à emergência de ameaças transnacionais e crises humanitárias.

Assim, se por um lado a eficácia estadual é desafiada pela “perda de pertinência das fronteiras, dos territórios, da soberania, a intervenção de atores transnacionais humanitários e ecologistas” (Villar, 2006: 35), assim como pela “concorrência entre as administrações no seio das instâncias estaduais” (ibid.) por outro lado, neste panorama conflitual, o papel das práticas diplomáticas encontra-se paradoxalmente reforçado,:

“Jamais os atores da sociedade civil tinham reclamado a intervenção do Estado e dos seus representantes no cenário mundial, em domínios como a economia, a justiça, o desenvolvimento, os direitos humanos, etc. (...) As turbulências mundiais necessitam de vigilância e, se possível, de regulação. O papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros encontra-se reforçado, por quanto tenha feito o indispensável esforço de modernização” (Delcorde, 2009: 4-5).

Tal esforço de modernização traduz-se na implementação de meios de comunicação mais atuais, que visam a interagir diretamente com a opinião pública, tanto no intento de difundir informação e promover a atividade diplomática no estrangeiro, quanto no de “avaliar a opinião pública, antecipar crises políticas e informar os decisores políticos” (Manor, 2017: 7). Este modelo de interação bidirecional é geralmente projetado no seio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, passando a ser implementado pelas Embaixadas, e acompanha-se de novas narrativas de persuasão estratégica.

Assim, a profissão e os órgãos de representação diplomática mudam de perfil e passam a implementar técnicas viáveis para facilitar a aproximação dos cidadãos às instituições: a adaptação da prática diplomática ao novo ambiente comunicacional digital é definida por Manor (2018) de “digitalização da diplomacia⁶⁸”, uma noção que inclui a modernização dos canais diplomáticos, assim como a criação de plataformas oficiais de informação e interação sobre assuntos de interesse internacional, nas quais “diplomatas e Embaixadores de alto nível oferecem análises de eventos locais, regionais e globais” (Manor, 2017: 13).

Ao mesmo tempo, os diplomatas e os representantes internacionais são chamados a solicitar apoio em âmbito nacional, através de publicações nos seus respetivos perfis de *Facebook*,

⁶⁸ Este conceito refere-se ao fenómeno de modernização digital da diplomacia no seu sentido mais amplo; o autor designa esta formulação, em detrimento de numerosas outras noções mais específicas, entre as quais “diplomacia pública 2.0”, “diplomacia em rede”, “Twidiplomacia” (Manor, 2018: 4).

Twitter, LinkedIn, etc., o que atribui uma aparência mais humana e subjetiva aos assuntos diplomáticos. Este fenómeno aponta a uma mudança normativa da diplomacia, que da mentalidade exclusiva passa à “mentalidade de rede” (Manor, 2018: 8): o espectro do controlo sobre os meios de comunicação declina-se na conquista do espaço discursivo, mediante a utilização dos canais de comunicação e da informação. Do ponto de vista procedimental, isto traduz-se na abertura da diplomacia para uma maior interação com os indivíduos e a comunidade social, ao mesmo tempo: os meios digitais tornam-se portanto uma ferramenta profissional dos diplomatas.

Contudo, a implementação duma comunicação estratégica é dificultada pelo facto de os utilizadores das plataformas digitais estarem distribuídos por múltiplas plataformas, e possuírem múltiplos perfis nos *social media*; a digitalização da diplomacia deve portanto ter em conta a fragmentação do público-alvo em redes de exposição seletiva. Saber identificar os canais utilizados pelo público-alvo, assim como pelas várias comunidades, pode resultar crucial em altura de crise, na presença duma ameaça, ou para a resolução de conflitos internacionais.

Um caso de diplomacia consular de sucesso, levada a cabo mediante os meios de comunicação digital, é o da Embaixada da Rússia em Paris: logo a seguir aos ataques terroristas de 2015, a Embaixada procedeu a contactar por mensagem os líderes das comunidades russas na cidade, para que fosse proporcionado abrigo aos turistas conterrâneos que se encontravam temporariamente presos em Paris – e o apoio não lhes foi negado. Ao mesmo tempo, a comunicação por mensagens instantâneas poderia agilizar os processos de coordenação entre a Embaixada e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da tomada da decisão.

Por tal razão, afirma-se necessário que os representantes das Embaixadas estejam a par de quais são os meios mais utilizados, no país estrangeiro, pelas comunidades de influência e pelos próprios cidadãos no território; Ilan Manor (2017) enquadra esta prática como *Tailoring Model*: “o objetivo diplomático determina os públicos-alvo, enquanto os públicos-alvo determinam a plataforma a ser usada”. Assim, por exemplo, se “Instagram é puramente visual, Facebook é também textual. Também, enquanto Instagram oferece oportunidades relacionais limitadas, Facebook é meio para a construção de relações” (Manor, 2017: 11). O autor exemplifica indicando que, por exemplo, Facebook é particularmente apreciado em Israel, enquanto o Twitter não é; assim, as Embaixadas estrangeiras que procuram comunicar com Israelitas no Twitter, “estará a perder tempo e recursos preciosos” (ibid).

Em contexto mais atual, no âmbito das relações entre os EUA e o Oriente Médio, um caso exemplar da utilização dos canais mediáticos para fins diplomáticos foi o discurso pronunciado

pelo ex-Presidente dos EUA Barak Obama durante a sua visita ao Cairo, em 2009: para a ocasião, houve uma mobilização transversal dos canais mediáticos, das redes sociais e dos websites de maior cobertura, o que promoveu uma divulgação reticular do evento; as palavras do ex-Presidente Obama foram divulgadas no Facebook e nas plataformas *Myspace* e *Tweeter*, e transmitidas ao vivo por Al Jazeera e outros canais de televisão árabes, assim como pelos sites da Casa Branca e do Departamento de Estado, complementadas por traduções em vários idiomas. O intento, nas palavras do secretário de imprensa da Casa Branca, Robert Gibbs, era instaurar um "diálogo contínuo" com os espetadores (Antoniades et al., 2010: 4).

Esta ação estratégica foi suportada por pesquisas prévias sobre as expectativas da opinião pública, nos canais da BBC e da NRP, o que permitiu pôr as bases para uma mediação com os públicos que assistiriam ao discurso, garantindo uma preparação adequada aos *feedbacks* e uma resposta global direcionada. A recolha da informação baseou-se na utilização estratégica de certos canais de interação com a sociedade civil, procedendo duma análise extensa das "atitudes e ações duma gama de públicos-alvo, incluindo combatentes, neutrais e aliados" (Pratkanis, 2009: 115).

O discurso do ex-Presidente Obama, com o inteiro processo de pesquisa que o precedeu, acompanhou e seguiu, é um produto da interação estratégica direta com a opinião pública; por esta razão, pode se considerar como um caso ideal para exemplificar as mudanças provocadas pela revolução digital no discurso dos profissionais da diplomacia.

Assim, se por um lado a linguagem diplomática pode estar ocasionalmente sujeita a uma certa degradação, por outro lado os representantes diplomáticos encontram-se envolvidos diretamente no processo de revisão comunicativa: nas redes sociais, por exemplo, os perfis públicos dos oficiais e das instituições da representação internacional propõem conteúdos informativos, estabelecem redes de contactos, interagem com os *followers*, e a comunicação digital torna-se parte da agenda diplomática.

A modernização dos canais de comunicação não se limita apenas a inaugurar uma reconfiguração da prática diplomática, mas tem igualmente repercussões em âmbito institucional; em particular, se até o século XX a divulgação global das tecnologias de comunicação produziu "a migração do poder das Embaixadas aos Ministérios dos Assuntos Estrangeiros, sendo que os decisores políticos poderiam comunicar diretamente entre si por telefone" (Manor, 2017: 6), com o advento da digitalização esta tendência inverteu-se: os meios de comunicação digital e os *social media* permitem às Embaixadas dialogar diretamente com as populações e os grupos de opinião no estrangeiro, contribuindo para a promoção da imagem e das políticas nacionais.

Também, os Ministérios dos Negócios Estrangeiros encontram-se a implementar e desenvolver soluções de interação digital inovadoras, como a automatização dos serviços das Embaixadas, por exemplo, ou “a utilização de *Chat Bots* e da Inteligência Artificial para tratar de pedidos consulares” (ibid.: 14). Este fenómeno possui efeitos de carácter essencialmente normativo, sendo que as instituições diplomáticas passam a ser percebidas como prestadoras de serviços, e menos como figuras simbólicas. Mais uma opção viável inclui a utilização de aplicações para trocas de mensagens, como boa prática, de forma que as Embaixadas e os consulados comuniquem diretamente com as comunidades de influência no território.

No entanto, sendo os meios digitais ao alcance de várias instituições, multiplicam-se também os atores que se encontram envolvidos em trocas de carácter diplomático, como “departamentos técnicos, defesa nacional, parlamentos, cidades, empresas, sociedade civil” (Delcorde, 2009: 4): a evolução da diplomacia reflete-se a todos os níveis do corpo público estadual, estendendo-se até as autarquias, que mediante a celebração de acordos com as suas correspondentes no estrangeiros, realizam um trabalho de diplomacia cultural não indiferente.

Resumindo, as mudanças na prática diplomática a nível institucional manifestam-se do ponto de vista normativo, na medida em que o Ministério dos Negócios Estrangeiros e os órgãos afiliados passam a ser considerados como fornecedores de serviços – em particular, por parte dos cidadãos nacionais deslocados no estrangeiro; do ponto de vista procedimental, a distribuição e o alcance de tais serviços são ainda reforçados graças aos novos meios de comunicação instantânea, em particular as redes sociais; isto contribui para a consolidação de códigos de conduta específicos, relativos à utilização de tais meios, em particular na presença de ameaças ou em situações de crise.

Contudo, as mudanças na prática da diplomacia, com base na evolução tecnológica, não implicam necessariamente que o padrão diplomático se torne obsoleto, e, ainda menos, que haja uma redistribuição do poder da tomada da decisão:

“A história mostra que a tecnologia revoluciona a maneira pela qual as nações e os povos interagem, mas sem afetar o núcleo de suas relações (...). Os média, dotados de uma nova tecnologia, podem forçar a agenda, mas não ditam o resultado. Da imprensa até a fotografia, do rádio ao cyberspaço, a tecnologia dos média desafiou os líderes políticos a se elevarem acima do clamor imediato da opinião pública” (Neuman, 1996: 1).

A promoção duma forma de comunicação direta, entre as instituições e o público, responde portanto à exigência, a cada vez mais impelente, dum novo modelo diplomático “mais aberto, diversificado e especializado e, simultaneamente, menos estadocêntrico”, exigindo, ao mesmo tempo, uma preparação mais avançada dos próprios agentes diplomáticos, “tendente

para uma especialização técnica e um diferente domínio dos instrumentos de trabalho e comunicação” (Mongiardim, 2007: 131-132).

3.2.1. A Voz do Público Global: um Constrangimento Democrático

Perante a proliferação de discursos concorrentes no domínio digital, a prática diplomática adota soluções tecnológicas inovadoras e procede a uma adaptação do seu próprio discurso, em termos de conteúdos e meios de comunicação, na ótica de exercer persuasão e ganhar credibilidade junto dos públicos globais diversificados. Assim, as agências governamentais de comunicação, que inicialmente adotaram uma postura mais “difidente”, face aos novos meios de comunicação social, tendem a “ir atrás” [do] mundo das corporações, dos média e dos muitos indivíduos e instituições que abraçaram as NTIC com entusiasmo” (Grant, 2004: 4).

Este processo de adaptação inclui também as práticas de monitorização, e eventualmente negação, da informação divulgada por outras fontes; inevitavelmente, isto introduz um paradoxo conceitual, que Matthew Baum e Philip Potter (2015) designam de “constrangimento democrático”: os autores identificam um distanciamento entre as teorias normativas e as práticas efetivamente implementadas pelos governos democráticos.

Tal distanciamento manifesta-se no facto de as instituições políticas e mediáticas modularem o fluxo da informação divulgada nos seus respetivos países e no estrangeiro, para o bom êxito do esforço persuasivo; de facto, a divulgação direcionada de um certo tipo de informação pode jogar um papel determinante na hora da tomada da decisão, e em particular, perante acontecimentos internacionais de natureza conflitual – como a participação em coalizações militares.

Mediante um estudo empírico, os autores demonstram como a qualidade e a quantidade de informação divulgada seja profundamente diferente dum país para outro, ou melhor, duma democracia para outra; na Europa, por exemplo, a tendência é guardar um espaço privilegiado para os conteúdos que abrangem assuntos de carácter nacional, como revela o estudo de Cristina Archetti (2012); analogamente, a revista *Forbes* publicou recentemente um artigo do jornalista Kalev Leetaru (2018), que ilustra o mapeamento da geografia de interesse das principais redes televisivas globais no arco de nove anos (2009-2018): para os EUA, a CNN, a Fox News, e a MSNBC, e para o Reino Unido, a BBC⁶⁹.

⁶⁹ Artigo disponível em: <https://www.forbes.com/sites/kalevleetaru/2018/11/24/television-and-geography-as-big-data-mapping-a-decade-of-television-news/#1f4c46556ed3>. Consultado em 30 de abril de 2019.

Analisando os dados disponíveis nos seus respectivos arquivos, emerge evidente a polarização do discurso divulgado por tais gigantes da informação; assim, por exemplo, a *BBC News* possui uma “cobertura quase saturada do Reino Unido e uma cobertura pesada das antigas colônias e dos países de interesse, como Índia, África do Sul, Austrália e Zimbabué. A sua cobertura dos EUA é forte, mas não exaustiva” (Forbes, 2018: s.p.).

Os EUA, por sua vez, exibem uma cobertura perto da saturação dos seus assuntos internos, com um foco especial para a parte Leste do País; apresenta-se também “uma cobertura muito menos abrangente, embora ainda relativamente forte, do Reino Unido. O Afeganistão e o Iraque também apresentam mais destaque, provavelmente devido ao enorme investimento militar dos EUA nesses países ao longo do período de tempo” (ibid.).

O estudo do *Forbes* demonstra como a agenda editorial possua uma influência direta sobre a divulgação da informação e, conseqüentemente, sobre a consolidação duma consciência social “polarizada”. Evgeny Morozov (2014)⁷⁰, em particular, aplica esta premissa ao domínio digital, afirmando que “Não existe uma ideia platônica da Internet” e exemplifica:

“As plataformas on-line (...) moldadas pelas condições políticas peculiares em que surgiram, dão origem a diferentes cidadãos e políticas diferentes. A totalidade de plataformas, comportamentos e usuários que constituem a “Internet” em um país não é o mesmo que “a Internet” em outro país. Nunca foi e nunca será a “mesma Internet” – nem mesmo no contexto de um único país” (Morozov, 2014).

Também, Baum & Potter (2015) põem o acento sobre a recolha da informação como parte imprescindível do esforço de persuasão governamental, sendo que as estratégias discursivas implementadas dependerão, em primeiro lugar, da reação previsível ou manifesta da sociedade civil.

Ao mesmo tempo, os autores identificam na recolha da informação um fator determinante para o processo da tomada da decisão, em contexto de crise internacional; através da desconstrução do discurso diplomático divulgado nos média, são individuados três momentos chave deste processo: a iniciação, a resposta e a formação de coalizações. Para cada uma destas fases, a recolha de informações permitiria formular hipóteses sobre o consentimento da opinião pública, da oposição política e dos eleitores, revelando-se uma ferramenta funcional no exercício do poder social.

⁷⁰ Assinala-se o artigo *How an Algorithm Learned to Write Political Speeches* (2016), publicado pela MIT Technology Review. Consultado em 30 de abril de 2019 em <https://www.technologyreview.com/s/545606/how-an-ai-algorithm-learned-to-write-political-speeches/>.

Resulta também evidente que a incidência dos meios de informação é determinante, no que diz respeito às atividades de influência e monitorização da opinião pública: assim, quanto mais amplo for o acesso do público aos canais de comunicação, mais imediata será a passagem da informação por parte dos atores governamentais, e mais dados poderão ser recolhidos sobre o consenso dos públicos-alvo. Por outro lado, quanto mais diversificadas forem as fontes de produção e divulgação, mais complexa será também a elaboração dum discurso persuasivo e de dados estatísticos sobre as tendências duma determinada comunidade.

No âmbito do controlo mediático, este encontra-se diretamente envolvido nos assuntos internacionais, quando as grandes potências não possuem os meios para intervir perante abusos humanos em massa; neste caso, o constrangimento democrático manifesta-se na medida em que “a comunidade internacional deve empregar “intervenção de informação”, incluindo a monitorização e o bloqueio das transmissões rádio e televisivas que incitam à violência e ao genocídio, e combatendo-os com a transmissão da paz” (Gilboa, 2001: 9).

Em âmbito digital, por outro lado, o constrangimento concretiza-se na intervenção disfarçada de certos atores governamentais em debates públicos on-line, em *forums*, blogs e redes sociais; não se negam também casos em que as Embaixadas vigiaram os websites e as interações de certas comunidades de cidadãos migrantes em território estrangeiro – como aconteceu na Nigéria, por exemplo, onde as “comunidades Diáspora⁷¹” foram alegadamente sujeitas à monitorização na rede (Manor, 2017: 14).

Contudo, a participação declarada dos representantes governamentais nos debates públicos poderia ser advertida como uma restrição da liberdade, uma limitação ao direito de expressão. Também, uma comunicação demasiado insistente seria percebida como propaganda, provocando um afastamento por parte das comunidades de interesse.

Por estas razões, afirma-se a necessidade de as Embaixadas instaurarem um diálogo útil com os cidadãos e as comunidades de influência no território estrangeiro, no intento de desenvolver e divulgar um compromisso comum e significativo; o conceito de “compromisso significativo”, que se enquadra no âmbito da missão diplomática, entende-se como “o engajamento em ir ao encontro às exigências e aos desejos dos públicos on-line mediante interações bidirecionais, incluindo responder a comentários (...) e integrar as críticas no processo de formulação das políticas” (ibid.: 8).

⁷¹ As comunidades Diáspora são compostas por migrantes da mesma origem num país estrangeiro, junto do qual o a Embaixada do país de origem está acreditada. Manor (2017) e Rana (2013) salientam a capacidade de os indivíduos diáspora tecerem redes de contacto e de influência no território, tornando-se sujeitos de interesse para a diplomacia do país de origem; define-se então de “Diplomacia da diáspora” o envolvimento de tais indivíduos na vida política por parte dos governos, visando a contribuir para construir relacionamentos com os países estrangeiros.

3.2.2. Novos paradigmas do Discurso Diplomático

Na era digital, perante a instauração duma nova ecologia mediática reticular e complexa, “os padrões de comunicação no sistema internacional tornam-se intrinsecamente menos previsíveis” (Antoniades et al., 2010: 3), condicionando os processos de formação e projeção da narração estadual. No âmbito do discurso diplomático, em particular, assiste-se ao aperfeiçoamento de instrumentos para a criação automatizada dos discursos políticos⁷², enquanto o princípio *“fortiter in re, suaviter in modo”*, à base da comunicação profissional, deixa espaço a formulações mais diretas e “mediatizáveis”, por vezes discutíveis, e que podem ser justificados como efeitos da alegada “transparência” da comunicação governamental.

É o caso, por exemplo, das numerosas declarações prestadas pelo governo iraniano relativamente a Israel: o Irã começou a ameaçar de “varrer Israel da existência”, desde que Ruhollah Khomeini tomou o poder no país em 1979”, e o seu exemplo foi seguido pelo ex-Presidente Mahmoud Alhmadinejad afirmou em várias ocasiões de querer “aniquilar Israel⁷³” e “riscar Israel do mapa”; também, em novembro de 2018 o atual presidente iraniano Hassan Rouhani definiu a comunidade Judia de “tumor cancerígeno”, provocando a resposta do presidente israelita Benjamin Netanyahu, que pediu a saída do Irão das Nações Unidas.

Analogamente, o Presidente Russo Vladimir Putin ameaçou, em fevereiro de 2019, “apontar os seus próprios foguetes” contra os “alvos europeus” que concedem os seus territórios aos mísseis de médio alcance dos EUA⁷⁴. Outras provocações foram também lançadas pelo ex-Presidente da Venezuela Hugo Chávez difamou em 2005 o Congresso do Senado Brasileiro, acusado de “repetir como um papagaio⁷⁵” as declarações de Washington, no que diz respeito à situação venezuelana.

⁷² Assinala-se o projeto de Valentin Kassarnig, na Universidade de Massachusetts, Amherst, o qual criou uma máquina de inteligência artificial capaz de escrever discursos políticos semelhantes aos discursos reais; este resultado foi obtido mediante a criação de corpus linguísticos baseados no repertório utilizado pelos representantes políticos dos EUA (fonte: MIT Technology Review <https://www.technologyreview.com/s/545606/how-an-ai-algorithm-learned-to-write-political-speeches/>, consultado em 30/04/2019).

⁷³ Retirado do programa *Will Israel Bomb Iran?* (2006). Acedido em 11 de abril de 2019 de: http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/this_world/5384878.stm

⁷⁴ Retirado do artigo “Putin ameaça lançar mísseis contra “centros de tomada de decisão” se EUA instalarem mísseis na Europa”, publicado pelo Diário de Notícias, em 20 de fevereiro de 2019. Acedido em 21 de fevereiro de 2019 em: <https://www.dn.pt/mundo/interior/putin-adverte-eua-com-resposta-imediata-contrainstalacao-de-misseis-na-europa-10598366.html>.

⁷⁵ Assinala-se o artigo “Chávez envia condolências ao Brasil por ter um congresso “papagaio””, publicado em 30 de maio de 2007 pela revista on-line Globo.com. Acedido em 11 de abril de 2019 em:

Também, o Presidente dos EUA Donald Trump tem levantado numerosas polémicas, devido, entre outros, a certas publicações lançadas na plataforma Twitter, onde a conta oficial @realdonaldtrump tem quase 44 milhões de seguidores; lembrem-se, por exemplo, as publicações de 29 de novembro de 2017, quando o Presidente dos EUA postou três vídeos com conteúdos anti-muçulmanos, e de conteúdo não verificado, anteriormente lançados pelo grupo político britânico de extrema direita *Britain First* – um ato que foi criticado pela própria Primeira Ministra, Theresa May (Blake, 2018)⁷⁶.

Nos casos referidos acima, a evolução das condições e dos meios de produção do discurso parece favorecer a instauração duma comunicação mais imediata entre os representantes estaduais e os cidadãos nacionais, assim como no estrangeiro, promovendo uma ideia de diálogo com os representantes governamentais. O padrão do discurso diplomático faz-se objeto de revisão, ou degradação, ou simplesmente de evolução.

Em oposição aos exemplos acima, outro caso interessante é o da campanha comunicacional adotada pelo presidente chinês Xi Jinping, que prevê uma conduta “politicamente correta” ou “politicamente consciente” dos cidadãos chineses. Esta resolução encontra aplicação em inúmeros setores de competência do Estado chinês, “da disciplina do partido à seleção dos gerentes, à reforma militar e à reforma de empresas de propriedade estadual, à educação universitária, aos média e à participação pública” (Zhibo, 2016)⁷⁷, estendendo-se à esfera da comunicação nas redes sociais. Lembre-se, também, que a China possui as suas próprias redes sociais e utiliza motores de pesquisa (*browsers*) nacionais.

Em particular, esta política comunicacional levanta uma questão controversa, na medida em que se estende também à disciplina interna do Partido Comunista Chinês (PCC), proibindo aos seus membros de expressar “críticas infundadas” a respeito do mesmo, acompanhando-se pela intensificação de campanhas ideológicas nacionais (*ibid.*).

3.2.3. A Revisão do Discurso da UE

Se “a informação, a influência e o envolvimento da opinião pública jogam um papel importante na criação da política internacional” (Snow, 2009: 3), para atrair o consenso dos cidadãos, no

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL45460-5602,00-CHAVEZ+ENVIA+CONDOLENCIAS+AO+BRASIL+POR+TER+UM+CONGRESSO+PAPAGAIO.html>.

⁷⁶ No artigo publicado pelo Washington Post em janeiro de 2018. Consultado em 11 de abril de 2019 em: https://www.washingtonpost.com/news/the-fix/wp/2018/01/12/8-trump-tweets-that-actually-did-some-damage/?noredirect=on&utm_term=.83bcd052c70c.

⁷⁷ Retirado do artigo *China's Ongoing 'Political Correctness' Campaign*, publicado na revista The Diplomat, em 11 de abril de 2019 em: <https://thediplomat.com/2016/02/chinas-ongoing-political-correctness-campaign/>.

âmbito da diplomacia governo-público, resultará essencial instaurar “*emotional bonds*” (Manor, 2017: 13), ligações emocionais com os interlocutores, através de determinadas categorias de representação.

Em primeiro lugar, a capacidade de criar ligações emocionais baseia-se na representação da experiência e do desejo coletivos, afirmando-se como um recurso político fundamental; assim, certos indivíduos poderão ser mais propensos a apoiar as ações dum certo governo, se tiverem uma imagem positiva do País correspondente. Assim, ao exhibir os seus valores, recursos e tradições, e ampliando a possibilidade de viver experiências de primeira mão nos seus territórios, os Estados visam a ganhar uma imagem “desejável” aos olhos da opinião pública global; neste contexto, o exercício do poder percetivo afirma-se essencial para cativar a opinião pública e instaurar relações úteis.

À luz de tais premissas, na era da visibilidade assiste-se a um esforço notável por parte dos governos de relançar a própria imagem, promovendo narrativas que enfatizam a participação política dos Estados e dos cidadãos em assuntos de interesse comum, ou seja, no “desenvolvimento com base nas exigências da humanidade (*human-centred development*)” (Delcorde, 2009: 4); ao propor discursos mais sensíveis para a opinião pública, não apenas nacional, mas sim global, a palavra dos Estados promove a sua legitimidade e procura um diálogo com a sociedade civil, instaurando uma conexão direta entre a política e as preocupações da sociedade global.

Uma aplicação desta estratégia encontra-se, por exemplo, no âmbito das produções da UE relativas às problemáticas económicas: a análise do discurso revela que na enunciação de temáticas sobre as diretrizes gerais de política económica, “os termos económicos e/ou monetários não ocupam o lugar das frequências mais altas, mas os que se referem a questões relacionadas com a organização do trabalho e dos salários” (Gobin & Dérubaix, 2010: 109).

A agenda internacional passa então a incluir novos temas de natureza cultural, económica e técnica, enquanto o discurso diplomático empenha-se na ótica da cooperação e do desenvolvimento internacional, assim como da defesa contra o terrorismo internacional e da preservação ambiental; este alargamento do interesse estadual traduz-se na adoção de novos paradigmas discursivos, centrados na promoção de ideais quais o desenvolvimento e a segurança internacionais.

Neste contexto, assiste-se a uma tentativa de revisão da narrativa da União Europeia, cuja adaptação ideológica, na primeira década do século XXI, apresenta-se como uma consequência direta de certas mudanças reais, perante o alargamento do espaço discursivo.

A existência e a coesão da UE devem-se a numerosos produtos discursivos: em primeiro lugar, por uma vasta gama de discursos oficiais, publicados em formato textual, como Tratados, Declarações, Relatórios oficiais e Protocolos, como a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Europeia de Vizinhança (PEV), entre outros. No que diz respeito à política discursiva da UE, em particular, esta é historicamente direcionada para os Estados-membros, sendo a narrativa interna uma ferramenta indispensável no processo de construção da identidade; neste sentido, vários estudos salientam a importância de a UE divulgar narrativas eficazes a nível interno, de forma a promover a afirmação identitária dos membros da comunidade, como “unidos na diversidade”⁷⁸ (UNIÃO EUROPEIA, s/d). Ao mesmo tempo, o reforço duma perceção identitária Europeia afirma-se como uma estratégia eficaz, no sentido de legitimar as ações conduzidas em política externa, e a própria existência duma União Europeia (Rasmussen, 2009: 11); em outras palavras:

“o consenso em torno da narrativa, portanto, fará muito para determinar a legitimidade da diplomacia pública externa para ambos os cidadãos da UE (que desejam ver eles próprios) e a terceiros (que desejam ver as virtudes do exemplo europeu refletido para si mesmos)” (Duke, 2013: 3).

Analogamente, Sandrin & Hoffman (2018) analisam as mudanças na enunciação oficial da UE, nos termos dum verdadeiro “esforço para forjar uma identidade, legitimar a UE entre os cidadãos dos Estados membros e permitir o estabelecimento de relações no exterior” (Sandrin & Hoffman, 2018: 2); em particular, os autores põem o acento sobre os efeitos de carácter conceitual de tais enunciações, cuja divulgação “faz mais do que ajudar as pessoas a entender a sua realidade: contribui para a produção da realidade” (ibid.).

Neste contexto, alguns autores auferem que o principal meio de influência da UE seja o seu poder normativo, ou na capacidade de moldar o que é normal; o sucesso da dialética Europeia compensaria a falta de poder coercivo da União, permitindo-lhe operar “à margem da política externa oficial e das capacidades materiais” (Rasmussen, 2009: 2). O discurso da UE afirma-se portanto como discurso de dominância, “privilegiando metodologias e abordagens particulares” à análise da realidade política (Manners & Whitman 2016, 4); esta abordagem veicula uma significação identitária, enquanto, ao mesmo tempo, determina “um conjunto dominante de práticas no estudo da Europa e no estudo da EU” (ibid.). De acordo com esta abordagem de matriz pós-estruturalista, certas categorias cognitivas fazem o objeto duma

⁷⁸ “*United in diversity*” é o lema oficial da União Europeia desde 2000; refere-se a como “os europeus se uniram, na forma da UE, para trabalhar pela paz e prosperidade, sendo ao mesmo tempo enriquecidos pelas muitas culturas, tradições e línguas do continente” (Fonte: https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/motto_en. Visitado a 13/04/2019).

“sedimentação progressiva, na qual particulares configurações de significado são seladas, e outras excluídas” (Epstein 2008, 9-10).

Difundir uma comunicação eficaz no estrangeiro tornou-se um dos empenhos mais importantes para a União Europeia, em particular, desde a assinatura do Tratado de Lisboa (2007) e com a criação do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE); nesta altura, o conceito de “segurança humana” foi proposto como “quadro organizacional” do discurso da UE, ou seja, como ideologia à base da sua narrativa nova narrativa estratégica (Kaldor *et al*, 2007: 273).

A necessidade de rever a retórica europeia manifestou-se mais impelente durante e a seguir à crise financeira e económica de 2008: perante a emergência da insegurança económica e social; perante o “alto desemprego, em particular entre a população mais jovem, o baixo crescimento económico e a escassa concentração de riqueza dentro e entre os estados membros” (Sandrin & Hoffman, 2018: 2), as retóricas tradicionais da “paz, prosperidade e democracia”, enunciadas no Tratado de Roma⁷⁹ (1957) e no Tratado de Maastricht⁸⁰ (1992) soam obsoletas e redundantes; tornam-se também mais difíceis de aceitar, assumindo um valor idealístico, ou até utópico⁸¹.

Tais narrativas são portanto abandonadas, em favor de temática mais atuais e evocativas; o intento é o de provocar uma mudança qualitativa na política internacional da UE, promovendo a integração das ações de política externa e fortalecendo a coerência, a eficácia e a visibilidade da União (Antoniades et al., 2010: 6).

Para tal, a UE tem implementado projetos de revisão do seu discurso, no intento de fortalecer a sua imagem, restaurando a confiança pública interna e estrangeira. De acordo com o discurso de Margot Wallström, Comissária Europeia responsável para a comunicação, esta nova forma de comunicação

⁷⁹ O Tratado de Roma, que anunciou a criação da CEE, foi assinado em 25 de março de 1957, entre Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Itália e Alemanha.; na sua redação oficial, promete a “garantia do progresso económico e social”, o “esforço para a melhoria constante das condições de vida e de trabalho dos povos”, e o “desenvolvimento harmonioso, reduzindo as diferenças existentes entre as várias regiões” (Fonte: <https://rometreaties.eu/>. Consultado a 13/04/2019).

⁸⁰ Conhecido também como “Tratado da União Europeia”, foi assinado em 7 de fevereiro de 2002. Anuncia a criação do ECE Na sua redação original, assinala como objetivos “conseguir o reforço e a convergência das suas economias” (Conselho das Comunidades Europeias, 1992: 3) “a promoção de um progresso económico e social equilibrado e sustentável (...) o reforço da coesão económica e social” (ibid.: 7), “desenvolvimento harmonioso e equilibrado das atividades económicas, um crescimento sustentável e não inflacionista” (ibid.: 11).

⁸¹ Contrariamente à ideologia, que é uma forma de representação que defende legitimidade da dominância, a utopia “é uma forma de representação que contesta a legitimidade da dominação” (Audet, 2009: 138).

“não é um exercício de '*branding* nacional'; não é 'propaganda', porque sabemos que isso não funciona. É o reconhecimento duma mudança fundamental, e especialmente nas sociedades relativamente abertas, de como o poder, a influência e tomada de decisão se espalharam, e do quão complexo se tornou”. Margot Wallström, Comissária Europeia Responsável para a Comunicação (Rasmussen, 2019: 1).

Entre as iniciativas propostas, assinala-se o projeto “Nova Narrativa para a Europa - a mente e o corpo da Europa” da Comissão Europeia, no qual foram convidados “artistas, intelectuais e cientistas, (...) primeiramente, como cidadãos” (Comissão Europeia, 2014: s.p.), para contribuir à atualização do discurso da UE. Conforme a declaração publicada, “à luz das atuais tendências globais, os valores da dignidade humana e da democracia devem ser reafirmados. As narrações populistas e nacionalistas não devem prevalecer” (ibid.).

Esta formulação revela como o reforço da narração Europeia vise a predominar sobre os discursos concorrentes, na luta para a conquista do espaço discursivo; Manners & Whitman (2016) falam nos termos de “vozes dissidentes”, que desafiam o conjunto dominante das “práticas discursivas, intelectuais e acadêmicas” (Sandrin & Hoffman, 2018: 2) difundidas e enraizadas no seio da UE. Perante este fenómeno, a elaboração de narrativa eficazes “representa uma forma crucial de agência estratégica no mundo político, ou seja, (...) visa transformar-se e/ou alterar a natureza do ambiente em que existe e opera” (Antoniades et al., 2010: 6).

Sandrin & Hoffman (2018) evidenciam uma evolução na ideologia discursiva Europeia: em termos de autodefinição, a “Declaração sobre a Identidade Europeia” de 1973, afirma como valores fundamentais da essência europeia “a democracia, o Estado de direito, a economia de mercado, a justiça social e o respeito pelos direitos humanos e valores políticos partilhados” (Sandrin & Hoffman, 2018: 9). A recente Estratégia Europeia para as Relações Culturais Internacionais de 2016 (EERCI), propõe uma revisão de tais valores, que passam a ser identificados em “direitos humanos, igualdade de género, democracia, liberdade de expressão, o Estado de Direito, bem como a diversidade cultural e linguística” (Comissão Europeia, 2016: 2).

Os autores analisam também a pretensão de União Europeia se propor como modelo exemplar aos olhos da comunidade internacional, em virtude do seu prestígio histórico, económico e cultural: “as tentativas de a EU modelar o que é “normal” nas relações internacionais os comportamentos julgados apropriados ou inapropriados – são exercícios de construção identitária e de projeção de poder” (ibid.: 10). A narrativa da Europa como modelo subintende uma representação de superioridade, que reflete e consolida as assimetrias de poder, e a presença de hierarquias sociais; defende-se então a imagem do “milagre” Europeu,

que produz uma percepção de reverência e admiração, assim como os valores da retidão e da cooperação.

Estas narrativas têm sido igualmente revisitadas, tornando-se mais elaboradas e sagazes; assim, por exemplo, “os documentos mais antigos incluíam expressões condescendentes como retratar a UE como uma “mão amiga”” (ibid.: 11), outras publicações posteriores representam esta ideologia de forma mais eficaz; o texto da EERCA de 2016, por exemplo, reitera as noções de “ajudar”, “fomentar”, “fornecer”, “desenvolver”, “treinar”, “construir capacidade”, “orientar”, “aconselhar (Comissão Europeia, 2016, 9)”, que pretende “colocar a UE numa posição hierárquica em relação aos seus parceiros (...) a UE é o doador, os outros são recetores” (Sandrin & Hoffman, 2018: 11). Esta tipologia de interação unidirecional, pela qual a Europa e a União Europeia se afirmam como os locutores dominantes no espaço discursivo internacional, exclui a abertura de outras possibilidades e de configurações alternativas no espaço político.

Assim, por exemplo, no discurso pronunciado pela Alta Representante Federica Mogherini (Mogherini, 2016) no Fórum da Cultura de 2016, em ocasião do lance da EERCA, foram exaltadas as potencialidades de melhoria, desenvolvimento e progresso derivantes da aproximação entre Europa e África; contudo, a relação representada é de tipo exclusivo, ou seja, é constituída por apenas um modelo de possibilidade discursiva: os jovens Africanos chegam à Europa para se formar, ou os Europeus vão para África proporcionar formação: “a possibilidade que os Europeus possam ir para África para aprender não está contemplada” (ibid.: 12).

A comunicação estratégica da UE baseia-se na representação da unidade e da cooperação, e no propor a UE como modelo para os outros atores no panorama internacional; isto contribui a reforçar a imagem da UE como polo de atração e prestígio, consolidando, ao mesmo tempo, a ideologia hierarquizada que fundamenta o seu discurso; em particular, para que a narrativa da persuasão se demonstre eficaz, deverá se propor como a “melhor oferta” no mercado discursivo: “esta deverá ser a essência da (...) oferta estratégica” (Vlahos, 2009: 36).

4. DISCURSOS NÃO INSTITUCIONAIS PARA A MUDANÇA POLÍTICA

4.1. Discursos Concorrentes

Na era digital, qualquer indivíduo que possua acesso aos meios de comunicação social é potencialmente capaz de produzir e difundir informação; em âmbito sociopolítico, em

particular, assiste-se à proliferação de inúmeros discursos que desafiam constantemente a comunicação produzida pelas instituições governamentais, e que se afirmam como discursos concorrentes, ou “*competent discourses*”, voltando a Laclau & Mouffe (2001).

Em outras palavras, a comunicação produzida pelos Estados para o público classifica-se como discurso de dominância; no entanto, o público também produz informação, e outros atores possuem a capacidade de criar discursos concorrentes, veiculando representações que contribuem para a afirmação identitária de sujeitos autónomos.

Este fenómeno, que responde ao “princípio de inquietação” ilustrado anteriormente, vê-se exacerbado pela revolução das NTIC, que proporcionam uma capacidade de expressão praticamente ilimitada a vários atores não-estaduais e/ou não-governamentais, como atores económicos, públicos diversificados, organizações da sociedade civil, organizações não-governamentais, movimentos sociais e de protesto.

A liberdade de expressão e informação é defendida, no Direito Internacional, pelo artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), onde se afirma que “todas as pessoas têm o direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948).

Atualmente, a internet propõe-se como o espaço de ação privilegiado para a comunicação transfronteiriça e as plataformas on-line apresentam-se como potenciais terrenos férteis para a confrontação, a contestação e a criação de redes de influência política, também para aqueles Países onde estas práticas estão sujeitas a censuras ou a sanções, como, por exemplo, a China, a Turquia, a Coreia do Norte, entre outros.

A possibilidade de os sujeitos se conectarem on-line e partilharem experiências e ideias, também, facilita notavelmente a formação seletiva de comunidades e redes de contacto, tanto nas redes sociais quanto na vida real; este fenómeno assume uma significação não indiferente em âmbito sociológico, sendo que “dum ponto de vista conceitual, os indivíduos vêm o ambiente on-line como uma extensão do ambiente *offline*” (Manor, 2018: 9): ou seja, a perceção simbólica do espaço virtual descreve uma interseção com o espaço real, o que pode produzir efeitos surpreendentes, quando o questionamento ou a contestação política, no domínio virtual, se traduzem em ações demonstrativas na realidade:

“43% dos utilizadores da internet que são membros de comunidades online têm para com estas o mesmo nível de empatia do que para com as comunidades face -a - face a que pertencem. (...) O envolvimento em comunidades online conduz ao desenvolvimento de ações no mundo real” (Damásio & Henriques, 2010: 127).

Assim, os públicos globais “não vão permitir apenas que lhes seja falado”, mas reivindicam um papel ativo no diálogo e na avaliação dos processos internacionais, “através das tecnologias de comunicação da Web 2.0 e dos novos média” (Snow, 2009: 8), que proporcionam um envolvimento interativo e multidirecional: em outras palavras, a revolução digital proporciona “a emergência dum público online volátil, vocal e poderoso, que se afirma de formas imprevisíveis” (Manor, 2017: 2), e cujo envolvimento nos acontecimentos internacionais impõe, inevitavelmente, uma certa pressão social nos atores institucionais que participam na sua construção.

Em primeiro lugar, como confirma o jornalista crítico G. John Ikenberry (2002), no domínio das negociações entre Estados, a própria “natureza pública da tomada de decisão e da competição”, intrínseca aos governos a estatuto democrático, quanto inevitável na era da revolução digital, pode ter repercussões relevantes em política externa: em particular, a opinião pública revela-se especialmente sensível à implementação de táticas negociais ligadas à utilização da força – incluindo as alianças militares internacionais “*ad hoc*”, como ilustram Baum & Potter (2015).

Isto poderá eventualmente afetar o êxito de estratégias de persuasão levadas sob o signo da coerção diplomática. No que diz respeito, por exemplo, à utilização da força por parte dos Estados, é inegável que a presença duma comunidade internacional recetiva, cuja expressão se traduz na opinião pública, exerça um poder de deterrence evidente. Consequentemente, para que a conduta da política externa dum Estado possa se conciliar com o carácter público das relações internacionais, é necessário que haja (i) um consenso interno sólido e generalizado; (ii) um certo nível de credibilidade aos olhos da comunidade internacional.

A dificuldade de harmonização dos caracteres público e coercivo da diplomacia provoca consequências imediatas: em primeiro lugar, os Estados são desencorajados a recorrer à força no domínio internacional; em segundo lugar, as democracias tornam-se “mais seletivas ao lançarem ameaças, o que contribui para a sua credibilidade e reduz o risco de escorregar em blefes” (Ikenberry, 2002: s.p.). Isto, paradoxalmente, reforça a credibilidade dos governos democráticos, cujas ameaças de coerção serão potencialmente “mais credíveis do que as lançadas por Estados não-democráticos” (ibid.). No entanto, quando um Estado soberano manifesta ser digno de credibilidade e de prestígio a nível internacional, demonstra também maior propensão e capacidade para a resolução pacífica das disputas.

No âmbito dos movimentos sociais que utilizam a comunicação digital como ferramenta positiva, um exemplo significativo é o da Primavera Árabe de 2011; sabe-se que os protestos começaram, antes de mais, nas redes sociais Twitter e Facebook na Tunísia em 2010, e que no momento em que se traduziram em ação, em dezembro do mesmo ano, provocaram um

efeito dominó no Egito, na Líbia, na Síria e no Reino do Barém. Os governos responderam bloqueando o acesso às plataformas sociais nos seus respectivos países, no intento de dificultar as comunicações entre os manifestantes – e entre o País e o resto do mundo; no caso do Egito, em particular, a censura foi estendida também aos e-mails, as aplicações de mensagens e os SMS (*Short Message Service*), que se encontraram quase inteiramente bloqueados, no arco de três dias apenas.

O acesso à internet seria reestabelecido no começo de fevereiro do mesmo ano; curiosamente, porém, conforme relatado por Taylor Owen (Centre for International Governance Innovation [CIGI], 2015) no dia a seguir ao bloqueio geral, que foi executado em 28 de janeiro de 2011, a internet já se encontrava ativa no Egito, e não por iniciativa do governo Mubarak, nem dos próprios ativistas: a dar a volta ao monopólio do governo Egípcio sobre os meios de comunicação digital foi o grupo Telecomix, uma rede descentralizada composta maioritariamente por “hackers ocidentais comprometidos à liberdade de expressão”, que se autodefinem de “serviço de segurança secreto” (ibid.).

A ideologia revolucionária à base da intervenção do grupo ativista fundamenta-se no princípio pelo qual a livre comunicação pode ter efeitos grandiosos e imprevisíveis na vida das pessoas comuns, implicando a descentralização do poder; efetuando operações de redirecionamento do tráfego a partir de redes de servidores no continente Europeu, a Telecomix conseguiu devolver parcialmente o acesso à rede na cidade do Cairo, e enviar informações aos locais sobre como boicotar a censura; serviu-se também de canais de rádio menores, não sujeitos ao controlo estadual, para divulgar mensagens ativistas, em concomitância com uma campanha insistente mediante aparelhos de fax; as informações recebidas do território eram então publicadas em perfis Twitter e Facebook a partir de outros países, para que a divulgação dos acontecimentos não parasse.

E de facto, entre janeiro e fevereiro de 2011, a atenção mundial focou-se sobre o abuso de poder do governo Mubarak, o que contribuiu notavelmente para o bom êxito dos protestos no Egito⁸².

A emergência de tais grupos de influência constitui uma prova evidente do potencial de o público global participar ativamente na construção da sociedade civil; assim, por um lado, se a revolução digital contribui para uma maior “democratização” da prática política, por outro lado, este fenómeno, conjugado com o carácter reacionário e insurreccionista de movimentos

⁸² De forma análoga, os protestos na Líbia e na Síria foram apoiados pelo mesmo grupo de hackers ativistas, que divulgou informações aos manifestantes locais, sobre como obviar a espionagem governamental, garantindo assim a passagem eficaz da informação (CIGI, 2015).

de influência, apresenta-se como uma ameaça para a conservação da estrutura tradicional do poder social, descrita em precedência, e implica também riscos em termos de segurança.

4.1.1. Análise de dois discursos subversivos: Revolução e Terror

Na era digital, os discursos concorrentes produzidos por grupos de influência de carácter antigovernamental ou subversivo adquirem uma dimensão e um potencial de influência nomeadamente mais amplos; de facto, a possibilidade instaurar interações com públicos diferenciados, transmitindo informação ou desinformação, permite divulgar objetivos e criar compromissos a longo prazo. A nível de análise, tais discursos podem apresentar características ideológicas comuns, assim como elementos próprios e distintivos. De seguida, são propostos dois modelos discursivos, tirados, respetivamente, da página web do grupo Telecomix, criada em 2014, e do filme “A Vontade do Mártir”, realizado por Al-Quaeda. A presente análise não pretende se afirmar como exaustiva, no âmbito da caracterização dos discursos ilustrados, mas visa a chamar a atenção sobre o estilo da enunciação, as figuras semânticas e simbólicas utilizadas, as estratégias de inclusão e exclusão implementadas, e a ideologia subjacente.

Em primeira análise, acedendo ao site oficial do grupo Telecomix⁸³, o elemento que imediatamente ressalta é o logotipo elaborado e provocatório da organização, composto por um elemento circular central, onde figuram três símbolos, e contornado por quatro macacos que fingem não ouvir, não falar, não ver, não saber. Do texto publicado, que se propõe como um manifesto do grupo, são extraídos seis parágrafos e três subparágrafos, para um total de 501 palavras (Anexo 2).

Desde a introdução, Telecomix apresenta-se como um conjunto de “princípios para a desorganização política, que poderá funcionar ou não” (l. 1), uma “conceção caótica das sociedades tecnológicas” (l. 2); a figura propositadamente ambígua da organização reforça-se, ainda, pelo facto de “ninguém ter conseguido demonstrar que Telecomix existe, como organização ou organismo persistente (...) não existe nenhuma organização chamada Telecomix” (ll. 8-11), e, ainda, pela utilização de metáforas rebuscadas e complexas: “Telecomix é a transformação da medusa na hidrosfera, o isomorfo entre a existência humana e mecânica na mecanosfera” (ll. 4-5), “uma máquina abstrata” (ll. 10-11), que “repousa num vortex tecnológico subáqueo, boiando em círculos, para cima e para baixo, apenas aleatoriamente para a superfície” (ll. 24-25).

⁸³ Fonte: <https://telecomix.org/>. Visitado em 02/04/2019.

Contudo, o carácter nebuloso desta organização revela-se a chave da ideologia do grupo: “a incerteza é força. Os Estados Quânticos são os únicos Estados legítimos” (l. 15); ou seja, a escolha de Telecomix se apresentar como um organismo impalpável é fundamentalmente estratégica, e visa a implementar um “plano para redistribuir as redes distribuídas” (l. 3). Em primeiro lugar, por não possuir uma imagem definida, o grupo é necessariamente aberto, ilimitadamente abrangente, potencialmente omnipresente, para garantir a liberdade comunicacional entre os indivíduos. Conforme a narração dos redatores do site, “pouco importa se resides em arquipélagos abissais ou (...) altitudes: podes te conectar a Telecomix” (ll. 6-7).

Em segundo lugar, a tipologia estrutural de Telecomix, assim como de outras associações de hackers ativistas, como por exemplo o grupo *Anonymous*, afirma-se em evidente contraste com o padrão organizacional dos atores governamentais institucionais; ou seja, esta composição não-formal, não-hierarquizada e não-localizada propõe-se como um verdadeiro antagonista para “as instituições tradicionais do século XXI, que ganham autoridade, capacidade e legitimidade (...) mediante as suas estruturas de comando e de controlo” (CIGI, 2015:). Pelo contrário, a participação às iniciativas promovidas por tais grupos de influência é fundamentalmente baseada na participação coletiva, onde não há chefes ou líderes identificáveis com os quais negociar, nem fronteiras que limitem o seu alcance.

Em última análise, a Telecomix e as organizações afins não visam a ganhar visibilidade, ou a propor personalidades carismáticas; pelo contrário, baseiam-se no princípio pelo qual, por um lado, “a liberdade humana depende do nível de visibilidade dos sistemas tecnológicos” (l. 21); por outro lado, porém, a liberdade humana, exige “uma *invisibilidade* muito especial da tecnologia. Para se esconder nela” (l. 23), com o objetivo de “criar túneis através das paredes” (l. 18), para que se possa “respirar juntos” (l. 5): estas metáforas remetem à noção de libertação, explicitamente evocada na exortação “Libertem Kafka” (l. 20) e na frase: “libertem o *hominidae* dos seus obstáculos físicos” (l. 22).

O discurso de Telecomix apresenta poucas recorrências remarcáveis⁸⁴, devido à articulação complexa que o caracteriza, e que não dispensa as figuras metafóricas. Identifica-se como discurso ideológico, na medida em que adota uma narração específica, que chama a atenção uma ameaça latente: as “cidades internet fantasma desertas” (l. 14), e o “silêncio que se difunde pelas metrópoles os desertos” (ll. 33-34). Assinala-se também abundância de símbolos textuais e gráficos, associados aos princípios fundamentais da organização, e as

⁸⁴ A noção de “*chaos*” possui três referências (ll. 2, 13, 26); a ideia de “*interruption*”, também, comparece cinco vezes (ll. 16, 20, 32, 37); o substantivo plural “*data*”, e os seus compostos, apresentam seis recorrências (ll. 13, 29, 31, 32x2), e o substantivo singular “*machine*” apresenta cinco (ll. 4, 11, 16x2, 38.)

referências a outras produções literárias do grupo; estes elementos transmitem de forma sagaz o ideal do grupo, a garantia da liberdade de expressão. Contudo, o discurso de Telecomix não se apresenta como destrutivo, mas construtivo e revolucionário, na medida em que se propõe como protetor da livre circulação de informações; a apresentação do site culmina na seguinte conclusão:

“Cria novos fluxos de dados, interrompe fluxos de dados. Faz com que as coisas se partam e sejam assembladas de novo. Mas nunca desconectar! (...) Podes cortar o fluxo, interromper o sistema, interromper a corrente, e depois construir um protocolo; volta a ligar a máquina! Aumenta de velocidade e faz uma jogada! *Hackera o planeta! Reinicializa!*” (ll. 32-38).

Esta passagem final enfatiza o princípio pelo qual Telecomix não pretende se exibir mediante atos demonstrativos de destruição; pelo contrário, defende-se o valor da invisibilidade, como requisito necessário para intervir mediante operações “misteriosas” no fluxo de informações, criando cadeias de alternativas comunicacionais.

O segundo objeto da presente análise é o discurso tirado por Philip M. Taylor (2009) do filme “A Vontade do Mártir”, publicado pela unidade de produção audiovisual de Al-Qaeda “Al-Sahab” (traduzível como “nuvens”). Esta filmagem é apenas um dos inúmeros produtos da extensiva propaganda digital divulgada pelo grupo terrorista, e apresenta-se como um elogio à “operação de martírio” dum particular discípulo da ideologia extremista, nomeado de Hafiz Husman. O vídeo abre-se violentamente, mostrando a imagem dum carro a capotar por cima duma patrulha americana, explodindo, e é “habilmente editado com imagens (...) das tropas Israelitas e das suas vítimas Palestinenses e é repleto de músicas e passagens do Corano” (Taylor, 2009: 13).

A passagem em análise (Anexo 3), conforme a transcrição do autor, é distribuído num único parágrafo, para um total de 328 palavras. Articula-se à volta dos temas da violência exercida contra o mundo islâmico, e da imposição forçada dos valores ocidentais; os inimigos são explicitamente identificados nos “Judeus e Cristãos”, aos quais a inteira comunidade Muçulmana (“*Ummah*”) está sujeita (l. 1), e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, organismo de escravatura (l. 2). Reitera-se a ideia da conspiração Ocidental, que se traduz na implementação de “leis internacionais contra a Shariah de Allah” (l. 3), e que mediante “conspirações segredas e revoluções clandestinas” (l. 12), visa a “contaminar” (l. 3) a sociedade islâmica – a nível político, económico, educacional, familiar e moral. Insiste-se sobre a hipocrisia do Ocidente, que “se esconde por trás dos rótulos da tecnologia da informação e da cultura” (l. 7) e veste “o manto da democracia” (ll. 11-12) para oprimir os valores muçulmanos.

As categorias semânticas mais recorrentes remetem aos conceitos da imposição e da escravatura⁸⁵, assim como do empobrecimento moral⁸⁶ das sociedades muçulmanas, mediante a divulgação de valores ocidentais “em aberta contradição com a nossa divina *Shariah* e que ridiculizam explicitamente as tradições Islâmicas e os nossos direitos de culto” (ll. 15-16). Assinalam-se também as referências bélicas⁸⁷, e as metáforas utilizadas para representar o inimigo, os Estados Unidos, personificado na figura do “faraó da nossa época”, e operante através dos seus “malévolos líderes cruzados” (l. 17) – a imagem do Cruzado repete-se novamente na linha 19. Neste panorama de conspiração e abusos, o ato de “martírio” de Hafiz Usman apresenta-se como um ato de “vingança” (l. 19), e a sua pessoa é simbolizada pela metáfora da “estrela brilhante” (l. 20).

Os discursos analisados apresentam diferenças substanciais e significativas, tanto na articulação quanto na ideologia que os fundamenta; em primeiro lugar, trata-se de enunciações em suportes diferentes – um texto publicado numa página web e a transcrição duma passagem vídeo. As figuras discursivas utilizadas põem o acento sobre conceitos opostos, respetivamente, a liberdade e a prisão; por um lado, a enunciação de Telecomix é propositadamente ambígua, enquanto, por outro lado, o discurso de Al-Qaeda é explicitamente localizado no mundo muçulmano; ambos os discursos evocam a presença duma ameaça: latente e universal, no caso de Telecomix, concreta e conspirativa, no caso de Al-Quaeda.

Em segundo lugar, o discurso ativista de Telecomix é maioritariamente apelativo e exortativo, nunca autorreferencial (o grupo é evocado à terceira pessoa singular), e profunde-se na utilização do tempo verbal imperativo presente; pelo contrário, o discurso de terror articula-se à volta do antagonismo entre “nós e eles”, ou seja, entre o mundo muçulmano e a América, um inimigo com um rosto e um nome identificáveis; recorrente é a utilização de adjetivos locativos (“este *Ummah*”) e do adjetivo possessivo “nosso”, e do modo indicativo.

Finalmente, a modalidade de articulação das respetivas ideologias permite o enquadramento das enunciações em categorias discursivas coerentes, segundo a distinção proposta no capítulo precedente: por um lado, o discurso exortativo de Telecomix, paradoxal e de

⁸⁵ “*Subject to*” (ll. 1; 19); “*enslaved*” (l. 1); “*trap our economics in the chains of usury*” (l. 4); “*limiting our population*” (l. 5); o verbo “*to impose*”, apresenta duas recorrências, no modo de conjugação passivo (ll. 13; 15); “*tyranny and oppression*” (l. 19); “*atrocities*” (l. 20).

⁸⁶ “*Apostasy and heresy*” (l. 4); “*storm of decadence and immorality*” (ll. 7-8); “*ruined the ethics and character (...) and resulted in the death of shame in Muslim societies*” (ll. 8-9); “*atheism*” (l. 11); “*prostrate themselves to the Lord of the White House*” (ll. 14-15); “*apostate leaderships*” (l. 15); “*disbelief*” (l. 19)

⁸⁷ “*Conquer our lands*” (l. 17); “*establishing military bases*” (l. 18).

inspiração literária, identifica-se como um texto revolucionário *sui generis*; por outro lado, o discurso de Al-Qaeda, abolindo a elaboração racional dos eventos em virtude do conflito, identifica-se como um produto de propaganda *tout court*.

Os dois movimentos de influência, por quanto diferentes, apresentam um ponto em comum: a utilização das NTIC para instaurar uma abordagem a longo prazo com o público-alvo. Contudo, evidencia-se uma diferença substancial, na maneira pela qual Telecomix e Al-Qaeda divulgam as suas respectivas produções discursivas: por um lado, Telecomix apenas procede a difundir informação na hora da intervenção, através de quaisquer redes digitais ou alternativas, adotando um estilo comunicativo não imediato, repleto de imagens metafóricas e ambiguidade.

Em oposição, Al-Qaeda difunde publicações e produtos audiovisuais mediante uma extensa gama de “documentários”, a partir do seu próprio canal de produção em vasta escala, utilizando diferentes plataformas internet, incluindo YouTube; também, as produções são editadas, adaptadas e legendadas em função do público-alvo a ser atingido. Neste sentido, é importante salientar que as tecnologias da comunicação constituíram um elemento de reforço preponderante para a propaganda de Al-Qaeda: “os terroristas seriam relegados ao estado de anárquicos ou até de criminais comuns, sem a sociedade da informação (...) a atividade deles é 10% violência e 90% publicidade” (Taylor, 2009: 14).

Por outro lado, também, as próprias iniciativas de anti-propaganda divulgadas nos Estados-Unidos, em particular, após o 11 de setembro de 2001, contribuíram para difundir esta “publicidade”, se bem que em termos de recusa, sobre o grupo de Al-Qaeda; também, em termos discursivos, “ao etiquetar a resposta ocidental ao 11 de setembro como Guerra Global contra o Terrorismo, ou agora a Longa Guerra, estes criminais foram empoderados com o estatuto de “guerreiros”” (ibid.).

Ora, resulta evidente que contrastar o alcance de grupos subversivos tão influentes, como os aqui descritos, não é uma tarefa simples, e não se restringe apenas às operações de contrapropaganda, ou cybersegurança; na medida em que são produzidos discursos sobre a base ideológica que os fundamenta, e amplamente divulgados pelas NTIC, estes atores políticos, ou antipolíticos, adquirem também maior autoridade, afirmando-se como “poderes perturbadores”, na definição de Taylor Owen (CIGI, 2015). Nesta categoria são igualmente enquadráveis os atores da sociedade civil que utilizam o discurso e a representação como ferramentas para produzir mudanças políticas profundas; isto implica, no âmbito do conflito para o espaço discursivo, práticas coercivas ou de deterrência, e a criação de padrões normativos sobre a reconfiguração da ordem global.

4.1.2. O Capital Social e os Movimentos Sociais

A evolução da diplomacia e, conseqüentemente, do discurso diplomático, tem vindo a configurar-se como um processo fortemente condicionado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e de informação, que promovem a intervenção de atores diferenciados e não-institucionais no cenário geopolítico. Neste contexto, assiste-se à criação de numerosas comunidades virtuais transnacionais, que visam exercer pressão política, através de ferramentas discursivas inéditas e provocatórias.

É interessante constatar como, em consequência da revolução digital, a própria noção de comunidade venha a adquirir uma significação mais ampla: no sentido convencional do termo, uma comunidade social entende-se como um grupo de pessoas que “interagem em conjunto com determinados objetivos comuns e (...) partilham o mesmo sentido do real” (Damásio & Henriques, 2010: 119), e cuja coesão fundamenta-se nas vivências que experienciaram como um todo, e no sentido de pertença individual ao grupo.

Com base nesta definição, deduz-se que a noção de comunidade está ligada aos conceitos de origem e territorialidade, altura histórica e durabilidade, memória coletiva e repertório emocional; contudo, quando as interações entre membros de uma comunidade são instauradas no espaço virtual, tais categorias de representação são inevitavelmente superadas.

O único fator do qual depende a existência de tal espaço é o próprio meio da sua geografia, ou seja, a operacionalidade das tecnologias da informação; por sua vez, o discurso divulgado pelas redes digitais caracteriza-se, em particular, pela utilização de diferentes materiais (documentos, publicações, produções audiovisuais, etc.), e pela existência de interações “entre os sujeitos e o próprio sistema” (ibid.:120).

Em suma, as comunidades virtuais afirmam-se como um conjunto dinâmico em constante transformação (Blanchard, 2007), capazes de gerar e divulgar opiniões online, tecer relações de influência virtuais e intervir no processo da tomada de decisão. No que diz respeito a este último aspeto, em particular, o conjunto das comunidades que se organizam em grupos politicamente engajados (quer virtuais, quer materiais) afirma-se como “capital social”, ou seja, como uma estrutura de valor na conduta das relações sociais e políticas.

O conceito de capital social entende-se como uma metáfora sobre a vantagem implicada pelas relações sociais e sobre o acesso dos indivíduos aos recursos disponíveis numa rede; em outras palavras, refere-se à possibilidade de os sujeitos obterem benefícios comunitários, criando grupos sociais operantes como um todo, num determinado contexto.

A ação coletiva de tais atores é multidimensional e articula-se através de práticas discursivas específicas de construção social, integrando “a participação cívica, satisfação, confiança e envolvimento social como variáveis centrais” (Damásio & Henriques, 2010: 115).

No âmbito da presente análise, a noção de capital social refere-se ao potencial de influência das comunidades globais no domínio político, motivado por uma exigência partilhada de mudança e/ou de estabilidade; neste sentido, o capital social afirma-se como uma forma de poder inédita, que não possui materialidade e é veículo do desejo de intervenção coletiva:

“contrariamente a outras formas de capital como o económico, o capital social não pode ser acumulado nem negociado (...). O capital social é assim uma medida do estado em que um sujeito se encontra, mas também daquele em que um sujeito deseja estar” (ibid.:118).

Em particular, serão considerados como elementos do capital social todos os atores da sociedade civil que, ao longo da história, se organizaram para promover discursos e ações finalizados para a construção da paz; é o caso, por exemplo, dos movimentos para a democracia na América Latina (1944), na Ásia (na década dos 80) e na África (nos começos dos anos 90), assim como os movimentos para a independência de regimes totalitários, como no caso do Bloco da União Soviética (1989-1991); são igualmente incluídos os grupos que suportam causas na ordem dos Direitos Humanos – a igualdade de género, a luta à discriminação racial – e da defesa ambiental.

Todos estes grupos são caracterizados por uma tipologia discursiva própria, que recusa o estilo administrativo da diplomacia tradicional, em virtude duma dialética mais vistosa, por vezes opinável, visando a alcançar a atenção da imprensa, dos órgãos de poder, e de quantos mais espetadores possíveis. Assim, as notícias chegam ao público enquanto o público faz notícias, num mecanismo circular que assegura visibilidade e promove a conscientização geral sobre um determinado assunto; paralelamente, de forma ideal, na medida em que tal assunto ganha mais urgência, maior será o empenho por parte dos governos para chegar a uma resolução.

Em suma, o conceito de capital social refere-se à possibilidade de certos grupos de indivíduos levarem a cabo “ações recalcitrantes, resistentes, de reivindicação de direitos” (Mendez & Seixas: 2005) e que sejam eficazes de forma pacífica, isto é, sem recorrer à violência propriamente dita; assim, se por um lado o capital social não é mensurável ou tangível, por outro lado a sua materialidade é transmitida através da força estética de imagens e discursos, assim como pela presença física (ou seja, visível e enquadrável) do indivíduo no espaço cívico: ruas, praças, largos, parques e outros espaços públicos abrem-se e transformam-se em arenas de discussão, espaços privilegiados para o questionamento e a luta em nome da *reis-publica*, a coisa pública e o bem comum.

Tais grupos, ou movimentos sociais, lideram ações de natureza política e pretendem agir para além das estruturas consolidadas do poder, senão em oposição às mesmas. São “atores autônomos organizados” (Gohan, 2011), possuem uma liderança, uma base ideológica consensual, uma demanda acerca de uma(s) causa(s) e um projeto sociopolítico; reivindicam o direito à interferência, visando a intervir nos processos da tomada da decisão, através de ações de desobediência civil, e possuem aliados, opositores e antagonistas. O objetivo dos movimentos sociais é ganhar voz no processo da tomada de decisão, negociando com as estruturas do poder a instauração de Políticas Públicas.

Thomas Carothers e Richard Youngs (2015) propõem um quadro de análise dos Protestos Globais do nosso século, tendo em conta da influência das NTIC; a reflexão dos autores verte sobre as seguintes questões: os protestos globais têm objetivamente aumentado em frequência, em comparação ao passado? Quais são as causas que os fundamentam, a curto e a longo prazo? Quais formas podem assumir e quais resultados podem ser obtidos a nível político?

Em primeiro lugar, o aumento da frequência dos protestos a nível global não é apenas uma impressão transmitida pelo alargamento da cobertura digital e mediática: os autores demonstram como os grandes movimentos de reivindicação social – isto é, os que “têm implicações potencialmente significativas a nível nacional para um país” (Carothers & Youngs, 2015: 5) – tenham efetivamente aumentado no século XXI; apesar de ser difícil definir um limite numérico, devido à natureza heterogénea de tais movimentos, é possível afirmar que os grandes protestos aceleraram a partir de 2007, alcançando um novo ápice a partir de 2010; em particular, “após uma concentração de revoltas em 2010-2012, houve um acalmo (...) e a seguir uma nova explosão de energia cívica em 2013 e 2014” (ibid.). Analogamente, Gene Sharp (1993) designa este fenómeno de “febre do protesto”, referindo-se ao surgimento de grupos de mobilização política e social ao redor do mundo.

Em segundo lugar, no que diz respeito às causas que desencadeiam as ações de protesto social, estas podem ser de natureza política, como a adulteração das eleições ou a extensão não constitucional dum mandato de governo – foi o caso dos protestos de 2017 na Gâmbia, por exemplo; socioeconómica, quer em consequência de eventos muito específicos, como o corte de energia e combustíveis, ou de “tendências mais sistémicas, como o declínio económico acentuado ou aumento da desigualdade” (ibid: 7). As insurreições relacionadas com questões de governança, por fim, combinam ambos os elementos políticos e económicos, como no caso de episódios de corrupção.

Tendencialmente, os protestos da última década nos países a regime autoritário ou semiautoritário têm sido a direta consequência de certos eventos ou fenómenos de matriz

política, levando, num segundo momento, a críticas sobre o mal-estar e o clima de repressão generalizado; pelo contrário, nos regimes democráticos, os protestos recentes têm sido motivados por fatores socioeconômicos e reivindicam geralmente uma certa mudança política, sem pôr em causa o sistema de governo na sua totalidade. É o caso, por exemplo, dos protestos em favor do aborto na Irlanda e nos EUA (2019), das manifestações contra o aumento de impostos na Grécia, contra as políticas de austeridade no Reino Unido, pelas questões salariais na África do Sul e contra a violência baseada no gênero na Índia (ibid.:8).

Assinala-se também como certos movimentos que defendem causas de ordem socioeconômica possuem a capacidade de se consolidar e evoluir ao longo do tempo; é o caso, primeiro entre outros, do movimento para a igualdade de gênero, que do feminismo passou a incorporar a cultura LGBTI; outros exemplos são o Movimento Negro e o Movimento Indígena, que lutam há décadas para o reconhecimento e a afirmação do valor biocultural do grupo étnico que representam, afirmando-se como modelos contra a discriminação, o preconceito e a escravidão.

Desde o século passado, tais movimentos têm conseguido resultados extraordinários, graças à divulgação duma sólida ideologia de resgate e ao desempenho de ações eficazes de protesto e diplomacia; os grupos ainda garantem continuidade de apoio à luta para a causa racial através de várias plataformas sociais e de manifestações periódicas que gozam duma ampla base de participação. De forma geral, os movimentos sociais fomentam a união coletiva dos indivíduos, em nome de causas nas quais os participantes acreditam e se identificam: a mobilização social visa à inclusão e ao reconhecimento dos excluídos, dos que foram silenciados por discursos de dominância, questiona e provoca os sistemas de poder por meio de ações assertivas de protesto pacífico.

Assim, nas últimas duas a três décadas tem-se assistido ao crescimento repentino das organizações da sociedade civil em todo o mundo, em particular nos países em desenvolvimento e nos que saíram há relativamente pouco tempo de regimes ditatoriais (Carothers & Youngs, 2015: 11). Este fenômeno promove a criação de “associações profissionais, grupos informais, organizações religiosas, sindicatos, cooperativas de aldeias, organizações indígenas, grupos de mulheres, financiamento de coletivos, grupos de estudantes e outros” (ibid.); tais associações não possuem uma liderança formal, nem por vezes um manifesto político claro, e são frequentemente apoiadas por organizações não governamentais ou não-estaduais.

Certo, a existência de tais organizações não implica a garantia de que haverá grandes protestos, em situações de descontento social; contudo, a generalização dos protestos contribui para o crescimento de novas organizações civis (ibid.). Neste contexto, a presença

de instituições sociais que sirvam de órgãos de mediação com as instituições formais revela-se fundamental, na ótica de obter resultados a longo prazo.

Em terceiro lugar, no que diz respeito à forma dos protestos, várias são as medidas eficazes de resistência e manifestação que podem ser tomadas para desempenhar uma luta política: Gene Sharp (1993), especialista americano em ação não violenta e quatro vezes candidato ao Prémio Nobel para a Paz, chega a listar bem 198 formas não violentas de iniciar uma revolução na sua obra “Da Ditadura à Democracia – Uma Estrutura Concetual para a Libertação”, que tem instruído e inspirado movimentos de reivindicação em todo o mundo. O autor ainda põe o acento na necessidade da divulgação da informação através de publicações, manifestos, publicidade mediática, para que os Movimentos Sociais se tornem em eficientes atores geopolíticos; esta obra tem contribuído para a reavaliação do protesto pacífico como forma eficaz de subversão, mudança e evolução política.

Os movimentos sociais visam a despertar a consciência coletiva sobre assuntos de valor normativo, em primeiro lugar, sem necessariamente prever teorias de reconfiguração política concretamente aplicáveis; os protestos digitais, em particular,

“concentram-se em se posicionar para combater o poder, remodelar valores sociais e criar identidades cognitivas partilhadas. Estes movimentos rejeitam formas estandardizadas de liderança e escolhem atos simbólicos de desobediência civil como o seu *modus operandi* (...) são projetados para ser um tipo de teatro de massa que desencadeia ondas maiores de rutura. Procuram uma maneira diferente de fazer política, em vez de simplesmente oferecer uma série de recomendações políticas estandardizadas” (Carothers & Youngs, 2015: 12).

Assim, é de extrema importância considerar que os movimentos sociais, apesar de serem motivados e condicionados por circunstâncias contingentes, não podem e não devem permanecer ancorados a uma dimensão espaço-temporal definida: pelo contrário, as manifestações alimentam-se e inspiram-se de forma mútua, transcendem as categorias do presente, do in-loco e do papel social:

“os manifestantes põem em prática uma variedade de estilos comunicativos e técnicas de mobilização que incluem o uso estratégico de declarações feitas por meio de ações corporais não-verbais. Tais práticas (...) são apropriadas tanto por movimentos progressistas quanto conservadores, local e globalmente” (Fuentes: 2015).

Por fim, os grandes movimentos de protesto em época digital têm obtido uma vasta gama de resultados: muitas vezes, mesmo perante a ineficácia ou a repressão governamental violenta dos protestos, assiste-se à sedimentação a longo prazo de ideais na mentalidade coletiva, que podem servir de *input* para futuras mudanças políticas; outras vezes, o resultado da repressão governamental dá azo a guerras civis prolongadas e caos político generalizado; e

ainda, por vezes, os movimentos sociais conseguem provocar mudanças de regime ou, pelo menos, chegam a implementar tentativas para mudanças políticas específicas.

4.2. O Corpo Político, Espaço de Conflito

“O controlo da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou ideologia, mas começa no corpo, com o corpo (...) é a biopolítica que conta mais, o biológico, o somático, o corpóreo.” (Foucault: 1994: 53).

As relações de poder que estão à base da existência das sociedades manifestam-se a nível normativo, assim como sob o signo da corporeidade: o cidadão experiencia a sua vivência como indivíduo social, adotando comportamentos, hábitos e normas pré-definidos; nesta ótica, ilustrada por Michel Foucault (1979), a tradicional dicotomia de público/privado, individual/coletivo é desmentida, em favor dum modelo de interação multidimensional: o discurso sobre a sociedade pode ser representado graficamente por dois eixos horizontais, a representar o poder normativo autoritário, intercalados pela interferência de flechas verticais, que simbolizam a expressão da individualidade dos sujeitos sociais.

Nesta dinâmica, dita de “agenciamento”, participam os indivíduos, as comunidades e as instituições; as últimas, em particular, são definidas de “agenciamento molar que repousa em agenciamentos moleculares”, formando em conjunto o “corpo político”: é uma “relação de relações: relação do corpo do poder com os corpos que ele investe e que lhe resistem” (ibid.).

Em outras palavras, o tecido orgânico da sociedade é composto por indivíduos de carne e osso, chamados a aderir tanto a valores políticos, morais e éticos, quanto a padrões de representação identitária, ligados à esfera corporal e estética; na medida em que o discurso abraça o domínio da ação, confirma ser um processo não apenas gramatical; pelo contrário, caracteriza-se como um regime de signos (Deleuze & Guattari, 2004).

À luz de tais considerações, a noção de discurso estende-se à noção de corporeidade: é justamente no corpo do indivíduo – portador de signos, sujeito a modas e tendências, modelável e contestável – que o poder pretende afirmar-se através de certas práticas de representação, com fim à salvaguarda da ordem social. Este processo é definido de “metafísica do poder” (Foucault, 1975), referindo-se à disciplinação do indivíduo a partir da dimensão física, como exercício da autoridade⁸⁸.

⁸⁸ Na história moderna do Ocidente, Foucault (1975) individua quatro fases distintas de coerção corporal sancionatória: primeiro vem o “suplício”, prática punitiva tirânica de acentuado carácter ritual, comum até o século XVIII; segue a “punição”, nova forma de economia política que visa a fazer do

Assim, se a Declaração dos Direitos Humanos vem afirmar que ninguém pode ser “submetido a tortura nem a pena de morte ou a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes” (art.º 5), assistimos nas democracias contemporânea a políticas de disciplinação dos costumes, motivadas, geralmente, por razões de segurança pública ou de risco social.

Veja-se, por exemplo à política de proibição do véu integral islâmico e de quaisquer roupas que escondam o rosto no espaço público em França (2010), na Bélgica (2011), na Holanda (2015): um exercício do poder lógico, que tem levantado inúmeras discussões e em relação ao qual Barack Obama, sem referências explícitas a nenhum estado em particular, afirmou que “não se deveria dissimular a hostilidade contra uma religião sob uma aparência enganosa do liberalismo” (Obama: 2009). Em muitos estados dos EUA e do Canadá, por outro lado, continua tabu a amamentação de bebés em público, enquanto em muitos outros a prática do nudismo é amplamente aceite.

Tais exemplos referem-se a tentativas de regulamentação de práticas ligadas ao corpo e ao seu poder de enunciação – um poder que, paradoxalmente, as normas institucionais não extinguem mas afirmam: a assunção da disciplina põe o acento nas pulsões latentes que caracterizam uma particular comunidade de conjunto de corpos. Em outras palavras, as proibições e as permissões promovidas no signo da corporeidade evidenciam os pontos de rutura no ethos duma sociedade, ou seja, no seu carácter social.

Existem várias, inúmeras formas de repressão da liberdade de exibição do corpo, tantas quantas são as práticas de discriminação ligadas relacionadas; este exercício do poder é designado de biopolítica, ou biopoder (Foucault, 1979), o qual afirma que o valor social do indivíduo é negociável e até anulável; neste sentido, são propostos padrões de representação ideológica dos cidadãos, com base nas quais o corpo portador da diferença, não enquadrável no padrão, é apontado como potencialmente perigoso. Esta dinâmica reflete-se nos discursos de dominação promovidos, que refletem um ethos político ligado a uma ideia de identidade, expressada na autorrepresentação do corpo político. O discurso sobre o ethos construído e promovido pelos organismos do poder age definindo os comportamentos a serem aceites pelos indivíduos, de forma a criar sujeitos disciplinados.

corpo do infrator um bem social “útil”, condenando-o a trabalhos forçados em obras públicas: os corpos são sancionados através dos signos dum esforço desgastante, cuja imagem quer veicular uma mensagem de dissuasão ao crime. Na fase da “prisão”, o indivíduo é visto, literalmente, como figura ou presença, a ser constantemente vigiada: no final do séc. XVIII, Bentham elabora a estrutura do Panóptico e assiste-se à disseminação sistemática de complexos de detenção, o que, segundo Foucault, consagraria a “institucionalização do poder de punir” (Foucault: 1975): um poder que tudo vê, e que vai operar na dimensão física e temporal do sujeito com fim a moldar os seus hábitos. Em época clássica, por fim, aparece um novo modelo de economia política da corporeidade, a “disciplina”; o corpo é visto como ameaça, alvo de poder, é objeto obsessivo de representação, pode ser moldado, treinado, adestrado.

Em oposição, ao pôr em causa o exercício do poder vigente, de forma consciente e estruturada, física mas não violenta, os cidadãos politicamente engajados abraçam uma discursividade própria, que promove a exibição ou a manipulação dos seus corpos: o facto de a corporeidade ser um instrumento político eficaz deve-se ao seu carácter teatral, que concilia a ética e a estética, a subversão e o jogo, o poder e “a capacidade de rir do poder” (Fuentes, 2015), num ritual de “carnavalização” da realidade social⁸⁹ (Bakhtine, 1973). Os cidadãos em protesto são figuras provocatórias de contestação, atores dramáticos, cuja luta para o espaço discursivo declina-se em luta de corpos biopolíticos (Foucault, 1979).

A narrativa escolhida joga com elementos simbólicos, em detrimento da interação verbal, visando a prescindir das fronteiras geográficas e linguísticas; a comunicação por imagens, em particular, é amplamente utilizada, sendo que permite prospetar “a convergência (...) em distintos espaços e lugares, através de técnicas que incluem meios digitais redes para atingir as pessoas (...) o digital é hoje uma parte integral dos atos de protesto” (Fuentes, 2015). O dito “*cyberativismo*” afirma-se portanto eficaz para criar afinidades ideológicas, construir redes de contacto e movimentos sociais transnacionais; os cyberativistas

“encontram maneiras de conectar o que acontece ao vivo com o disperso, o *in-loco* e o mediado, com a transmissão em tempo real, compartilhando a documentação de protestos anteriores ou carregando nas manifestações cartazes com informações de sites dos média sociais onde as pessoas podem continuar a se comunicar quando o evento acabar. O físico e o digital estão entrelaçados e se retroalimentam.” (ibid.).

No que diz respeito à publicidade do protesto, o corpo biopolítico exerce um grande poder de atração dos olhares e da atenção mediática: é um objeto curioso, enigmático, provocatório. Os meios digitais negociam então a imagem do corpo em protesto, do corpo nu em particular, permitindo a todos os cidadãos do mundo de espreitar as suas formas, num jogo voyeurístico de lógica política.

O alcance dos média digitais é determinante para a ação de protesto: isto deve-se, a nível prático, aos custos reduzidos da divulgação internet, o que, num plano normativo, traduz-se na ideia da rede virtual como *terra franca*, livre espaço de partilha; a interação virtual em tempo real acompanha-se pela possibilidade de criação duma continuidade histórica da ideologia, da representação e da ação políticas: idealmente, todas as pessoas em qualquer parte do mundo, em qualquer momento e altura, são chamadas a assistir a uma “ação dramatúrgica”

⁸⁹ Em contraposição, Guerreiro (2016) refere-se ao discurso das campanhas políticas em altura de eleições como “objeto duma comemoração mortífera (um carnaval tétrico) da sua condição espectral, isto é, da sua condição mediática, muito especialmente televisiva” (Guerreiro: 2016). Artigo retirado do *Público* (versão eletrónica) ao URL: <https://www.publico.pt/2016/01/22/culturaipsilon/opiniao/o-carnaval-politico-1721063>.

do corpo político em protesto e podem ainda participar ativamente, contribuir à divulgação das causas e, porque não, replicar a ação sem algum constrangimento espacial ou temporal.

O discurso dos grupos de protesto baseia-se no “agenciamento de enunciação” (Deleuze & Guattari, 1997): a palavra simbólica não é funcional para a divulgação de mensagens que queiram atingir um público global, sendo a língua só o primeiro dos seus limites. Situada além do domínio linguístico, a ação política do protesto não quer avançar definições vinculantes mas sim questionamentos, através da “decomposição ou desconstrução dos seus componentes éticos e estéticos, o uso da língua, o uso do corpo” (Fuentes, 2015) num intento meta-político e metalinguístico capaz de criar continuidade histórica e de ação em diferentes sites do mundo e em qualquer altura.

4.2.1. O Marketing do Protesto Nu

A força do protesto pacífico reside na sua capacidade de levantar sentimentos de empatia e de interesse, explorando o potencial do alcance mediático digital. Os manifestantes lançam então mensagens eloquentes e universalmente compreensíveis, por meio de ações provocatórias organizadas com fim a subverter a lógica das relações de poder que impõem ao corpo uma atuação específica, economicamente determinada.

A levantar o interesse mediático são, em particular, as ações do protesto nu: por esta razão, extremamente numerosos têm sido ao longo do século XXI os movimentos que recorrem à nudez não só como arma de contestação e de afirmação, mas também como instrumento de marketing digital: a nudez vende, quer que seja o seu propósito.

Com base neste princípio, os manifestantes nus, mergulhados na sociedade do espetáculo, quebram a intimidade dos seus corpos com fim a atirar a atenção global; a febre da espetacularização, porém, acaba às vezes por prejudicar a credibilidade da causa para a qual os ativistas exibem-se e até por banalizar a prática da nudez como arma dramática de protesto.

Forma antiga de reivindicação, o protesto nu tem sido recorrido para a divulgação de causas de várias naturezas: política e social, como os recentes protestos de 2016 contra Donald Trump e contra a censura do Facebook; civil, como as manifestações “peladas” para os direitos LGBTI, a libertação do aborto, a denúncia dos atos de violência contra as mulheres; religiosa, como no caso de Aliaa Magda Elmahdy, a blogueira egípcia que tirou a roupa em signo de protesto contra os islamitas em 2011 (Williams, 2019).

As causas em favor dos direitos dos animais, também, têm levado à mobilização em massa (ibid.): vejam-se, por exemplo, os protestos anuais do PETA contra as touradas em

Pamplona, ou os do grupo “Anima Naturalis”, contra os maus tratos aos animais e a indústria da carne; a nudez é ainda utilizada como instrumento de divulgação para causas ambientalistas, como no caso dos ativistas de Greenpeace, que em 2007 protestaram nus na geleira dos Alpes suíços contra o aquecimento global (NBC News, 2007), ou das “pedaladas peladas” (“*World Naked Ride Bike*”), que ocorrem pontualmente em março.

A manifestação da nudez demonstra ser não apenas um instrumento de protesto, mas também uma forma defender uma posição, a declaração duma identidade, a vontade de interferir tanto na política social quanto nos comportamentos e nos consumos; a influência que grandes grupos organizados de corpos biopolíticos conseguem exercer nas massas e na opinião global carrega não no exercício da força mas sim da empatia, veicula poder imaginativo, desejo de pertença e uma demanda de representação dos indivíduos: neste sentido, o protesto e a manifestação, recorrendo à exposição corporificada dos sujeitos, propõem-se como um instrumento eficaz e completo de democracia participativa; os movimentos sociais, por sua vez, possuem o potencial de afetar o panorama geopolítico internacional, liderando ações de oposição e de diálogo.

4.2.3. Discursos Dissonantes

Entre outras formas de manifestação ligadas à corporeidade, o protesto do barulho e a greve do silêncio são formas de reivindicação que comunicam exacerbando a esfera auditiva. Na América Latina, por exemplo, lembrem-se os *panelaços* ou *cacerolaços* na Argentina (2001), no Uruguai (2002), na Venezuela (2002, 2004, 2006 e 2012), na Colômbia (2012) no Chile e no Brasil (2015), e também na Espanha (2004), na Islândia (2009) e no Canadá (2012), entre outros.

Tais movimentos são de natureza espontânea e temporária, e afirmam-se mediante atos comunicacionais de alto valor expressivo; bater panelas em signo de protesto é um instrumento de manifestação utilizado por grupos de ação popular, em particular por aqueles sujeitos que tradicionalmente não têm acesso à dialética pública nem o hábito de expressar demandas em ambiente coletivo.

Os *panelaços* operam descontextualizando os utensílios do dia a dia, da esfera privada e doméstica, em nome das reivindicações sociais. Bater panelas de varandas e janelas é uma forma de protesto relativamente fácil de se implementar, pelo que todos são convidados a juntar-se com os seus utensílios à orquestra da manifestação: o privado grita no coletivo e o som metálico de tigelas e panelas rompe com o silêncio de forma concreta e simbólica – é um grito que quer chamar a atenção, provocando uma “crise da referência” (Benjamin, 2006) e baralhando os modelos comunicacionais formais através da provocação do barulho.

Analogamente, as manifestações do silêncio recorrem também ao agenciamento da enunciação: o silêncio simboliza um estado de ausência, de vazio, uma impossibilidade de comunicação, pelo que, ao ser utilizado como ferramenta de protesto, abre uma falha no sistema comunicacional simbólico, adquirindo eloquência. Entre os exemplos mais recentes do protesto do silêncio, lembre-se da greve de silêncio dos servidores da saúde em Curitiba (2012), que durou um mês inteiro, assim como da greve dos migrantes iranianos de 2015, os quais, bloqueados entre as fronteiras Grega e Macedônica, se costuraram a boca em em signo de protesto contra a nova política de imigração promovida nos Balcânicos (Avramidis, 2015).

Nos casos referidos acima, trata-se de protestos organizados a nível local através da mobilização de atores políticos soltos, ou seja, indivíduos reunidos em movimentos de ação social de carácter temporário, cujas durabilidade depende em grande parte do alcance dos média sociais e da informação; se, por um lado, o protesto barulhento grita a sua causa, o protesto do silêncio, pelo contrário, recorre à suspensão verbal e à resistência passiva como meios de asserir uma certa posição política.

CONCLUSÃO

A presente dissertação de mestrado teve por objetivo fornecer um enquadramento geral da prática discursivas diplomática, enquanto categoria de enunciação semântica própria e veículo de representação governamental, mas também ao alcance de outros atores políticos, antipolíticos e politicamente engajados.

A vocação persuasiva do discurso diplomático encontra-se em estreita ligação com a forma da enunciação e o potencial de alcance da informação, que possuem a capacidade de produzir mudanças sociopolíticas concretas, afirmando-se como discursos de dominância.

Em particular, perante a emergência de novos meios de comunicação e informação, assim como de novos atores geopolíticos influentes, assiste-se a uma tendência para a modernização dos aparelhos diplomáticos, enquanto os governos são chamados a encarar novas problemáticas de ordem mundial, o que atribui à diplomacia novos espaços e princípios de ação, baseados na interação com o público global.

Neste contexto, numerosos são os produtos discursivos que competem no espaço da representação política: das propagandas terroristas ao cyberativismo, que desafiam as

estruturas tradicionais do poder, ao protesto pacífico, que, por sua vez, procura o diálogo com as instituições. Tais materiais discursivos apresentam narrações e ideologias diferentes, em particular no que diz respeito à conduta da negociação – ausente, nos primeiros casos, e impelente, no segundo caso.

O discurso político dos cidadãos manifesta criatividade e desejo de participação na vida política, e adota ainda estratégias de comunicação inéditas, muitas vezes teatrais, visando a capturar a atenção mediática global; neste sentido, os membros politicamente engajados da sociedade civil podem produzir discursos que exercem influência além do domínio institucional, na medida em que servem de input para a implementação de reformas económicas, políticas e sociais.

Em suma, apesar de o discurso dos movimentos sociais não responder aos cânones estruturais da diplomacia oficial, a sua enunciação possui a mesma função, a do agir comunicativo. Consequentemente, o sucesso da narrativa dos movimentos sociais e de protesto dependerá da sua capacidade de negociar habilmente com as instituições políticas como corpo social, e do acompanhamento que lhe for proporcionado ao longo do processo de mudança. Diferentes movimentos sociais podem também retroalimentar-se, o que confere ao seu discurso um carácter intemporal e potencialmente global – em particular, quando a linguagem utilizada for de matriz não-verbal.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, R. P. (2010). Manual de diplomacia prática. *DomTotal*. Acedido em 18 de fevereiro de 2017 em <http://domtotal.com/artigo.php?artId=1162>.

Amossy, R. & Koren, R. (2010). Argumentation et Discours Politique. In Trente ans d'étude des langages du politique (1980-2010), *Mots: Le Langage du Politique*, 94, 13-21.

Antoniades, A., Miskimmon, A. and O'Loughlin, B. (2010). Great Power Politics and Strategic Narratives. *CGPE Working Paper no. 7*. Department of International Relations, University of Sussex.

Archetti, C. (2012). The Impact of New Media on Diplomatic Practice: An Evolutionary Model of Change. *The Hague Journal of Diplomacy*, 7, 81-206.

Arms Control Association. (2018). *Chronology of Libya's Disarmament and Relations with the United States*. Consultado em 15 de março de 2019 em <https://www.armscontrol.org/factsheets/LibyaChronology>

Armstrong, C. M. (2009). Operationalizing Public Diplomacy. In Snow, N., & Taylor, M. P. (Eds). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (36-71). New York, London: Routledge.

Assembleia Geral da ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (formato eletrónico). Paris. Consultado em 23 de maio de 2019 em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

Audet, R. (2009). Du Tiers-Monde au Sud Global. Le Renouveau de l'activisme diplomatique des pays en développement à l'OMC. Une analyse du discours et de ses formes organisationnelles. Tese apresentada como requisito parcial do Doutorado em Sociologia da Universidade do Québec em Montréal.

Avradimis, A. (2015). Portraits of the Iranian Demonstrators Who Sewed Their Mouths Shut at the Greek-Macedonian Border. *Vice US*. Consultado em 20 de abril de 2019 em https://www.vice.com/en_us/article/gqmkwq/macedonia-greece-border-sewing-lips-hunger-strike-idomeni-refugees-876.

Bakhtin, M. (1993). A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo – Brasília: EdUNB.

Bakhtine, M. (1929/1977). *Le marxisme et la philosophie du langage. essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*. Paris: Les édition de minuit.

Bart-Williams, M. (Jan 2015) *Change your channel*. [video]. Conference at TEDxBerlinSalon. Consultado em 7 de março de 2019 em: <https://www.youtube.com/watch?v=AfnruW7yERA>.

Baudrillard, J. (1995). *Para uma crítica à economia política do signo*. Lisboa: Edições 70.

Baum, A. M., & Potter, B. P. (2015). *War and Democratic Constraint: How the Public influences Foreign Policy*. Princeton: Princeton University Press.

Berridge, G.R. (2005). *Diplomacy, Theory and Practice*. New York: Prentice Hall.

Berrige, G. R., & James, A. (2003). *A Dictionary of Diplomacy*. (2ª ed.). Hampshire: Palgrave Macmillan.

Blake, A. (2018). 8 Trump tweets that did real damage. (versão eletrónica). *The Washington Post*. Consultado em 11 de abril de 2019 em: https://www.washingtonpost.com/news/the-fix/wp/2018/01/12/8-trump-tweets-that-actually-did-some-damage/?noredirect=on&utm_term=.1344caa89a03

Bonnafeous S., Ciron P., Ducard D. & Levy C. (Eds). (2003). *Argumentation et discours politique*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

Boulding, E. K. (1990). *Three Faces of Power*. (2ª ed.) Newbury Park, Calif: Sage Publications.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'Économie des échanges linguistiques*, Paris: Fayard.

Calvet de Magalhães, J. (1985/1997). *Manual Diplomático. Direito Diplomático. Prática Diplomática*. (3ª ed.). Biblioteca Diplomática – Série A. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Carothers, T. & Youngs, R. (October 2015). The Complexities of Global Protests. *Carnegie Endowment for International Peace*. Consultado em 16/05/2019 em CarnegieEndowment.com/pubs.

Carroll, J. (2004). The Bush Crusade (formato eletrônico). *The Nation*. Consultado em 6 de fevereiro de 2019 em <https://www.thenation.com/article/bush-crusade/>

Carver, T., & Pikalo, J. (Eds.). (2008). *Political Language and Metaphor: Interpreting and changing the world*. London: Routledge.

Cavarero, A. (2000). *Relating Narratives. Storytelling and Selfhood*. London and New York: Routledge.

Charaudeau, P. (2010). O discurso propagandista: uma Tipologia. In Machado, I. L., & Mello, R. (2010) *Análises do Discurso Hoje*, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Cioffi-Revilla, A. C. (1979). Diplomatic Communication Theory: Signals, Channels, Networks. *International Interactions*, vol. 6, nº 3, pp. 209-265. Department of Political Sciences, University of North-Carolina at Chapel Hill.

Citelli, A. (2002). *Linguagem e Persuasão*. (14ª ed.). São Paulo: Editora Ática.

Cohen-Wiesenfeld, S. (2004). L'inscription de la subjectivité dans le discours diplomatique. In *Semen: Revue de sémio-linguistique de textes et discours*, 17 (2), 41–58. Consultado em 10 de janeiro de 2019 em <http://journals.openedition.org/semen/2310>.

COMISSÃO EUROPEIA. (2014). *New Narrative for Europe* (versão eletrônica). Consultado em 13 de abril de 2019 em: http://ec.europa.eu/assets/eac/culture/policy/new-narrative/documents/declaration_en.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA. (2016). *Joint Communication to the European Parliament and the Council – Towards an EU strategy for international cultural relations* (versão eletrônica). Consultado em 15 de abril de 2019 em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016JC0029&from=EN>.

Connelly, J. A. E. (2018). Hillary warns about ‘danger’ of improvising on North Korea. New York Post. Consultado em 10 de março de 2018 em: <https://nypost.com/2018/03/10/hillary-warns-about-danger-of-improvising-on-north-korea/>

CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. (1992). *Tratado da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Cull, J. N. (2009). Public Diplomacy before Gullion: The Evolution of a Phrase. In Snow, N., & Taylor, M. P. (Eds.). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (19-23). New York, London: Routledge.

Damásio, J. M., & Henriques, S. (2010). A relevância do capital social para a experiência de uso da internet: Contributos para a análise da relação entre comunidades e redes sociais. *Mídia & Jornalismo* 16, Vol. 9, n.º 1, 115-144. Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e novas tecnologias [CICANT] – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Dayan, D., & Katz, E. (1992). *Media Events: The Live Broadcasting of History*. In Gilboa, E. (2001) Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects. *Diplomacy and Statecraft*, 12:2, 1-28,

Deibert, D. (1977). In Archetti, C. (2012). The Impact of New Media on Diplomatic Practice: An Evolutionary Model of Change. *The Hague Journal of Diplomacy*, 7, 181-206.

Delahaye, Y. (1977). *La Frontière et le texte. Pour une sémiotique des relations internationales*. Paris: Payot.

Deleuze, G., & Guattari, F. (1987). *A Thousand Plateaus*. (B. Massumi, Trad.). Minneapolis: University of Minnesota Press.

Deleuze, G., Guattari, F. (1997). *O que é a filosofia?*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Dovere, I.-E. (2016). How Obama set a trap for Raúl Castro. *Político*. Consultado em 28 de maio de 2019 em: <https://www.politico.com/story/2016/03/how-obama-set-a-trap-for-raul-castro-221059>

Duchastel, J. (1993). Discours et informatique: des objets sociologiques?. *Sociologie et sociétés*, 25 (2). 157-170.

Duke, S. (2013). The European external action service and public diplomacy. *Discussion Papers in Diplomacy*, 127. The Hague: Clingendael - Netherlands Institute of International Relations.

Epstein, C. (2008). *The power of words in International Relations - Birth of an anti-whaling discourse*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

Escobar, A. (2012). *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: University Press.

Ferreira, M. (2016). Definições conceituais para o entendimento de Política Externa: o poder duro (hard power) e o poder brando (soft power). *Mundorama - Revista de divulgação científica em Relações Internacionais*. Consultado em 6 de abril de 2017 em <http://www.mundorama.net/2016/10/03/definicoes-conceituais-para-o-entendimento-de-politica-externa-opoder-duro-hard-power-e-o-poderbrando-soft-power-por-marcos-alan-s-vferreira/>

FOREIGN SERVICE INSTITUTE [FSI]. (2013). *Protocol of the Modern Diplomat*. Foreign Service Institute, U.S. Department of State. Visitado em 29 de janeiro de 2019 em <https://www.state.gov/documents/organization/176174.pdf>

Foucault, M. (1994). *La naissance de la médecine sociale. Dits et écrits*. Paris: Gallimard

Foucault, M. (1976/1980). Two lectures. In Gordon, C. (Eds.). (1976). *Power/Knowledge: selected interviews and other writings*, 78–108. Harlow: Pearson Education Limited.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1975). *Surveiller et Punir: Naissance de la Prison*. Paris: Éditions Gallimards.

Fuentes, A. M. (2015). Performance, Política e Protesto. In Taylor, D., & Steuernagel, M. (Eds). *O que são os estudos da performance?* (formato eletrônico). Durham: Duke University Press. Acedido em 18 de novembro de 2018 em <http://scalar.usc.edu/nehvectors/wips/performance-politics-and-protest-1>

Foucault, M. (1969). L'archéologie du savoir. In Audet, R. (2009). *Du Tiers-Monde au Sud Global. Le Renouveau de l'activisme diplomatique des pays en développement à l'OMC*. Une

analyse du discours et de ses formes organisationnelles. Tese apresentada como requisito parcial do Doutorado em Sociologia da Universidade do Québec em Montréal.

George, A. L. (1991). *Forceful Persuasion: Coercive Diplomacy as an Alternative to War*. Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press.

George, A. L., & Smoke, R. (1974). *Deterrence in American foreign policy*. New York: Columbia University Press.

George, A. L., & Simons, W. R. (1994). *The Limits of Coercive Diplomacy*. (2ª ed). Boulder, CO: Westview.

Gibbs, N. (2008, Oct 15). Does Temperament Matter? *Time*, Vol. 172, 17.

Gilboa, E. (2001) Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects. *Diplomacy and Statecraft*, 12:2, 1-28.

Gobin, C., & Deroubaix, C.-J. (2010). L'analyse du discours des organisations internationales. Un vaste champ encore peu exploré. In *Trente ans d'étude des langages du politique (1980-2010)*. *Mots: Le Langage du Politique*, 94, 107-114.

Gramsci, A. (2000). *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, vol 3.

Grant, R. (2004). *The democratization of Diplomacy: negotiating with the Internet*. Research Report No. 5 (versão eletrônica). Oxford: University of Oxford. Acedido em março de 2019 em <http://ssrn.com/abstract=1325241>.

Greimas, A. J., & Courtés, J. (1979). *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris: Hachette.

Guerreiro, A. (2016). O Carnaval Político. *Público* [versão eletrônica]. Acedido em 9 de novembro de 2018 em <https://www.publico.pt/2016/01/22/culturaipsilon/noticia/o-carnaval-politico-1721063>.

Habermas, J. (1988). *Teoria de la Acción Comunicativa*. (M. Jiménez Redondo, Trad.). Madrid: Taurus.

Hermann, K. R., Voos, F. J., Schooler, E. Y. T. & Ciarrochi, J. (1997). Images in International Relations: an Experimental Test of Cognitive Schemata. *International Studies Quarterly*. 41, 403-433.

Holsti, O. R. (1968). Content Analysis. In Lindzey, G., & Aronson, E. (Eds.). *The Handbook of Social Psychology*. (2ª ed, 596-692), Vol. II. New Delhi: Amerind Publishing Co.

Hurrell, A. (2007). On Global Order. In Antoniades et al. (2010). Great Power Politics and Strategic Narratives. *CGPE Working Paper no. 7*. Department of International Relations, University of Sussex.

Ikle, C. F. (1964). *How Nations Negotiate*. New York: Frederick A. Praeger.

Jakobson, R. (1997). *Huit questions de poétique*. Paris: Seuil.

Jentleson, B. (2006). Scope and Limits of Coercive Diplomacy in the Contemporary World (formato eletrônico). *The Stanley Foundation*. Consultado em 4 de abril de 2017 em <https://www.stanleyfoundation.org/resources.cfm?id=57>.

Jervis, R. (1976). *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton: Princeton University Press.

Jervis, R. (2013). Getting to Yes with Iran. The Challenges of Coercive Diplomacy. *Foreign Affairs* (formato eletrônico). Acedido em 4 de março de 2017 em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/cuba/2012-12-03/getting-yes-iran>.

Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). *Prospect theory: An analysis of decision under risk*. *Econometrica*, 47, 263-291.

Kelley, R. J. (2009). Between “Take-offs” and “Crash Landings”: Situational Aspects of Public Diplomacy. In Snow, N., & Taylor, M. P. (Eds). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (72-85). New York, London: Routledge.

Kessler, C. M. (2002) La politique étrangère comme politique publique. In Villar, C. (2006). *Le discours diplomatique*. Paris: L'Harmattan Éditeur.

Kilbane, M. (2009). Military Psychological Operations and Public Diplomacy. In Snow, N., & Taylor, M. P. (Eds). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (72-85). New York, London: Routledge.

Kingston de Leusse, M. (1998). Diplomate. Une sociologie des ambassadeurs. In Villar, C. (2006). *Le discours diplomatique*. Paris: L'Harmattan Éditeur.

Kirgis, F. P. (2014). Bargaining with Consequences: Leverage and Coercion in Negotiation. *Harvard Negotiation Law Review*, 19: 69, 69-257.

Kovach, P. (2009). The Public Diplomat: A First Person Account. In Snow, N., & Taylor, M. P. (Eds). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (201-211). New York, London: Routledge.

Krieg-Planque, A., & Oger, C. (2010). Discours institutionnels. Perspectives pour les sciences de la communication. In Trente ans d'étude des langages du politique (1980-2010). *Mots: Le Langage du Politique*, 94, 91-96.

Kubicki, M. (2007). Auschwitz name change proposal angers Jewish community. *Polskieradio*. Transcrição consultada em 26 de abril de 2019 em: <http://www2.polskieradio.pl/eo/print.aspx?iid=35297>

Laclau, E., & Mouffe, C. (2001). *Hegemony and Socialist Strategy; Towards a Radical Democratic Politics* (2nd ed.). London & New York: Verso.

Lake, A. D. (2010). *Authority, Coercion and Power in International Relations*. University of California, San Diego.

Lakoff, G. (1996). *Moral Politics: What Conservatives Know That Liberals Don't*. Chicago and London: Chicago University Press.

Landowski, E. (1989). *La Société réfléchie*. Paris: Seuil.

Lauren, G. P. (1972). *Ultimata and Coercive Diplomacy*. Wiley, on behalf of The International Studies Association [ISA], 16, 2, 131-165.

Le Bart, C. (2010). Parler en Politique. In Trente ans d'étude des langages du politique (1980-2010), *Mots: Le Langage du Politique*, 94, 77-84.

Le Blond, J. (2018). Young CDU members welcome Merkel's Departure (formato eletrônico). *The Guardian*. Consultado em 14 de fevereiro de 2019 em: <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/04/young-cdu-members-welcome-merkel-departure>

Leetaru, K. (2018). Television And Geography As Big Data: Mapping A Decade Of Television News (versão eletrônica). *Forbes*. Consultado em 30 de abril de 2019 em: <https://www.forbes.com/sites/kalevleetaru/2018/11/24/television-and-geography-as-big-data-mapping-a-decade-of-television-news/#1f4c46556ed3>

Levy, S. J. (2008). Deterrence and Coercive Diplomacy: The Contributions of Alexander George. *Political Psychology*. International Society of Political Psychology, 29, 4, 537-552.

Lévi-Strauss, C. (1967). *Les Structures élémentaires de la parenté*. Paris, La Haye: Mouton & Co.

Maingueneau, D. (1996). *Les Termes clés de l'analyse du discours*. Paris: Seuil.

Manners, I., & R. Whitman. (2016). Another theory is possible: dissident voices in theorizing Europe (versão eletrônica). *Journal of Common Market Studies* 54, 1: 3–18. Consultado em 14 de abril de 2019 em <https://doi.org/10.1111/jcms.12332>.

Manor, I. (2017, October). The Contradictory Trends of Digital Diaspora Diplomacy. Working Paper#2. *Exploring Digital Diplomacy*. Department of International Development, University of Oxford.

Manor, I. (Jan 2018). The Digitalization of Diplomacy: Toward Clarification of a Fractured Terminology. Working Paper No. 2. *DigDiploRox*. Oxford Digital Diplomacy Research Group.

Mello, J. (2014, 20 Março). O discurso de Putin sobre a questão da Crimeia. *GGN - O Jornal de todos os Brasis*. Retirado em 02 de março de 2019 de <https://jornalgggn.com.br/internacional/o-discurso-de-putin-sobre-a-questao-da-crimea/>.

Mendes, M. J., & Seixas, M. A. (2005). Ação coletiva, protesto e cidadania. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 3-6.

Mesquita, M. (2015). Painéis brasileiros foram inspirados por protestos ocorridos em todo o mundo. *JC- Jornal do Comercio*, p. 9 [Versão eletrônica]. Acedido em 8 dezembro 2016 em <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2015/03/22/panelacos-brasileiros-foram-inspirados-em-protestos-ocorridos-em-todo-o-mundo-173216.php>

Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE]. Diplomacia Pública. (s/d). *Portal Diplomático*. Consultado em 23 de março de 2019 em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/diplomacia-publica>

Molm, D. L. (1997). Risk and Power Use: Constraints of the Use of Coercion in Exchange. *American Sociological Review*, Vol. 62, 113-133.

Mongiardim, M. R. (2007). *Diplomacia*. Coimbra: Almedina.

Morfaux, M.L. (1980). *Vocabulaire de la philosophie et des sciences humaines*. Paris: Armand Colin.

Mogherini, F. (2016). Putting culture at the heart of Europe's external action. Discurso de Federica Mogherini no Fórum da Cultura em 20 de abril de 2016. Bruxelas. .

Nelson, R., & Izadi, F.(2009). Ethics and Social Issues in Public Diplomacy. In Snow, N., & Taylor, M. P. (Eds). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (334-351). New York, London: Routledge.

Neuman, J. (1996). The Media's Impact on International Affairs, Then and Now. *SAIS Review* 16.1, 109-123. The Johns Hopkins University Press.

Nicolson, H. (1963). *Diplomacy*. London: Oxford University Press.

Nye, S. J. (2004). Public Diplomacy in the 21st Century. *The Globalist*. Consultado em 4 de março de 2019 em: <https://www.theglobalist.com/public-diplomacy-in-the-21st-century/>

Nye, S. J.(2004/1990). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.

Nye, S. J. (1990). The misleading metaphor of decline. *The Atlantic Monthly*, 86-89.

Olivier, G. (2016). South Africa as a case of Diplomacy without Diplomats. *SA People News*. Acedido em 28 de maio de 2019 em: <https://www.sapeople.com/2016/06/14/south-africa-case-diplomacy-without-diplomats/>.

Ostrower, A. (1965). *Language, Law and Diplomacy*. Philadelphia: Pennsylvania University Press.

Owen, T. (2015). *Disruptive Power: The Crisis of the State in the Digital Age*. [video]. California: Centre for International Governance Innovation [CIGI]. Consultado em 20 de março em: <https://www.youtube.com/watch?v=0XjBnQHG1j0>

Pahlavi, P. (2012). Diplomatie publique: le défi de l'évaluation. *Quand la diplomatie devient un exercice publique*. Monde, 11.

Pratkanis, A. (2009). Public Diplomacy in International Conflicts: A Social Influence Analysis. In Snow, N., & Taylor, M. P. (Eds). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (111-153). New York, London: Routledge.

Rana, K. S. (2013). *Diaspora Diplomacy and Public Diplomacy*. In Manor, I. (2017, October). The Contradictory Trends of Digital Diaspora Diplomacy. Working Paper #2. Exploring Digital Diplomacy.

Rasmussen, S. B. (July 2009). *Discourse Analysis of EU Public Diplomacy - Messages and Practices*. The Hague: Clingendael - Netherlands Institute of International Relations.

Roselle, L. (2006). Media and the Politics of Failure. In Antoniadou et al. (2010). Great Power Politics and Strategic Narratives. *CGPE Working Paper no. 7*. Department of International Relations, University of Sussex.

Sampaio, K. I. (2004). *Jornalismo Como Instrumento de Persuasão*. Monografia do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, Centro Universitário de Brasília.

Samuelson, W., & Zechauser, R. (1988). Status Quo Bias in Decision-Making. *Journal of Risk and Uncertainty*. 1: 7-59 Boston: Kluwer Academic Publishers.

Sandrin, P., & Hoffman, A. (2010). Silences and hierarchies in European Union Public Diplomacy. *Revista Brasileira de Política Internacional* (ed. 11, 61(1)).

Schelling, T. C. (1966). *Arms and Influence*. New Haven, Connecticut: Yale University Press.

Scott-Smith, G. (2009). Exchange Programs and Public Diplomacy. In Snow, N. & Taylor, M. P. (Eds). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (50-56). New York, London: Routledge.

Snow, N. (2009). Rethinking Public Diplomacy. In Snow, N., & Taylor, M. P. (Eds). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (3-11). New York, London: Routledge.

Snow, N. & Taylor, M. P. (Eds). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy*. New York, London: Routledge.

Szondi, G. (2009). Central and Eastern European Public Diplomacy: A Transitional Perspective on National Reputation Management. In Snow, N. & Taylor, M. P. (Eds). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (292-313). New York, London: Routledge.

Taylor, M. P. (2009). Public Diplomacy and Strategic Communications. In Snow, N., & Taylor, M. P. (Eds). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (12-18). New York, London: Routledge.

The Editors of Encyclopaedia Britannica. Big Stick Policy. (s/d). *Encyclopaedia Britannica* (formato eletrônico). Consultado em 7 de fevereiro em <https://www.britannica.com/event/Big-Stick-policy>

UK GOVERNMENT. (2016). *Matt Hancock's speech on technology at the Margaret Thatcher Conference on Security*. Transcrição integral do discurso consultada em 11 de abril de 2019 em <https://www.gov.uk/government/speeches/matt-hancocks-speech-on-technology-at-the-margaret-thatcher-conference-on-security>

UK GOVERNMENT. (2017). *The government's negotiating objectives for exiting the EU: PM speech*. Transcrição integral do discurso consultada em 21 de março de 2019 em <https://www.gov.uk/government/speeches/the-governments-negotiating-objectives-for-exiting-the-eu-pm-speech>.

UNIÃO EUROPEIA. (1992, July 29). Treaty on European Union. *Official Journal of the European Communities (OJEC)* C, 191.

UNIÃO EUROPEIA. Rome Treaties. In *Even Closer Union*. Consultado em 13 de abril de 2019 em: <https://rometreaties.eu/>.

UNIÃO EUROPEIA. The UE motto. (s/d). Consultado em 13 de abril em https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/motto_en.

Valentine, E. (2001). La communication dans les Organisations Internationales: perception et reconstruction du discours. *Meta*, 46(4), 699–710.

Vertzberger, I. Y. Y. (1998). *Risk Taking and Decision Making. Foreign Military Intervention Decisions*. California: Stanford University Press.

Villar, C. (2006). *Le Discours Diplomatique*. Paris: L'Harmattan Éditeur.

Vlahos, M. (2009). Public Diplomacy as Loss of World Authority. In Snow, N., & Taylor, M. P. (Eds). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (24-38). New York, London: Routledge.

Weber, M. (1922/1978). *Economy and Society*. Berkeley, CA; London; Los Angeles, CA: University of California Press.

Williams, Z. (2019). Activism laid bare: a quick history of naked protests. The Guardian. Consultado em 4 de maio de 2019 em <https://www.theguardian.com/world/shortcuts/2019/apr/02/activism-laid-bare-a-quick-history-of-naked-protests>.

Wyne, S. A. (2009). Public Opinion and Power. In Snow, N., & Taylor, M. P. (Eds). (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy* (39-49). New York, London: Routledge.

Zhibo, Q. (2016). China's Ongoing 'Political Correctness' Campaign. (versão eletrônica). *The Diplomat*. Acedido em 11 de abril de 2019 em: <https://thediplomat.com/2016/02/chinas-ongoing-political-correctness-campaign/>.

REFERÊNCIAS DIGITAIS SEM AUTOR

Chávez envia condolências ao Brasil por ter um congresso "papagaio". (n.d.). (30 de maio de 2007 pela revista on-line Globo.com. Acedido em 11 de abril de 2019 em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL45460-5602,00-CHAVEZ+ENVIA+CONDOLENCIAS+AO+BRASIL+POR+TER+UM+CONGRESSO+PAPAG+AIO.html>

How an Algorithm Learned to Write Political Speeches (n.d.). (2016, January 19). *MIT Technology Review*. Consultado em 30 de abril de 2019 em <https://www.technologyreview.com/s/545606/how-an-ai-algorithm-learned-to-write-political-speeches/>.

Naked people pose on Swiss glacier. (8 de agosto de 2007). *NBC News*. Consultado em 4 de maio de 2019 em: http://www.nbcnews.com/id/20337165/ns/world_news-weird_news/t/naked-people-pose-swiss-glacier/#.XOhuxchKjIU.

Putin ameaça lançar mísseis contra "centros de tomada de decisão" se EUA instalarem mísseis na Europa. (n.d.). (20 de fevereiro de 2019). *Diário de Notícias*. Acedido em 21 de fevereiro de 2019 em: <https://www.dn.pt/mundo/interior/putin-adverte-eua-com-resposta-imediata-contrainstalacao-de-misseis-na-europa-10598366.html>

Terceiro Mundo e o Terceiro-Mundismo. (s/d). In Artigos de apoio Infopédia (formato eletrónico). Porto: Porto Editora, 2003-2019. Consultado em 7 de março de 2019 em [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$terceiro-mundo-e-o-terceiro-mundismo](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$terceiro-mundo-e-o-terceiro-mundismo)

ANEXOS

ANEXO I

“O Discurso de Vladimir Putin sobre a questão da Crimeia”.

Fonte: <https://jornalggn.com.br/internacional/o-discurso-de-putin-sobre-a-questao-da-crimea/>

1. *“Membros do Conselho Federal, representantes da Duma Estatal, boa tarde. Representantes da República da Crimeia e Sevastopol estão aqui conosco, cidadãos da Rússia, residentes da Crimeia e de Sevastopol!”*
2. *Caros amigos, o motivo de estarmos reunidos aqui hoje tem a ver com um assunto de importância vital e histórica para todos nós. Realizou-se um referendo na Crimeia em 16 de março em pleno cumprimento dos procedimentos democráticos e normas internacionais.*
3. *Mais de 82% do eleitorado participou da votação. Mais de 96% dos eleitores se posicionaram a favor da reunificação com a Rússia. Os números falam por si mesmos.*
4. *Para compreender as razões por trás de tal escolha, basta conhecer a história da Crimeia e o que a Rússia e a Crimeia sempre significaram uma para a outra.*
5. Tudo na Crimeia fala da nossa história e orgulhos compartilhados. Essa é a região dos antigos Khersones, onde o príncipe Vladimir foi batizado. Seu feito espiritual de adotar a ortodoxia pré-determinou a base geral da cultura, civilização e dos valores humanos que unem os povos da Rússia,
6. *Ucrânia e Bielorrússia. As sepulturas dos soldados russos cuja valentia levou a Crimeia para o império russo também estão na Crimeia. Assim é também Sevastopol – uma cidade lendária com uma história extraordinária, uma fortaleza que serve como ponto da Frota do Mar Negro da Rússia. A Crimeia é Balaklava e Kerch, Malakhov Kurgan e Sapun Ridge. Cada um desses locais nos é querido, símbolos da glória militar e da notável coragem russas.*
7. *A Crimeia é uma fusão ímpar de culturas e tradições de diferentes povos. Isso a torna semelhante à Rússia como um todo, onde nenhum grupo étnico foi perdido ao longo dos séculos. Russos e ucranianos, crimeios e tártaros e povos de outros grupos étnicos conviveram na Crimeia, preservando a própria identidade, as tradições, idiomas e crenças.*
8. Curiosamente, a atual população total da península da Crimeia é de 2,2 milhões de pessoas, das quais cerca de 1,5 milhão são russos, 350 mil são ucranianos que consideram o russo predominantemente como idioma nativo e cerca de 290 mil a 300 mil são tártaros da Crimeia que, como mostrou o referendo, inclinam-se a favor da Rússia.
9. *É bem verdade que houve um tempo em que os tártaros da Crimeia foram tratados injustamente, assim como outros povos da URSS. Quanto a isso, há apenas uma coisa a dizer: milhões de pessoas de diversas etnias sofreram durante aquelas repressões, sobretudo os russos.*
10. *Os tártaros da Crimeia retornaram à terra natal. Creio que devemos tomar todas as decisões políticas e legislativas necessárias para concluir a reabilitação dos tártaros da Crimeia, restaurá-los em seus direitos e limpar sua boa reputação.*
11. *Temos respeito por todos os povos de todos os grupos étnicos que vivem na Crimeia. Trata-se de seu lar comum, sua terra natal, e seria correto – sei que a população local apoia isso – para a Crimeia ter três idiomas nacionais: russo, ucraniano e tártaro.*
12. *Colegas, na mente e no coração do povo, a Crimeia sempre foi uma porção inseparável da Rússia. Essa firme convicção se baseia na verdade e na justiça e foi passada de geração em geração, ao longo do tempo, sob quaisquer circunstâncias, apesar de todas as drásticas mudanças que nosso país atravessou durante todo o século XX.*

13. Após a revolução, os bolcheviques, por diversos motivos – que Deus os julgue – agregaram grandes partes do histórico sul da Rússia à República da Ucrânia. Isso foi feito sem nenhuma consideração pela restauração étnica da população e atualmente essas áreas compõem o sudeste da Ucrânia. Em seguida, em 1954, foi tomada a decisão de transferir a região da Crimeia para a Ucrânia, junto com Sevastopol, embora fosse uma cidade federal. Essa foi a iniciativa pessoal do líder do Partido Comunista, Nikita Khrushchev. O que havia por trás da decisão dele – um desejo de ganhar apoio do estabelecimento político ucraniano ou se redimir pelas repressões em massa dos anos 1930 na Ucrânia – fica a cargo dos historiadores descobrir.

14. O que importa agora é que essa decisão foi tomada em nítida violação das normas constitucionais em vigor à época. A decisão foi tomada por baixo dos panos. Claro que em um Estado totalitário ninguém se importou em consultar os cidadãos da Crimeia e de Sevastopol. Estes tiveram de aceitar o fato (...).

[parágrafo 15]

16. (...) Todos esses anos, cidadãos e diversas figuras públicas retomaram a questão, afirmando que a Crimeia é historicamente um território russo e que Sevastopol é uma cidade russa. Sim, todos nós sabíamos disso no coração e na mente, mas tínhamos de seguir a partir da realidade vigente e construir nossas relações de boa vizinhança com a Ucrânia independente em um novo patamar. Enquanto isso, nossas relações com a Ucrânia, com o fraterno povo ucraniano, sempre foi e sempre será da mais alta importância para nós.

17. Hoje podemos falar sobre isso abertamente, e eu gostaria de compartilhar com vocês alguns detalhes das negociações que aconteceram no início dos anos 2000. Kuchma, presidente da Ucrânia na época, pediu que eu acelerasse o processo de delimitação da fronteira russo-ucraniana. Na época, o processo estava praticamente parado. Aparentemente a Rússia havia reconhecido a Crimeia como parte da Ucrânia, mas não havia negociações sobre a delimitação de fronteiras. Apesar da complexidade da situação, eu imediatamente emiti instruções aos órgãos governamentais russos para acelerar o trabalho de documentação das fronteiras, para que todos tivessem uma nítida compreensão de que concordando em delimitar a fronteira, admitíamos de facto e de jure que a Crimeia era território ucraniano, encerrando assim a questão.

18. Acomodamos a Ucrânia não só quanto à Crimeia, mas também quanto à complicada questão da fronteira marítima no Mar de Azov e no Estreito de Kerch. A continuidade de lá para cá foi que boas relações com a Ucrânia eram de extrema relevância para nós e eles não deveriam ficar reféns de disputas territoriais sem saída. No entanto, esperávamos que a Ucrânia permanecesse como nossa boa vizinha, esperávamos que os cidadãos russos e os falantes de russo na Ucrânia, principalmente no sudeste e na Crimeia, vivessem em um estado amistoso, democrático e civilizado que protegeria seus direitos de acordo com as normas da legislação internacional.

19. Mas não foi assim que a situação se desdobrou. Foram inúmeras as tentativas de privar os russos de sua memória histórica, até mesmo de seu idioma, e sujeitá-los à assimilação forçada. Além disso, os russos, assim como outros cidadãos da Ucrânia, estão sofrendo com as constantes crises políticas e de Estado que rondam o país por mais de 20 anos.

[parágrafos 20-23]

24. Os que se opuseram ao golpe foram imediatamente ameaçados com repressão. Naturalmente, a primeira da fila era a Crimeia, a Crimeia de falantes de russo. Assim sendo, os habitantes da Crimeia e de Sevastopol recorreram à Rússia para obter ajuda para defenderem seus direitos e a vida, para evitar que os acontecimentos que se desdobravam e ainda estão em andamento em Kiev, Donetsk, Kharkov e outras cidades ucranianas.

25. Naturalmente não poderíamos fazer vista grossa a esse pedido; não poderíamos abandonar a Crimeia e deixar seus habitantes em perigo. Isso seria traição de nossa parte.

26. Primeiro, tínhamos de ajudar a criar condições para que os habitantes da Crimeia, pela primeira vez na história, pudessem expressar pacificamente a sua vontade própria em relação ao próprio futuro. Mas o que escutamos de nossos colegas do oeste da Europa e América do Norte? Eles dizem que estamos violando as normas da legislação internacional. Em primeiro lugar, é bom que eles pelo menos lembrem que existe algo chamado legislação internacional – antes tarde do que nunca.

27. Em segundo lugar e mais importante – o que exatamente estamos violando? É verdade, o presidente da federação russa recebeu permissão da Câmara Alta do Parlamento para fazer uso das Forças Armadas na Ucrânia. No entanto, falando cruamente, ninguém se valeu dessa permissão ainda. As Forças Armadas da Rússia nunca entraram na Crimeia; elas já estavam lá em conformidade com um acordo internacional. É verdade que reforçamos a presença na região; porém – isto é algo que quero que todos escutem e saibam – não excedemos o limite de contingente de nossas Forças Armadas na Crimeia, limitado a 25 mil, porque não houve necessidade de fazê-lo.
28. Continuando. Como declarou independência e decidiu realizar um referendo, o Conselho Supremo da Crimeia recorreu à Carta das Nações Unidas, que fala dos direitos dos países à autodeterminação. Aliás, gostaria de lembrá-los que quando a Ucrânia se separou da URSS ela fez exatamente a mesma coisa, quase literalmente. A Ucrânia se valeu de seu direito, mas aos habitantes da Crimeia ele é negado. Por quê?
29. Além disso, as autoridades da Crimeia citaram o conhecido precedente de Kosovo – um precedente que nossos colegas ocidentais criaram com as próprias mãos em uma situação muito similar, quando concordaram que a separação unilateral de Kosovo da Sérvia, exatamente o que a Crimeia faz agora, era legítima e não exigia permissão das autoridades centrais do país. De acordo com o Artigo 2, Capítulo 1 da Carta das Nações Unidas, a Corte Internacional da ONU concordou com essa abordagem e fez o seguinte comentário no regulamento de 22 de julho de 2010 e que cito agora: “Nenhuma proibição geral pode ser deduzida da prática do Conselho de Segurança com relação às declarações de independência” e “a legislação internacional geral não contém nenhuma proibição nas declarações de independência”. Claro como água, como dizem.
30. Não gosto de recorrer a citações, mas neste caso, é impossível evitá-las. Vejamos agora uma citação de outro documento oficial: a Declaração Escrita dos Estados Unidos da América de 17 de abril de 2009, enviada à mesma Corte Internacional da ONU com relação às audiências em Kosovo. Mais uma vez, abre aspas: “As declarações de independência podem, e muitas vezes é isso que acontece, violar a legislação interna. No entanto, isso não faz delas violações da legislação internacional.” Fecha aspas. Eles escreveram isso, espalharam isso pelo mundo inteiro, fizeram com que todos concordassem e agora estão indignados. Com o que? As ações do povo da Crimeia estão em pleno acordo com essas instruções, como foram feitas. Por algum motivo, coisas que os albaneses de Kosovo (e nutrimos total respeito por eles) tinham permissão para fazer, os russos, ucranianos e tártaros da Crimeia não podem fazer. Mais uma vez, pergunto-me por que.
31. Sempre ouvimos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental que Kosovo é um caso especial. O que o torna tão especial aos olhos de nossos colegas? A conclusão é que isso se deve ao fato de o conflito em Kosovo ter resultado em tantas mortes. Esse é um argumento legal? O regulamento da Corte Internacional não menciona nada sobre isso. Não se trata nem de dois pesos e duas medidas; isso é um cinismo indescritível, primitivo e descarado. Não se deve tentar tão grosseiramente fazer com que tudo satisfaça aos seus interesses, chamando uma coisa de branco hoje e amanhã de preto. Segundo essa lógica, teríamos de assegurar que todo conflito resultasse em baixas.
32. Afirmo categoricamente – se as unidades de autodefesa locais da Crimeia não tivessem controlado a situação, também poderia ter havido baixas. Felizmente isso não aconteceu.
33. Não houve sequer um confronto armado na Crimeia e nenhuma morte. Por que vocês acham que isso se deu dessa forma? A resposta é simples: porque é muito difícil, praticamente impossível, lutar contra a vontade do povo. Aqui eu gostaria de agradecer ao exército ucraniano – e estamos falando de 22 mil homens totalmente armados. Gostaria de agradecer aos membros do serviço ucraniano que evitaram o derramamento de sangue e não mancharam o uniforme com sangue.
34. Outros pensamentos me vêm à tona. Eles ficam falando de alguma intervenção russa na Crimeia, algum tipo de agressão. Isso soa estranho aos meus ouvidos. Não consigo me lembrar de um único caso na história de uma intervenção sem que pelo menos um tiro fosse disparado e sem mortes.
35. Colegas, como um espelho, a situação na Ucrânia reflete o que está acontecendo e o que aconteceu no mundo nas últimas décadas. Após a dissolução da bipolaridade do planeta, não temos mais estabilidade. As principais instituições internacionais estão se fortalecendo; pelo contrário, em muitos casos, infelizmente estão degenerando. Nossos parceiros ocidentais, liderados pelos Estados Unidos da América, preferem não ser guiados pela legislação internacional em suas políticas práticas, mas pela lei da pistola. Passaram a acreditar em sua

exclusividade e excepcionalidade, de que podem decidir o destino do mundo, que apenas eles estão certos. Agem como bem lhes apraz: aqui e ali, usam a força contra estados soberanos, criando coalisões baseando-se no seguinte princípio: “Se você não está conosco, está contra nós”. Para legitimar essa agressão, forçam as resoluções necessárias de organizações internacionais e, se por algum motivo isso não dá certo, simplesmente ignoram o Conselho de Segurança da ONU e a ONU como um todo.

[parágrafos 36-37]

38. Uma situação similar se desdobrou na Ucrânia. Em 2004, para aprovar o candidato necessário às eleições presidenciais, eles bolaram um tipo de terceiro round que não fora estipulado por lei. Foi absurdo e uma gozação com a constituição. E agora, subsidiaram um exército de militantes organizados e bem equipados.

[parágrafos 39-41]

42. Em suma, tudo nos leva a deduzir que a famigerada política de contenção, realizada nos séculos XVIII, XIX e XX, continua hoje. Eles estão constantemente tentando nos arrastar para um canto porque temos uma posição independente, porque a mantemos e porque chamamos as coisas pelo nome delas e não cedemos à hipocrisia. Mas para tudo há um limite. E com a Ucrânia, nossos parceiros ocidentais passaram do limite, fazendo o papel do predador e agindo de maneira irresponsável e amadora.
43. Afinal de contas, eles estavam totalmente cientes de que há milhões de russos vivendo na Ucrânia e na Crimeia. Eles realmente devem ter perdido o instinto político e o bom senso para não antever todas as consequências de suas ações. A Rússia se viu em uma posição da qual era impossível recuar. Se você comprime uma mola até o limite máximo, ela voltará com força na direção contrária. Lembrem-se sempre disso.
44. Hoje é imperativo acabar com essa histeria, refutar a retórica da Guerra Fria e aceitar o fato óbvio: a Rússia é um participante independente e ativo dos assuntos internacionais; assim como outros países, possui seus próprios interesses nacionais que precisam ser levados em consideração e respeitados.

[parágrafos 45-47]

48. Quero ainda me dirigir ao povo da Ucrânia. Sinceramente quero que nos entendam: não queremos prejudicá-los de forma alguma, ou ferir seu orgulho nacional. Sempre respeitamos a integridade territorial do estado ucraniano, aliás, ao contrário daqueles que sacrificaram a unidade da Ucrânia e, favor de suas ambições políticas. Eles exibem slogans sobre a grandeza da Ucrânia, mas são eles que fizeram de tudo para dividir o país. O impasse civil fica totalmente na consciência deles. Quero que me escutem, meus caros amigos. Não acreditem naqueles que querem que tenham a Rússia, alardeando que outras regiões seguirão o exemplo da Crimeia. Não queremos dividir a Ucrânia; não precisamos disso. Quanto à Crimeia, ela foi e continua sendo uma terra russa, ucraniana e tártara.

[parágrafo 49]

50. A Crimeia é nosso legado histórico comum e um fator muito importante na estabilidade regional. E esse território estratégico deve ser parte de uma soberania forte e estável, que hoje só pode ser russa. Caso contrário, caros amigos (dirijo-me aqui à Ucrânia e à Rússia), vocês e nós – os russos e os ucranianos – poderiam perder a Crimeia completamente, e isso poderia acontecer em uma perspectiva histórica próxima. Por favor, reflitam sobre isso.
51. Permitam-se observar também que já ouvimos declarações de Kiev dizendo que a Ucrânia em breve fará parte da OTAN. O que isso terá significado para a Crimeia e para Sebastopol no futuro? Terá significado que a marinha da OTAN estaria bem ali nessa cidade de glória militar russa, e isso criaria uma ameaça não ilusória, mas perfeitamente real para todo o sul da Rússia. Essas são coisas que poderiam ter se tornado realidade não fosse a escolha feita pelo povo da Crimeia, e quero agradecer-los por isso.
52. Mas quero dizer também que não somos contra a cooperação com a OTAN, mas este certamente não é o caso. Para todos os processos internos dentro da organização, a OTAN continua sendo uma aliança militar, e somos contra uma aliança militar ficando à vontade bem no nosso quintal ou em nosso território histórico. Simplesmente não consigo imaginar que viajaríamos para Sebastopol para visitar os marinheiros da OTAN. Claro, a maioria são bons rapazes, mas seria melhor que eles viessem nos visitar, como nossos convidados, e não o contrário.

53. Deixem-me ser bastante franco quando digo *que sofremos ao ver o que está acontecendo na Ucrânia neste momento, ver o sofrimento da população e a sua incerteza sobre como atravessar o dia de hoje e o que os espera amanhã. Nossas preocupações são compreensíveis porque não somos simplesmente vizinhos próximos mas, como já disse tantas vezes antes, somos um povo. Kiev é a mãe das cidades russas. A Rússia antiga é nossa origem comum e uma não vive sem a outra.*
54. Outra coisa. Milhões de russos e falantes de russo vivem na Ucrânia e continuarão vivendo lá. A Rússia sempre defenderá seus interesses usando meios políticos, diplomáticos e legais. Mas deve estar acima de tudo no próprio interesse da Ucrânia assegurar que os direitos e interesses desse povo sejam totalmente protegidos. Essa é a garantia de estabilidade e integridade territorial do estado ucraniano.
55. Queremos ser amigos da Ucrânia e queremos que a Ucrânia seja um país forte, soberano e autossuficiente. Afinal, a Ucrânia é um de nossos maiores parceiros. Temos muitos projetos em parceria e acredito em seu sucesso sejam quais forem as dificuldades atuais. Acima de tudo, queremos paz e harmonia para governar na Ucrânia, e estamos prontos para trabalharmos juntos com outros países para fazer tudo que for possível para facilitar e apoiar isso. Mas como eu disse, apenas o próprio povo da Ucrânia pode arrumar a própria casa.
56. Habitantes da Crimeia e da cidade de Sevastopol, toda a Rússia admirou a sua coragem, dignidade e valentia. Foram vocês que decidiram o futuro da Crimeia. Nunca estivemos tão próximos nesses dias, apoiando-nos mutuamente. Foram sentimentos sinceros de *solidariedade*. São em momentos decisivos da história como esses que um país demonstra *maturidade e presença de espírito*. O povo russo demonstrou essa maturidade e força por meio do *apoio unido* aos seus compatriotas.

[parágrafo 57]

58. Obviamente enfrentaremos oposições externas, mas essa é uma decisão que precisamos tomar para nós mesmos. Estamos prontos para defender consistentemente nossos interesses nacionais ou sempre cederemos, recuando para quem sabe onde? Alguns políticos ocidentais já estão nos ameaçando não só com sanções mas também com a perspectiva de problemas cada vez mais graves no fronte interno. Gostaria de saber o que exatamente eles têm em mente: a quinta coluna em ação, esse monte de “traidores nacionais” sem nexos ou será que esperam nos colocar em uma situação de degradação social e econômica a fim de causar descontentamento público? Consideramos essas declarações irresponsáveis e de tom nitidamente agressivo, e responderemos à altura. Ao mesmo tempo, jamais buscaremos confronto com nossos parceiros, sejam eles do Ocidente ou do Oriente, pelo contrário, faremos de tudo para construir relações civilizadas e de boa-vizinhança como deve ser no mundo moderno.

[parágrafos 59, 60]

61. As pesquisas de opinião mais recentes realizadas aqui na Rússia mostram que 95% das pessoas acham que a Rússia deve proteger os interesses dos russos e membros de outros grupos étnicos que vivem na Crimeia – 95% de nossos cidadãos. Mais de 83% acham que a Rússia deve fazer isso, mesmo que isso complique nossas relações com alguns países. Um total de 86% do nosso povo enxerga a Crimeia como território ainda russo e parte das terras de nosso país. E um número particularmente importante, que corresponde exatamente ao resultado do referendo na Crimeia: *quase 92% do nosso povo apoia a reunificação da Crimeia com a Rússia.*
62. Assim sendo, vemos que a maioria esmagadora de pessoas na Crimeia e a maioria absoluta da população da federação russa apoia a reunificação da República da Crimeia e da cidade de Sevastopol com a Rússia.
63. Agora se trata de uma questão de decisão política da própria Rússia e qualquer decisão aqui só pode estar embasada na vontade do povo, porque do povo emana a autoridade.
64. Membros do Conselho Federal, representantes da Duma Estatal, cidadãos da Rússia, habitantes da Crimeia e de Sevastopol, hoje, de acordo com a vontade do povo, envio à Assembleia Federal uma solicitação para que considerem uma Lei Constitucional para a criação de duas novas entidades constituintes na federação russa (...).

ANEXO II

O Discurso do Movimento Telecomix

Fonte: www.telecomix.org



π

1. Telecomix (تيليكومكس) is a set of principles for political disorganization, that may or may not work. It is a chaotic conception of technological societies, a way of life for the encrypted future, and a plan to redistribute the distributed networks that make up the world siphonophore. Telecomix is the becoming jellyfish of the hydrosphere, the isomorph between human and machine existence of the mechanosphere, and the breathing together in the cold air of the stratosphere. No matter if you reside in abyssal archipelagos or glide through the altitudes, you can connect to Telecomix.

Due to a number of uncertainty relations, nobody has been able to prove that Telecomix exists as a persistent organization or body. This paradox, sometimes referred to as the "ciphercat in the box", would, on the contrary, be regarded as one of the most valuable features of the Telecomix abstract machine. There is no organization

10. called Telecomix, but when Telecomix sometimes disorganizes, a siphonophoric organism emerges, only to be washed away by the next wave, drowning in the chaos; leaving behind only digital fragments of datalove in the ditches of deserted internet ghost towns.

Uncertainty is strength. Quantum states are the only legitimate States. [Read more...](#)

۱

15. Telecomix is an interruption machine, une grande machine capable de déchaîner une grande énergie. One of its specific interruptive functions is to create tunnels through walls, burrows that undermine ground structures. This function works by inserting a hole in the particular wall that attempts to separate.

Dig a tunnel, interrupt the barrier, liberate Kafka and let the networks grow!

20. Human freedom depends on the degree of visibility of technological systems. The more transparent the mechanosphere becomes, the further we can liberate hominidae from their physical restraint. But, to an equal extent, human freedom needs a very special invisibility of technology. To hide under it. To burrow in its depths. To rest in a technological underwater vortex, floating in circles, up and down, only to surface randomly. There is no shortcut to freedom, you have to proceed node by node, until you reach the endnode and turn back. The burrow

25. is our only home. Read more...

λ

(...)

n

Avoid all forms of tele-fascism. Do not let the desire to desire your own repression grow inside of you. Everytime you desire the destruction of data, the cutting off of *tele*-portation, you must immediately stop. Travelling the worlds with Telecomix makes you responsible for the multiplication of data, to make it live forever!

υ

Create new flows of data, interrupt flows of data. Make things break and then re-assemble them all over again. But
30. never disconnect! Fear only the silence that spreads across the metropolis and the desert. Do not fear the white noise that emerges wherever there is a glitch in the system.

Because wherever there are fragments of sound or light, wherever there are chaotic particles or vibrations; you can cut the flow, interrupt the stream, then construct a protocol; switch the machine back on! Increase your speed and make a move! Hack the planet! Reboot!

AT&Tlantis, 2014-03-08. Kopimi!

cameron ||AT|| telecomix.org

ANEXO III

Discurso de Terror

Fonte: Taylor, M. P: (2009). Public Diplomacy and Strategic Communications. In Snow, N., & Taylor, M. P. (Eds). (2009). Routledge Handbook of Public Diplomacy (12-18). New York, London: Routledge.

1. “This Ummah has become subject to the Jews and Christians and has been enslaved by the United Nations Security Council which was created for the security of the *kufir* and its allies. This kufir has put into place a set of international laws against Allah’s Shariah. This kufir has contaminated our educational systems with apostasy and heresy. It has trapped our economics
5. in the chains of usury. It has undertaken its program of limiting our population and killed our offspring under the banner of family planning and consequently our sisters and daughters have become barren. And by sheltering under the labels of information technology and culture, it has unleashed a storm of decadence and immorality that has ruined the ethics and character of the young generation and resulted in the death of shame in Muslim societies. And under this
10. very same global structure of kafir, both the theoretical and hands-on training of the thinkers and politicians of the Muslim world started on a basis of atheism, in order to make them capable of upholding Western ideologies and values under a cloak of democracy. With the help of secret conspiracies and clandestine revolutions, these international Tawagheel imposed upon this Ummah of Tawheed, factions and rulers who, instead of prostrating themselves to the Lord
15. of the Ancient House, the Kaaba, prostrate themselves to the Lord of the White House. These apostate leaderships in turn imposed laws of kufir which are in open contradiction to our divine Shariah and explicitly ridicule Islamic traditions and our religious rights. . . By using these evil crusader rulers, the pharaoh of our age, America, proceed to personally conquer our lands by establishing military bases throughout the Islamic world. And so today the entire Muslim
20. nation is subject to the tyranny and oppression of this Crusader disbelief . . . To avenge these atrocities of the kuffaar, there rose from the gate of Islam, Sindh, a brilliant star by the name of Hafiz Usman”.